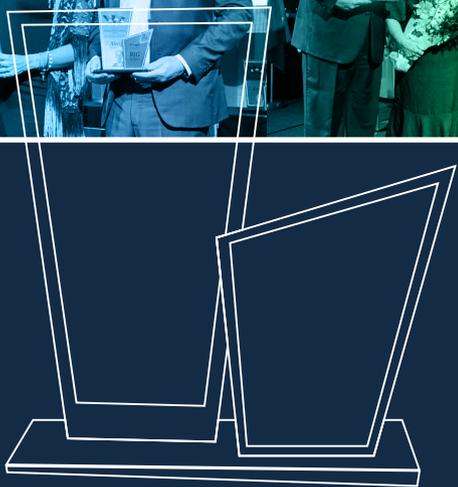




PRÊMIO MARCO MACIEL 2022



CASES FINALISTAS

EDITORA
LUX

 **Abrig**
Associação Brasileira de
Relações Institucionais
e Governamentais



PRÊMIO MARCO MACIEL 2022
CASES FINALISTAS



PRÊMIO MARCO MACIEL 2022 CASES FINALISTAS

São Paulo — 2023



Copyright © 2023 por Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais — Abrig
Prêmio Marco Maciel 2022 — Cases finalistas

1ª Edição

1ª tiragem — janeiro de 2023

Edição

Editora Lux

Coordenação:

Ana Patrícia Guimarães Coelho e Gabrielle de Castro Celestino

Revisão:

Ivoneide de Jesus/Adriana Moretto de Oliveira

Projeto gráfico e capa:

Danielle V. Cardoso

Fotos:

IFF Fotografia

ISBN 978-65-84719-02-6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP
Bibliotecária responsável – Simone da Rocha Bittencourt – 10/1171

A849p

Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais.

Prêmio Marco Maciel 2022 : Cases finalistas / Abrig. – São Paulo, SP: Ed. Lux, 2023.

144 p. : il. ; 21 x 21 cm.

Inclui referências.

ISBN 978-65-84719-02-6

CDU: 316

CDD: 301

Índice para catálogo sistemático

1. Sociologia. 2. Prêmio Marco Maciel 2022. 3. Relações
Institucionais e Governamentais (RIG). 4. Cases finalistas. I. Título

Editora Lux

R. Boa Esperança, 229 — Sala 17 — Chácara Santo Antônio

CEP: 03408-000 — São Paulo — SP

Tel.: 11 4213-0401 | WhatsApp: 11 95916-6965

E-mail: contato@editoralux.com.br

ABRIG



Fundada em 2007, a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) é uma entidade sem fins lucrativos que congrega, atualmente, cerca de 400 associados em todo o Brasil, entre pessoas físicas e jurídicas, que atuam profissionalmente na área.

Realizamos debates técnicos e transparentes sobre a formulação de políticas públicas e de marcos regulatórios em prol do desenvolvimento do país e da participação da sociedade civil e do setor privado nos processos de decisão política.

Acesse o site www.abrig.org.br e conheça mais sobre a nossa entidade!



[abrig.rig](https://www.instagram.com/abrig.rig)



[/company/abrig](https://www.linkedin.com/company/abrig)



[@CanalABRIG](https://www.youtube.com/CanalABRIG)



(61) 3327-0731 / 99690-2919



contato@abrig.org.br



SHN Qd 01, Bloco A, Edifício
Le Quartier, Sala 1.223,
Brasília/DF - CEP: 70701-010

Associe-se!

PRÊMIO MARCO MACIEL



EDIÇÃO 2022

PRÊMIO MARCO MACIEL

Ética e Transparência na
Relação Público - Privada

Lançado em 2017 em comemoração aos 10 anos da Abrig, o Prêmio Marco Maciel — Ética e Transparência na Relação Público-Privada é uma iniciativa que reconhece e divulga as melhores práticas de atuação na área das Relações Institucionais e Governamentais (RIG).

A premiação dá visibilidade aos profissionais e às instituições que se destacam em seus setores de atuação, segundo os princípios norteadores da Abrig: Ética, Transparência, Diálogo e Responsabilidade Social.

O Prêmio é também uma homenagem a Marco Maciel, importante político brasileiro que, ao longo de 45 anos de carreira política, ocupou notáveis cargos no Legislativo e no Executivo, inclusive o de vice-presidente da República. Além disso, foi o primeiro parlamentar a propor um projeto de lei que regulamentasse a atividade de RIG no Brasil no final dos anos 1980.

Na edição de 2022, que marca a comemoração de 15 anos de fundação da Abrig, a premiação bateu recorde de inscritos. Ao todo, 48 trabalhos concorreram nas sete categorias: RIG em Organização Pública; RIG em Organização Privada ou Mista; RIG na Sociedade Civil Organizada; Jornalismo sobre Atividade de RIG; Protagonismo Feminino; Instituições de Ensino em RIG; e ESG e *Compliance* em RIG.

Confira, nas próximas páginas, os trabalhos finalistas e que mais se destacaram em cada uma das categorias de 2022.

AGRADECIMENTOS

As 48 instituições que abrilhantaram a Edição 2022 do Prêmio Marco Maciel, o nosso agradecimento pela participação e pelos trabalhos realizados em seus setores de atuação, que fomentam a criação de ambientes mais íntegros e transparentes no diálogo entre o público e o privado e fortalecem as atividades de RIG no nosso país.

Pela confiança e pelo incentivo ao reconhecimento de trabalhos transformadores na área de RIG, agradecemos aos patrocinadores que tornaram possível a realização do Prêmio Marco Maciel — Ética e Transparência na Relação Público-Privada.

Patrocinadores



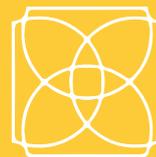
ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE AUTOMAÇÃO



SUMÁRIO

RIG em Organização Pública	11
RIG em Organização Privada ou Mista	49
RIG na Sociedade Civil Organizada	65
Jornalismo sobre Atividade de RIG	85
Protagonismo Feminino	91
Instituições de Ensino em RIG	107
ESG e <i>Compliance</i> em RIG.	129





PRÊMIO MARCO MACIEL 2022

RIG EM ORGANIZAÇÃO PÚBLICA





PR

REALIZAÇÃO:

Abrig
Associação Brasileira de
Relações Institucionais
e Comunicação

SAÚDE

Projeto
Farma

1º LUGAR — PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL E SOCIAL DA PESSOA IDOSA



ORGANIZAÇÃO

Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná — Celepar

PROPONENTE

Dircélia Maria Alessi

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Dircélia Maria Alessi

Introdução

O Programa de Inclusão Digital e Social da Pessoa Idosa da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) e do Governo do Estado do Paraná, desde 2016, atua com o Curso Básico de *Smartphone* cujo objetivo é capacitar o idoso para o uso da tecnologia. Este curso vem cumprir o nosso propósito de melhorar a qualidade de vida do cidadão de maneira simples, leve e divertida, ensinando o básico do dispositivo, abordando os temas: configurações, funções de telefonia, internet, e-mail, *maps*, redes sociais, *WhatsApp*, aplicativos de serviços públicos e de mobilidade. O curso é totalmente acessível e gratuito e possui uma carga horária de 9 horas (3 horas por 3 dias).

Já foram atendidas mais de dez mil idosos em mais de 54 municípios do Estado do Paraná, através de parcerias públicas, principalmente, com a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (Sejuf), com municípios, além de iniciativas privadas, com associações, igrejas e instituições de ensino.

Durante a pandemia, os encontros presenciais foram suspensos, mas para sentirem-se lembrados e assistidos, mantivemos contato com os idosos utilizando a tecnologia por grupos de *WhatsApp*, pelos quais, dicas tecnológicas e instruções em vídeos foram enviados semanalmente. Também realizamos os SmartEncontros, encontros virtuais que abordam o uso das tecnologias no *Smartphone*. Em 2022,

de fevereiro a junho em cursos presenciais, foram mais de 700 cidadãos em 13 municípios atendidos e incluídos no uso da tecnologia a fim de melhorar a sua qualidade de vida.

Desenvolvimento

Todos os cursos e *workshops* do programa são gratuitos, de curta duração, com interação e atividades voltados para a capacitação para ajudar na utilização dos recursos tecnológicos com conteúdos específicos para o acesso à internet, aplicativos de utilidade pública, entretenimento e redes sociais.

A ação ocorre com parceiros que oferecem a divulgação e promoção nos municípios e nas regiões para a mobilização dos participantes, infraestrutura com acessibilidade, sanitários, bebedouros, internet de alta velocidade por Wi-Fi e nos intervalos lanche para os alunos.

A Celepar se responsabiliza pela instrução, material didático, certificado para os alunos e monitores, horas dos instrutores, deslocamento, hospedagem e os equipamentos de projeção.

Toda instrução é centrada na ação verbal e prática dos participantes, auxiliados pela apostila e projeções, com apoio aos treinandos pelos monitores.

Conteúdo programático do Curso Básico de *Smartphone*: 1º dia (3 horas): Conhecendo o dispositivo e suas aplicações nativas; 2º dia (3 horas): Internet e aplicações úteis, utilidade pública e entretenimento; 3º dia (3 horas): Redes Sociais e *WhatsApp*.

Assegurando a qualidade na realização dos cursos, a equipe segue as etapas:

1ª etapa: Articulação, definição do local e equipes de atuação dos parceiros; 2ª etapa: Preparação do local quanto à internet, sala, divulgação, inscrições, material didático e alimentação para os participantes; 3ª etapa: Realização do curso (3 dias em um total de 9 horas) com acréscimos do tempo de deslocamento da equipe de instrutores da Celepar e avaliação pós-conclusão.

Equipe da prática: Para a ação nos diversos municípios do Paraná, a Celepar contou com parcerias, atuando conforme a demanda e infraestrutura para a realização do curso. Em sua sede, a equipe é formada por sete técnicos. A instrutoria tem domínio dos conteúdos a ser ministrado em concordância com a monitoria e possuem perfil adequado no trato às pessoas idosas, paciência, polidez, empatia e atenção.

Efeitos junto à sociedade: em todos os cursos, a participação é ativa e constante. A ambientação em sala de aula gera um bem-estar coletivo, boas emoções e lembranças positivas com a nova aprendizagem. Após a conclusão do curso, muitos relatam os impactos positivos no dia a dia, e mostram

quão gratos estão pela oportunidade e que são surpreendidos pelo conhecimento adquirido. Ao término do curso, tornam-se pessoas mais confiantes, seguras e independentes, pois, infelizmente, para eles é comum terem pessoas próximas, mas sem paciência para ensinar.

Os materiais didáticos foram minuciosamente elaborados, com cuidado de serem autoexplicativos, fontes grandes e imagens ilustrativas. Constantemente, eles passam por revisão e sugestões dos participantes, sempre que possível, são incorporadas às novas edições. Além do conteúdo a ser ministrado, o material didático fornecido e a expertise em ministrar aulas para este público específico, antes de tudo, há de se ter propósito, disposição, empatia e amor. Disponibilizamos a apostila, arquivo com as divulgações e modelo de certificados no seguinte *link*: http://drive.google.com/drive/folders/1rEC0Q85cwT01SIE8npk90xdDFEDu5__N?usp=sharing

Para justificar a nossa preocupação com essa temática, temos a pesquisa da Confederação Nacional dos Lojistas (CNDL), em parceria com o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), realizada no ano passado com 414 pessoas acima dos 60 anos, de todas as capitais brasileiras, que mostrou um crescimento no uso da internet pelos idosos no Brasil. De acordo com o levantamento, 68% deles acessaram a rede mundial dos computadores em 2018 e, três anos depois, eram 97%. Dados que reforçam o lamento da doutoranda em Design pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Maria Lilian de Araújo Barbosa: “Temos pesquisas excelentes no Brasil, mas os nossos legisladores não estão usando essas pesquisas”. Ela também ressaltou que medidas simples vêm sendo implementadas e ajudam a melhorar a qualidade de vida dos idosos em seus lares: “A automatização também ajuda, como as assistentes digitais: Alexia, Siri e outras, que podem ser bastante aplicadas na questão de ajuda. Aconteceu com uma amiga que caiu e não conseguia nem ligar, ela pediu ajuda pela assistente digital por comando de voz. O acesso por voz foi uma revolução no tocante à assistência a idosos. Ter esse acesso monetário/social é fundamental”.

Conclusão

Da diversidade de público atendido com a execução dos cursos foram evidenciados os seguintes aspectos:

- ▶ As diferentes realidades culturais de cada região, município ou instituição;
- ▶ A diversidade de modelos de dispositivos, conforme poder aquisitivo de cada aluno;

- ▶ Os díspares níveis de instrução, pessoas idosas não alfabetizadas, semianalfabetas, pós-graduados.

Através de grupos de *WhatsApp*, foram disponibilizados e compartilhados mais de 138 vídeos com dicas de tecnologia que auxiliaram em demandas cotidianas (e que devido ao período eleitoral ficaram indisponíveis).

Além disso, as constantes manifestações espontâneas dos alunos relatando as experiências pessoais do aproveitamento das dicas, demonstraram como o curso impactou de forma efetiva a qualidade de vida deles, promovendo a inclusão em um universo outrora não conhecido pelo público da terceira idade.

A ampla divulgação dessa atividade na internet e redes sociais aumentou a procura pelo curso e promoveu a discussão e repercussão pelo tema junto ao público alcançado e seus pares.

Desde o início do programa, foram encontradas várias barreiras, tais como: a falta de estrutura nos locais que solicitaram a realização do curso; a acessibilidade para pessoas idosas ou com necessidades especiais, em sua grande maioria, nos municípios de pequeno e médio porte que não possuem conexão com a internet; cidadãos sem *smartphones*, tendo em vista o baixo poder aquisitivo e a falta de um plano específico por parte das operadoras voltado a esse público. Além disso, houve a ausência de vontade e disposição política da gestão para a execução dos pré-requisitos que foram vencidas.

Temos a certeza que onde a tecnologia chegar, ela não retrocede, por isso a crescente necessidade de o cidadão em utilizá-la para as atividades cotidianas. Isso vem ao encontro do que é oferecido pelo Programa de Inclusão Digital e Social da Pessoa Idosa e com o propósito da Companhia em melhorar a vida do cidadão. Realizar essas iniciativas de tamanho impacto social é um compromisso da empresa e de todo o corpo de colaboradores que, com o apoio irrestrito do Governo Estadual, entendeu que a prática desta ação é fundamental para a redução das desigualdades, além de promover a inclusão social, prezando pelo bem-estar do cidadão através do uso da tecnologia e da inovação a fim de melhorar a sua qualidade de vida da pessoa idosa.

Referências

Tecnologia reflete na qualidade de vida dos idosos até dentro de casa, diz estudo da UFPR. **Bem Paraná**, 2022. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/tecnologia-reflete-na-qualidade-de-vida-dos-idosos-ate-dentro-de-casa-diz-estudo-da-ufpr#.YuHHmKjMLcd>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

2º LUGAR — AGENDA LEGISLATIVA PRIORITÁRIA



ORGANIZAÇÃO

**Subchefia de Análise Governamental da Casa Civil da
Presidência da República**

PROPONENTE

Stefani Juliana Vogel

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Eduardo Aggio de Sá

A iniciativa da Subchefia de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República resultou na publicação da Agenda Legislativa Prioritária do Poder Executivo Federal por meio da Portaria nº 667, de 9 de fevereiro de 2022, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, na qual proposições legislativas em diferentes áreas passaram a ser vistas como prioridades governamentais ao exercício de 2022.

Introdução

O governo federal vem promovendo, nos últimos anos, diversos esforços para a implementação de iniciativas de boas práticas regulatórias no âmbito da Administração Pública Federal, com vistas à melhoria do ambiente de negócios, competitividade, segurança jurídica, à transparência e participação do Brasil no comércio internacional. É de amplo conhecimento que a melhoria do ambiente de negócios nacional é uma das condições essenciais para a atração de investimentos, à criação de empregos e à retomada do crescimento econômico. A necessidade premente de ações neste sentido é evidenciada por diversos indicadores internacionais. Apenas para mencionar alguns, no Índice de Liberdade Econômica de 2019, elaborado pela Heritage Foundation, o Brasil ficou em

150º lugar no *ranking* global e no 27º no *ranking* regional (de 32 países). No último Relatório Global de Competitividade (2017-2018), publicado anualmente pelo Fórum Econômico Mundial, o país ocupou o 80º lugar dentre os 137 países analisados. No Indicador de Regulação de Mercados de 2018, calculado pela Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) para estimar o grau de barreiras regulatórias à entrada no mercado e à concorrência, o Brasil ficou em penúltimo lugar dentre os 39 países considerados.

Preocupada em ampliar a transparência e o planejamento regulatório do país, a Subchefia de Análise Governamental (SAG), da Casa Civil da Presidência da República, coordenou a implementação da Agenda Legislativa Prioritária para o ano de 2022, com o fito de trazer foco, transparência e previsibilidade ao processo regulatório governamental, consoante a sua competência regimental disposta no art. 10, inciso XI, do Decreto nº 10.907, de 20 de dezembro de 2021.

A Agenda foi construída por meio da colaboração de todos os Ministérios, após serem solicitados a apresentar os atos em elaboração e aqueles considerados prioritários em tramitação no Congresso Nacional. No levantamento de sugestões, foram inventariadas 531 propostas, cabendo à SAG a triagem e análise do mérito destas proposições quanto aos seguintes critérios: aderência, contribuição, impacto e relevância da matéria para as políticas e diretrizes governamentais.

Como resultado, foram selecionadas as 95 propostas melhor avaliadas, as quais foram submetidas à apreciação do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, que promoveu diálogo institucional com os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, submetendo o resultado à aprovação do Presidente da República.

Ao final, foram priorizadas 45 propostas para compor a Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal para o ano de 2022, seleção que restou formalizada por meio da Portaria nº 667, de 9 de fevereiro de 2022 do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e que é didaticamente dividida e organizada em dez eixos temáticos: Econômico, Custo Brasil, Social, Ambiental, Segurança e Defesa, Agricultura, Mineração, Educação, Infraestrutura e Saúde.

Desenvolvimento

A formação da agenda é uma importante etapa no processo de políticas públicas, tendo em vista que ela materializa o conjunto de questões que, em um dado momento, são consideradas como primordiais pelos formuladores de políticas ou por pessoas próximas a eles (KINGDON, 2003).

Há que se pontuar que o regime regulatório deve estar alinhado ao contexto social e econômico e às suas mudanças. Deve-se acompanhar as inovações vindouras e responder adequadamente, seja promovendo seu desenvolvimento ou modificando-o.

Com efeito, a priorização de atos normativos por meio da definição de uma Agenda Legislativa é indicada como uma boa prática pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Considerando que a atenção é um recurso escasso e que indivíduos e organizações estabelecem prioridades de ação, a formação da agenda é um processo que envolve intensa competição, na qual problemas e alternativas ganham ou perdem a atenção do governo e da sociedade a todo momento (CAPELLA, 2017). Noutro giro, a formalização da Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal permite a ampliação do debate e a ampla participação da sociedade durante o processo legislativo no Parlamento.

A lista de proposições priorizadas pelo Governo Federal encarta uma declaração de importância e necessidade de maturação dos textos e soluções em debate. Não necessariamente se trata da manifestação de posição de governo ser favorável à proposição, como ela se encontra atualmente, mas de explicitação do esforço de construir soluções para tais temas por meio do diálogo.

Nesse contexto, a partir de outras experiências internacionais, como Irlanda e Reino Unido, e após inventariar 531 propostas encaminhadas pelos Ministérios Setoriais, a SAG realizou a triagem e a análise do mérito dessas proposições quanto levando em consideração os seguintes critérios: aderência, contribuição, impacto e relevância da matéria para as políticas e as diretrizes governamentais. A partir da referida análise, foram selecionadas 95 propostas melhor avaliadas, que foram submetidas à apreciação do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, que promoveu um diálogo institucional com os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, submetendo o resultado à aprovação do Presidente da República. Ao final, passaram a compor a Agenda Legislativa Prioritária formalizada por meio da Portaria nº 667, de 9 de fevereiro de 2022, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República 45 propostas, divididas e organizadas em dez eixos temáticos, conforme gráfico abaixo:

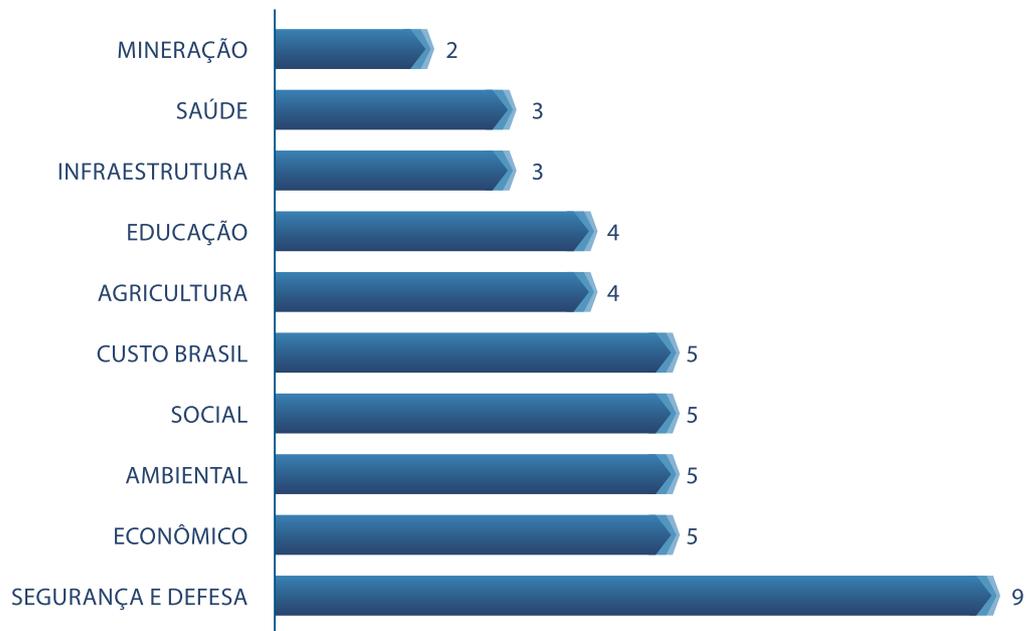


Gráfico 1: Distribuição de proposições por eixo temático.

O processo decisório também se baseou na ampla participação dos Ministérios Setoriais, conforme gráfico a seguir:

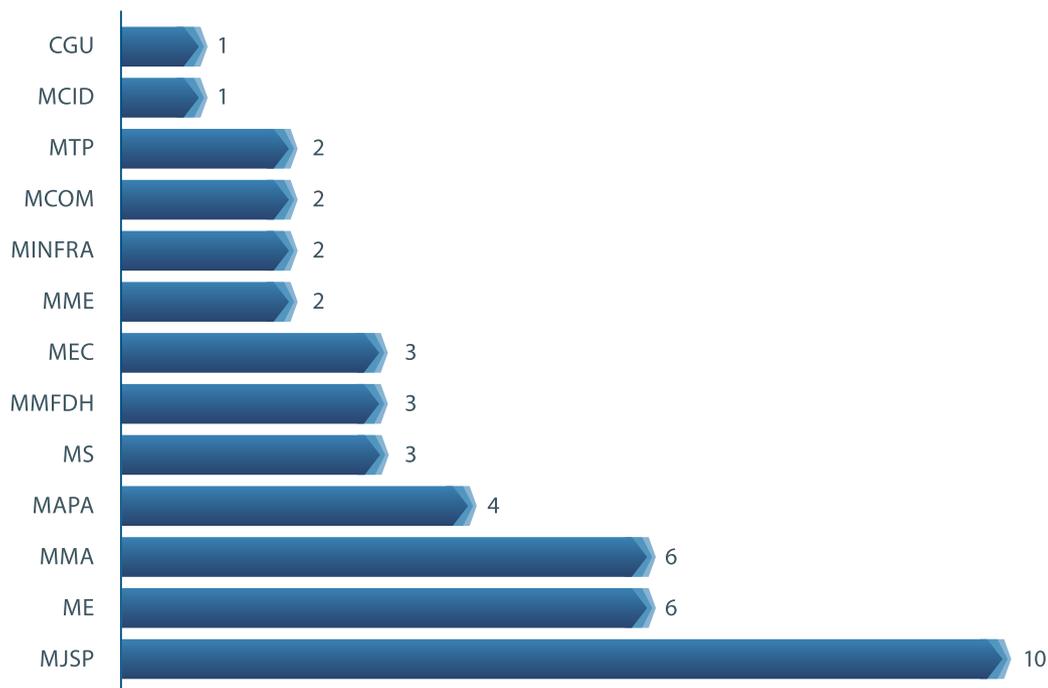


Gráfico 2: Distribuição de proposições por ministério.

Há que se pontuar que a Agenda Legislativa Prioritária de 2022 contém a relação de atos normativos a serem encaminhados ou apoiados pelo Poder Executivo Federal, não detendo caráter vinculante. Entretanto, isso não diminui sua importância, visto que a publicação de uma agenda legislativa traz transparência e previsibilidade ao processo regulatório governamental e configura-se como um elemento essencial para um ambiente de negócios competitivo e atrativo aos investimentos estrangeiros.

Conclusão

A institucionalização da Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal é uma medida inovadora no Brasil, amparada em ampla experiência internacional. Claramente, teve o condão de trazer transparência e previsibilidade para o processo regulatório governamental e configura-se como um elemento essencial para um ambiente de negócios competitivo e atrativo a investimentos estrangeiros.

Referências

BRASIL. **Agenda Legislativa prioritária do Governo Federal para 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/pautas-prioritarias-de-2022>.

BRASIL. **Decreto nº 10.907, de 20 de dezembro de 2021**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.907-de-20-de-dezembro-de-2021-368999236>.

BRASIL. **Portaria nº 667, de 9 de fevereiro de 2022**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-667-de-9-de-fevereiro-de-2022-379226707>.

KINGDON, J. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 3. ed. New York: Harper Collins, 2003.

2º LUGAR — PROGRAMA DE COMPLIANCE PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS (PCP)



ORGANIZAÇÃO

Controladoria-Geral do Estado de Goiás

PROPONENTE

Controladoria-Geral do Estado de Goiás

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Henrique Moraes Ziller

Introdução

O presente estudo de caso objetiva apresentar as ações estabelecidas no âmbito da implementação do Programa de *Compliance* Público do Estado de Goiás (PCP), executado em todos os órgãos e autarquias com vinculação jurídica direta ao Poder Público Estadual, sob coordenação da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO).

Instituído formalmente com a promulgação do Decreto nº 9.406, no dia 19 de fevereiro de 2019, o PCP foi idealizado como um dos principais compromissos de governo da atual gestão estadual — uma resposta à constante exposição midiática de casos de desvio de conduta e uma sequência de operações deflagradas por autoridades nacionais, tendo como alvo más práticas na gestão dos recursos públicos estaduais em gestões passada —, por exemplo, as Operações Gota D'Água, Decantação e *Cash Delivery*. Além disso, é necessário contextualizar a grave situação fiscal do executivo estadual no momento de posse da atual gestão — um cenário inundado por obras atrasadas, atraso no repasse à fornecedores, e também, na folha de pagamento dos servidores.

Desta forma, o programa foi estabelecido como um “conjunto de procedimentos e estruturas destinados a assegurar a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos”. O Programa

de *Compliance* Público do Estado de Goiás foi estruturado com base em quatro eixos principais de atuação: ética, transparência, gestão de riscos e responsabilização. A partir de agora, será feito o detalhamento das ações e resultados obtidos com a implementação de uma metodologia que busca o aprimoramento da governança e integridade na administração pública.

Desenvolvimento

Foram criadas estruturas para implementar, executar e monitorar todo o programa: Comitê Central de *Compliance* Público que tem a finalidade de acompanhar as ações estratégicas do PCP, assim como, prioritariamente, os riscos estratégicos que possam afetar objetivos do governo como um todo, com vistas a determinar medidas de tratamento aos órgãos e às entidades e subsidiar o Governador no processo decisório.

O Comitê é coordenado pela Controladoria-Geral do Estado e é composto pelos dirigentes dos seguintes órgãos: Chefia de Gabinete do Governador, Controladoria-Geral do Estado, Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria de Estado da Economia, Secretaria de Estado da Administração, Secretaria de Estado da Casa Civil.

Comitês Setoriais de *Compliance* Público: têm dentre suas atribuições fomentar as práticas de Gestão de Riscos, monitorar a execução da Política de Gestão de Riscos, revisar a política de gestão de riscos, aprovar o processo de gestão de riscos, bem como acompanhar a implementação das ações dos eixos I a III do Programa de *Compliance* Público.

Os comitês setoriais têm caráter deliberativo para questões relativas ao PCP e é composto, obrigatoriamente, pelos dirigentes e demais membros da alta gestão dos órgãos ou das entidades, com competência para coordenar e executar o Programa, sob a orientação consultiva da Controladoria-Geral do Estado.

Secretarias Executivas do Comitês Setoriais de *Compliance* (ou Escritórios de *Compliance*): têm como função acompanhar a implantação, a estruturação e a operacionalização das ações do PCP previstas no art. 3º do Decreto nº 9.406/2019. A composição da secretaria é feita por servidores de cada pasta.

A implementação e manutenção do Programa de *Compliance* Público perpassa por uma utilização eficiente de recursos cujo aproveitamento é quase integral da máquina estatal:

RECURSOS HUMANOS: vale-se de pessoal próprio, considerando, assim, a remuneração já paga aos agentes públicos, além da remuneração de horas-aula dos instrutores da Escola de Governo do Estado de Goiás (EGOV);

RECURSOS FINANCEIROS: custo anual de cerca de R\$ 10 mil aos cofres públicos com a licença para uso da ferramenta gerencial *Smartsheet* por todos os entes.

Serviços e tecnologias

Uso de *websites* do governo, redes sociais e do *Google Forms*, como meios de comunicação e de suporte, bem como desenvolvimento de sistemas próprios, tais como o Sistema de Avaliação do Índice de Transparência (SISLAI), para subsidiar o eixo da Transparência e o Sistema de Correição do Poder Executivo do Estado de Goiás (SISCOR/GO) para o eixo da responsabilização. Uso da ferramenta *Smartsheet* como principal instrumento para o gerenciamento de riscos. Ademais, a prática de reuniões remotas, via ferramenta de videoconferência *Zoom*, tornou-se constante, especialmente pela situação pandêmica, a qual eximiu a máquina estatal de custos com deslocamentos ou outros materiais de apoio administrativo para que as mesmas pudessem acontecer.

Processos (como funciona)

Etapas gerais:

- ▶ Instituição do Programa de *Compliance* Público, por meio do Decreto Estadual nº 9.406, de 18/02/2019, publicado no Diário Oficial (DOU), de 19/02/2019;
- ▶ Autuação de Processo SEI por órgão, por adesão, contendo, inicialmente, a seguinte instrução: Termo de Compromisso, Portarias estabelecendo Política de Gestão de Riscos, Comitê Setorial, Secretaria Executiva de *Compliance*, Plano de Comunicação e Cronograma de Implantação, além de atas e despachos relacionados;
- ▶ Início concomitante das consultorias/assessorias nos Órgãos, subsidiadas pelo uso da norma ISO 31000:2018 e do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna IA-CM;
- ▶ Propiciada a criação da Assessoria de Controle Interno como unidade complementar, integrante da estrutura organizacional de 12 (doze) pastas, por meio da Lei Estadual nº 20.491/2019, que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo do Estado de Goiás;

- ▶ Início das capacitações conforme escopo. Trata-se da oferta de cursos nos 04 eixos do Programa de *Compliance* Público, via Escola de Governo — EGOV;
- ▶ Monitoramento quadrimestral por Órgão Participante; Reuniões contínuas dos Comitês Setorial das Pastas; Reunião quinzenal da Câmara de *Compliance*;
- ▶ Acompanhamento dos critérios de avaliação, conforme estabelecido pela CGE, a qual define regras para o *Ranking* do Programa;
- ▶ Avaliação de Maturidade anual, conforme questionário prévio.

Conclusão

4. Resultados Alcançados e Impactos à Sociedade

4.1 Resultados gerais:

- ▶ Estruturas Administrativas criadas em Lei como forma de ampliar o alcance do PCP;
- ▶ Implementação do PCP em 45 órgãos;
- ▶ Divulgação do *Ranking* do PCP, aberto para consulta pública;
- ▶ Certificação de 4184 capacitações de servidores nos quatro eixos, somadas à 404 capacitações da alta administração, resultando em grande fomento educacional;
- ▶ Mudança cultural ao se absorver *Compliance* individualmente e coletivamente, o que se reflete nas entregas à sociedade.

4.2 Resultados específicos:

4.2.1 Eixo I — ÉTICA

Decretação do novo Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração do Poder Executivo Estadual, fruto de consulta pública realizada com a população goiana, com enfoque especial naquilo que se almeja dos agentes públicos.

4.2.2 Eixo II — TRANSPARÊNCIA

1. Avaliação de 37 páginas de acesso à informação da administração direta:

- ▶ 1.1. 94% alcançaram elevado grau de transparência pública com média no índice de transparência de 91,52%;

2. Avaliação de 13 páginas de acesso à informação da administração indireta:

- ▶ Seis entes alcançaram mais de 83% no índice com média de transparência de 84,7%.

3. No Prêmio Goiás Mais Transparente, foram premiados nove órgãos, nas categorias: administração direta; empresas públicas e sociedades de economia mista e órgãos autônomos, sendo três entes de cada.

4.2.3 Eixo III — RESPONSABILIZAÇÃO

Planejamento com vistas à maior efetividade e celeridade na persecução disciplinar com inovação ao se consignar medidas voltadas à resolução consensual de conflitos, tais como:

- ▶ 1º Mutirão de Conciliação, como fomento à realização de Termos de Ajustamento de Conduta com 34 TACs celebrados no exercício de 2021, resultando na economia de cerca de R\$ 3,4 milhões de reais aos cofres públicos. Ao longo dos anos 2019 até a presente data (29/04/2022) foram 60 TACs celebrados, com economia total de cerca de R\$ 6 milhões de reais;
- ▶ Implementação do Sistema de Controle de Procedimentos Administrativos Correccionais — SISPAC — módulo TAC;
- ▶ Positivização legal do Sistema de Correição do Poder Executivo (SISCOR) com a instituição de um conjunto de estruturas, processos, ações e sistemas informatizados, objetivando a organização, coordenação e harmonização das atividades de correição no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- ▶ A regulamentação da Lei nº 18.672/2014 pelo Decreto nº 9.573/2019 possibilitou a abertura de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) em desfavor de pessoas jurídicas no âmbito da CGE. Além disso, com o fomento à realização de processos contra fornecedores

(PAF), a CGE concluiu relevantes PAFs, com ressarcimento aos cofres públicos em mais de 57 milhões de reais, todos mediante avocação de competências;

- ▶ Edição de Instrução Normativa nº 004/2020, regulamentando o uso de recursos tecnológicos para a realização de atos de comunicação e de atos processuais em processos correccionais, para o regular andamento das atividades correccionais e assegurar à devida celeridade processual, sem deixar de observar princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

4.2.4 Eixo IV – GESTÃO DE RISCOS

Órgãos e entidades passaram a contar com eficiente ferramenta de gestão, em reusabilidade, por meio de metodologia desenvolvida e personalizada, intuitiva e prática em seu manuseio;

Áreas que até então não se comunicavam dentro de uma pasta passaram a perceber a importância de suas atuações na consecução dos resultados das demais, com a visão do trabalho em forma de fluxos, visualizando, inclusive, como isso afeta positivamente o resultado global da organização, quando bem gerido;

Fomento espontâneo à disseminação dos objetivos organizacionais por toda a entidade, criando a cultura do pertencimento; redução dos níveis dos principais riscos que afetam a consecução dos objetivos de processos-chave da organização;

Fornecimento de relatórios qualitativos e quantitativos à cúpula do governo com vistas à visão estratégica dos riscos e tratativas.

Dados gerais acerca da implementação do Eixo IV:

- ▶ Riscos aprovados: 1742;
- ▶ Controles aprovados: 3603;
- ▶ Controles em execução: 2190;
- ▶ Gestão de Riscos implantada em 528 unidades administrativas (Gerências e Superintendências);
- ▶ Mais de 1,6 bilhões de reais em potencial economia decorrentes da melhoria dos processos de gestão, revisão de procedimentos, ressarcimentos, bem como a adoção de ações de controle mapeadas em decorrência da implantação da gestão de riscos.

Objetivo da Iniciativa

Resultados Alcançados de 2019 a 2022 (abril)

Melhorar a prestação dos serviços públicos e o valor das entregas à sociedade 989 processos analisados, com economia potencial de R\$ 627.271.011,05 aos cofres públicos, com total fiscalizado no período de R\$ 21.780.188.238,12. A Semana de combate à corrupção gerou um total de 2.432 visualizações; implementar cultura de gerenciamento de riscos aos objetivos organizacionais para fortalecimento da eficiência e integridade da gestão pública, consultoria implementada em 45 entes.

Fomentar a disseminação de padrões éticos aos agentes públicos no exercício de suas funções: 1.989 capacitações realizadas no eixo I — Ética; 890 publicações.

Fomentar a transparência dos atos administrativos praticados: 1.222 capacitações referentes ao eixo II — Transparência; 50 páginas avaliadas e ranqueadas no Prêmio Goiás Mais Transparente, com médias de transparência acima de 70%. A quantidade de manifestações registradas foi de 59.585 em 2020, e, em 2021, de 51.583, mantendo o tempo de resposta em 7,8, nestes anos.

Propiciar a responsabilização legal de agentes públicos e empresas privadas envolvidos em irregularidades, especialmente, em atos de corrupção ou de maior potencial ofensivo e, fomentar a resolução consensual de conflitos em processos disciplinares de menor potencial ofensivo; 1.423 capacitações referentes ao eixo III — Responsabilização. Realizado 1º Processo Administrativo de Responsabilização — PAR, em desfavor à fornecedores, com potencial ressarcimento de quase 80 milhões de reais.

No 1º Mutirão de Conciliação, como fomento à realização de Termos de Ajustamento de Conduta, com 34 TACs celebrados no exercício de 2021, resultando em economia de cerca de R\$ 3,4 milhões de reais aos cofres públicos. Ao longo dos anos de 2019 até a presente data (29/04/2022), foram celebrados 60 TACs cuja economia total foi de cerca de R\$ 6 milhões de reais.

Melhorar a Governança Pública: 2.192 capacitações referentes ao eixo IV — Gestão de riscos e liderança/gestão de conflitos. Implementação do PCP em 45 entes; instituição de 45 Comitês Setoriais de *Compliance* e implantação de 45 matrizes de riscos.

A adoção do PCP pelo Poder Executivo do Estado de Goiás, por si só, já revela uma inovação da gestão. Apesar das balizas macro encontrarem respaldo metodológico e científico em bibliografias e inspirações em modelos consagrados, buscou-se traçar um método de abordagem colaborativa, respeitando-se a maturidade e particularidade de cada nicho. Podemos dizer que a forma adotada e o

foco nos resultados são os pilares para a inovação. O alcance de um círculo virtuoso de boas práticas, que transita em todos os níveis dos órgãos estaduais, sejam eles operacionais, táticos ou estratégicos, aumentando a probidade, governança, eficácia e eficiência da administração, resultando na entrega de valor ao cidadão usuário do serviço público pode, sem dúvida, ser considerada a principal mudança empreendida.

Ademais, implementou-se uma metodologia desenvolvida, em sua grande maioria, com base nos recursos humanos e administrativos já disponíveis praticamente a custo zero. As parcerias firmadas com órgãos do Poder Executivo Estadual, seja na criação de uma Câmara de *Compliance*, ou seja, como entes partícipes do Programa, bem como o elo fomentador da capacitação mantido com a EGOV, servidores e gestores diversos do Estado, além da rede de troca de experiências com outros órgãos consultivos como Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado, enriqueceram o modelo tido de forma única, alcançando-se uma identidade própria.

Nessa vertente inovadora, com o intuito de fomentar na administração pública estadual a adoção de ações voltadas à internalização da cultura nos 4 eixos do PCP, a CGE publica critérios que servem como referência para a divulgação anual do *Ranking* de *Compliance* Público, o qual, para o exercício de 2021, foi amplamente reformulado, visando fatores mais claros, mensuráveis e avaliados de forma a se considerar o contexto real e individual de cada participante ao se calcular a sua pontuação.

Pode-se afirmar, através da percepção e de relatos tidos, que a publicação anual do *Ranking* propicia uma competição saudável ao se incentivar intrinsecamente no outro a ação da disputa positiva com manifestação de esforço, o qual se revela na adoção das iniciativas de boas práticas que servem de referência para a classificação, o que na verdade denota mudança do clima organizacional e na gestão dos processos de trabalho dos órgãos.

Ademais, tem-se a fomentação dos eixos com criatividade em diversas vertentes, tais como na revisão das normas de Responsabilização, com o estímulo à realização de Termos de Ajustamento de Conduta, dirimindo a prática de exaustivos Processos Administrativos Disciplinares, ou mesmo a instituição do Índice Goiás Mais Transparente, com vistas ao cumprimento de ações transformadoras no acesso à informação.

Em virtude de o desenvolvimento do PCP ter se dado no âmbito da CGE e ter sido modelado e executado por agentes públicos, em sua maioria de carreira, podemos afirmar que os donos do negócio, quer sejam os consultores, ou proprietários de riscos das pastas, são o ponto focal para per-

cepção de como o PCP foi sendo estruturado, e em como vem sendo internalizado, culminando com a satisfação nos resultados colhidos, buscando-se assim trabalhar as reais necessidades evidenciadas, além da segurança dos próprios agentes, pautados pela ética.

Merece destaque o olhar humanizado para as atividades correccionais pertinentes ao eixo da responsabilização, resultado do somatório da conduta da alta administração e de atividades interdisciplinares envolvendo desde a forma de abordagem do servidor, mecanismos de *feedback* e parcerias com a gestão de pessoas e profissionais da área.

Não sendo a prática do *Compliance* uma receita pronta, especialmente, se observados os quatro eixos de alcance, a percepção dos envolvidos, por meio de ferramentas de mensuração da participação, satisfação e de conhecimento, tem sido uma constante: pesquisas on-line e vídeos de depoimentos foram meios encontrados para medir e consolidar, além do envolvimento, o deleite e a conquista de objetivos. Antes disso, a própria metodologia de levantamento do escopo, cenário e contexto, com os riscos elencados pelos proprietários, revelam que se trata de uma inovação com foco na vivência laboral. O próprio mecanismo de ranquear as pastas, quanto ao alcance dos critérios de execução, provoca, nas pessoas, movimentos saudáveis que impulsionam o envolvimento com a execução. Por fim, culminando para as boas práticas, os cidadãos e a sociedade, de forma indireta, são impactados positivamente ao receberem serviços públicos com seus valores devidamente agregados, de forma transparente, com canais de fácil acesso para consultas públicas.

Referências

ANEXOS

GOIÁS. **Decreto nº 9.406, de 18 de fevereiro de 2019.** Institui o Programa de *Compliance* Público no Poder Executivo do Estado de Goiás e dá outras providências. Disponível em: https://www.controladoria.go.gov.br/files/compliance/Decreto%209.406-19_Criacao%20PCP.pdf.

GOIÁS. **Decreto nº 9.387, de 23 de março de 2021.** Institui o Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual. Disponível em: <https://www.controladoria.go.gov.br/files/compliance/Decreto-estadual-n-9837-21-Institui-o-Codigo-de-Etica.pdf>.

GOIÁS. **Decreto nº 9.543, de 23 de outubro de 2019.** Aprova o Regulamento da Controladoria-Geral do Estado e dá outras providências. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/72458/decreto-9543.

GOIÁS. **Decreto nº 9.573, de 5 de dezembro de 2019.** Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo estadual, a Lei nº 18.672, de 13 de novembro de 2014, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública do Estado de Goiás, e dá outras providências. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/72487/decreto-9573.

GOIÁS. **Decreto nº 9.572, de 5 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo do Estado de Goiás — SISCOR/GO. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/72486/decreto-9572.

GOIÁS. **Portaria nº 67, de 05 de abril de 2022.** Reformula o Comitê Setorial do Programa de *Compliance* Público da Controladoria-Geral do Estado — CGE, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.controladoria.go.gov.br/files/portaria/portaria67.pdf>.

ANEXO II — NOTÍCIAS

CAIADO lança programa de *Compliance* Público em Goiás. Legis Compliance, 2019. Disponível em: <https://www.legiscompliance.com.br/artigose-noticias/1056-caiado-lanca-programa-de-compliance-publico-em-goias>.

CAIADO lança novas ferramentas do Programa de *Compliance* Público. Procuradoria-Geral do Estado, Governo do Estado de Goiás, 2019. Disponível em: <https://www.procuradoria.go.gov.br/noticias/2762-caiado-lan%C3%A7a-novas-ferramentas-doprograma-de-compliance-p%C3%BAblico.html>.

CGE lança 4ª edição do *Ranking* de *Compliance* Público. Emater, 2022. Disponível em: <https://www.emater.go.gov.br/wp/cge-lanca4a-edicao-do-ranking-de-compliance-publico/>.

CGE Tocantins busca experiências no Programa de *Compliance* Público do Estado de Goiás. DM Anápolis, 2022. Disponível em: <https://www.dmanapolis.com.br/noticia/25187/cge-tocantins-busca-experiencias-no-programa-de-compliance-publico-do-estado-de-goias>.

DIRETORIA de Defesa Agropecuária implementa programa *Compliance* Público. Agência Goiânia de Defesa Agropecuária Governo do Estado de Goiás, 2021. Disponível em: <https://www.agrodefesa.go.gov.br/noticias/906-diretoria-da-agrodefesa-implementa-programacompliance-p%C3%BAblico.html>.

FABIANA, Márcia. Caiado entrega premiação do Programa de *Compliance* Público e do Goiás Mais Transparente. Agência Cora Colarina de Notícias, 2021. Disponível em: <https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/34468-caiado-entrega-premiacao-do-programa-de-compliancepublico-e-do-goias-mais-transparente>.

FABIANA, Márcia. CGE lança concurso de artigos científicos sobre *Compliance* Público. Agência Cora Coralina de Notícias, 2021. Disponível em: <https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/22637-cge-lanca-concurso-de-artigos-cientificos-sobre-o-compliance-publico>.

GOINFRA conquista 1º lugar no *ranking* de *Compliance* Público de Goiás. Go infra, 2021. Disponível em: <http://www.goinfra.go.gov.br/noticias/goinfra-conquista-1o-lugar-no-ranking-de-compliance-publico-degoias/213719>.

GOVERNO premia destaques do Programa de *Compliance*. Sind Gestor, 2019. Disponível em: <https://sindgestor.com.br/noticias/governopremia-destaques-do-programa-de-compliance>.

PROGRAMA de *Compliance* Público estabelece medidas para assegurar transparência na gestão, em Goiás. Asbraer, 2020. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/5866-programa-de-compliancepublico-estabelece-medidas-para-assegurar-transparencia-na-gestao-em-goias>.

PROGRAMA de *Compliance* Público gera economia de R\$ 1,5 bilhão aos cofres públicos. ABC GO, 2021. Disponível em: [https://www.abc.go.gov.br/noticias/programa-de-compliance-p%C3%BAblico-gera-economia-de-r\\$-1,5-bilh%C3%A3o-aos-cofres-p%C3%BAblicos.html](https://www.abc.go.gov.br/noticias/programa-de-compliance-p%C3%BAblico-gera-economia-de-r$-1,5-bilh%C3%A3o-aos-cofres-p%C3%BAblicos.html).

SEGOV implanta Programa de *Compliance* Público. Secretaria de Estado de Comunicação Governo do Estado de Goiás, 2020. Disponível em: <https://www.governo.go.gov.br/noticias/1444-segovimplanta-programa-de-compliance-p%C3%BAblico.html>.

SERVIDORES da Secom realizam reunião para dar continuidade ao Programa de *Compliance* Público (PCP). Secretaria de Estado de Comunicação Governo do Estado de Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.comunicacao.go.gov.br/orcamento/categoria/servidores-da-secom-realizamreuni%C3%A3o-para-dar-continuidade-ao-programa-de-compliance-p%C3%BAblico-pcp.html>.

SOARES, Diego. Melhorias na gestão a partir do *Compliance*. A redação, 2022. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/artigos/167048/melhorias-na-gestao-a-partir-do-compliance>.



3º LUGAR — FRENTE PARLAMENTAR PELO RECONHECIMENTO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS



ORGANIZAÇÃO

**Gabinete do Deputado Federal Lafayette de Andrada,
Câmara dos Deputados, Congresso Nacional**

PROPONENTE

Beatriz Nóbrega (apoio técnico da FPRIG)

NOME DO AUTOR OU RESPONSÁVEL
PELA IMPLEMENTAÇÃO

**Gabinete do Deputado Federal Lafayette de Andrada e
Apoio técnico (Beatriz Nóbrega da FPRIG)**

Frente Parlamentar pelo Reconhecimento das Relações Institucionais e Governamentais: A importância da conexão entre o Congresso, os profissionais de RIG e a sociedade para a regulamentação do *lobby*.

Introdução

As Frentes Parlamentares têm o potencial de servir como plataforma técnica e política para diferentes setores da sociedade acessarem ao parlamento e integrarem o seu processo decisório com maior organicidade. A Frente Parlamentar, enquanto plataforma de conexão social, alcança seus objetivos ao juntar um time operacional, de bastidores, e os próprios parlamentares, na defesa dos

interesses que tenham em comum, e, ainda assim, assegurar protagonismo e senso de pertencimento a esses diferentes *players*.

O presente trabalho busca apresentar o case da Frente Parlamentar Mista pelo Reconhecimento das Relações Institucionais e Governamentais (FPRIG) e como, a partir da visão dos parlamentares, como agentes públicos, ela poderá ser protagonista não só na aprovação da regulamentação das atividades das Relações Institucionais e Governamentais (RIG), mas também na criação de um legado que reconheça a importância que a defesa de interesses desempenha na democracia brasileira.

Frente Parlamentar Mista pelo Reconhecimento das Relações Institucionais e Governamentais

Frentes Parlamentares: Compreendendo o Modelo

Na oportunidade em que o Deputado Lafayette de Andrada (Republicanos/MG) aceitou o convite para estar à frente do projeto da Frente Parlamentar Mista pelo Reconhecimento das Relações Institucionais e Governamentais, ele ressaltou a importância desta ferramenta para buscar a aprovação da matéria da regulamentação e ampliar a discussão:

“A regulamentação já é uma temática debatida de forma madura, mas que precisa de discussão mais ampla. A Frente Parlamentar é uma ferramenta existente no Congresso que tem por objetivo debater acerca da pauta proposta e lutar pela sua aprovação. Acredito que a criação da Frente Parlamentar é muito oportuna.”

A experiência no Congresso Nacional mostra que para criar uma Frente Parlamentar que tenha protagonismo entre os parlamentares, é preciso estruturar um trabalho que vai além da uma mobilização inicial de um terço — ou 198 — dos parlamentares para criar a Frente em si e registrá-la formalmente diante da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Em meio às 352 Frentes Parlamentares atualmente constituídas na Câmara dos Deputados para a 56ª legislatura, a diferença que determina o êxito de menos de um décimo destas frentes é a consolidação de cooperação técnica com a sociedade civil organizada, de forma que haja quem forneça uma estrutura institucional para servir aos parlamentares signatários e ao interesse suprapartidário que originou Frente Parlamentar, em ambas as casas.

Diferentemente de associações setoriais específicas, entidades e outras formas de atuação na defesa dos interesses, as Frentes Parlamentares têm o potencial de servir como plataformas técnicas e políticas para diferentes setores da sociedade acessarem o parlamento e integrarem o seu processo decisório com maior organicidade. A Frente Parlamentar, enquanto plataforma de conexão social, alcança seus objetivos ao juntar um time operacional, de bastidores, e os próprios parlamentares, na defesa dos interesses que tenham em comum e ainda assim assegurar protagonismo e senso de pertencimento a esses diferentes *players*.

Se por um lado é bem recebido pelos parlamentares, o modelo de Frente institucionalizada ainda não é claro para todos os agentes que interagem no Congresso Nacional. A única diretriz normativa interna sobre frentes parlamentares é o Ato da Mesa nº 69, de 2005, anterior à criação da forma de trabalho que vemos hoje nas Frentes ativas.

O Ato nº 69 simplesmente institui a forma de registro e a liberdade de atuação que as Frentes têm, seus artigos estabelecem também que: o registro das Frentes Parlamentares será feito perante a Mesa; conceitua o que é Frente Parlamentar — a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros (198 parlamentares) do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade; determina que é preciso um estatuto e ata de fundação da Frente Parlamentar para que ela seja devidamente registrada; autoriza o requerimento de espaço físico da Câmara para realização de atividades das Frentes, desde que não interfiram nos trabalhos da casa, não implique em contratação de pessoal ou gastos com passagens aéreas; e assegura a cobertura das atividades das Frentes, devidamente registradas pela TV Câmara, Rádio Câmara, Jornal da Câmara e na página oficial da Câmara dos Deputados na Internet.

Em que pese a necessidade de atualização, o Ato nº 69 foi fundamental ao não criar engessamento ao modelo de Frente institucionalizada que surgiria anos depois, com o início da atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária em cooperação com o Instituto Pensar Agropecuária. A operação da Frente Parlamentar firma a cooperação técnica com entidade de sociedade civil e tem um arcabouço precioso de processos, produtos e ações para integrar o tema defendido ao cotidiano do Congresso Nacional.

Este arcabouço estrutura-se a partir de um tripé:

- ▶ O trabalho de assessoria técnica no tema da frente parlamentar, visando ter, em torno da temática da frente, monitoramento ativo e minucioso, análise das matérias e estratégia

e inteligência para estruturar requerimentos e ações dentro do processo legislativo, orientando e subsidiando o trabalho de articulação;

- ▶ O trabalho de engajamento e articulação parlamentar e gestão de *stakeholders* na defesa dos objetivos da Frente, de forma que o apoio da Frente Parlamentar se torne relevante para a vida dentro do Congresso Nacional; e
- ▶ O trabalho de comunicação precisa ser cuidadosamente pensado, com o propósito de construir meios eficazes para que os parlamentares comuniquem bem os temas de interesse entre si, e tenham didática para comunicar o tema também para as suas bases eleitorais, a fim de que as matérias defendidas pela Frente aumentem seu capital político e o fortaleçam diante dos formadores de opinião pública.

A escolha da estrutura que se estabeleceu para a Frente Parlamentar Mista pelo Reconhecimento das Relações Institucionais e Governamentais baseou-se no modelo acima descrito. Ficou estabelecido o acordo de cooperação técnica entre a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) e o mandato do Deputado Lafayette de Andrada para trabalhar pela consolidação de uma frente parlamentar que seja protagonista no Congresso Nacional.

A atuação da Frente Parlamentar como hub entre profissionais, sociedade civil, academia e Poderes Públicos

No Brasil, em jornada de acesso à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ao falar de reconhecimento e regulamentação das atividades de Relações Institucionais e Governamentais, ou *lobby*, beira o impossível não relacionar a regulamentação às recomendações desta organização internacional. Para assegurar transparência e integridade à defesa de interesses diante dos tomadores de decisão e formuladores de políticas públicas, o reconhecimento legal das atividades de *lobby* é uma recomendação expressa do Comitê de Governança Pública da organização e fator condicionante para o Brasil alcançar o status de país-membro. Nas diretrizes da OCDE, encontramos, também, endosso conceitual ao papel que as frentes parlamentares podem desempenhar na sociedade brasileira para fortalecer o processo decisório e o sistema político.

A OCDE preconiza que o Poder Público deve ser capaz de promover a participação das partes interessadas ao longo de todo o ciclo político, ao passo que o espaço cívico também deve ser protegido e promovido. Além disso, a experiência da organização com a maioria de seus países-membros

mostra que os setores produtivos e os cidadãos desempenham papel importante em defender e fazer *lobby* por melhores políticas e administrações públicas mais eficientes.

Se bem desenhada, a estrutura institucional da Frente Parlamentar atua justamente como um espaço cívico seguro que promove a participação dos diversos *stakeholders* nas etapas do ciclo político da formulação e aprovação de leis. A plataforma de suporte da Frente Parlamentar consegue conectar cidadãos, profissionais, academia e setores produtivos às decisões tomadas durante todo o processo decisório, dentro do Legislativo e, em menor escala, do Executivo Federal.

A ciência de que a Frente Parlamentar Mista pelo Reconhecimento das Relações Institucionais e Governamentais deve desempenhar exatamente este papel e construir pontes entre profissionais da área, a sociedade que deseja defender seus interesses e os parlamentares, faz com que o cuidado em estruturá-la e pensar, estrategicamente, na sua atuação seja ainda maior. É necessário que ela seja importante para todos os parlamentares que sejam signatários e os apoie a alcançar melhores decisões a partir das experiências vividas dentro do *hub* entre setores da sociedade que ela é.

Importância da Frente Parlamentar para os parlamentares

No Congresso Nacional, a Frente Parlamentar é uma estrutura reconhecida como pertencente aos parlamentares. A mobilização em torno da temática escolhida, em primeira escala, deve fazer sentido para o momento político de deputados e senadores. Ao propor uma nova Frente Parlamentar, o Deputado Lafayette de Andrada também ressalta a importância que vê nela:

“A Frente Parlamentar [Mista pelo Reconhecimento das Relações Institucionais e Governamentais] é importantíssima em dois sentidos. Primeiro, no aspecto de ajudar e dar divulgação e conhecimento, de fato, da importância que é o profissional de RIG. Em segundo, promover uma mobilização com os parlamentares, deputados e senadores, no sentido de que votem favorável a essa matéria que é tão importante.”

As palavras do deputado são fiéis à realidade. De maneira objetiva, uma Frente Parlamentar ativa dá aos seus membros, em especial presidentes e diretores, maior visibilidade pública, maior domínio temático que acarreta o fortalecimento do papel de liderança diante dos pares e, em consequência, o aumento do protagonismo político e da relevância do mandato.

Há também como as atividades da Frente Parlamentar, em especial as institucionalizadas, ganharem grande importância para os mandatos ao fornecerem a estrutura de apoio aos bastidores

da atividade parlamentar. Devido ao fato de os gabinetes terem uma rotina intensa, de conciliar a comunicação com o eleitor enquanto fiscalizam o Executivo e acompanham comissões, secretarias e plenário, contar com um grupo de apoio faz toda a diferença. Quando esse grupo preza pelo rigor técnico e pelo diálogo, os resultados são positivos para o mandato como um todo.

Nas palavras do Deputado Augusto Coutinho (Republicanos/PE), é possível identificar como os profissionais de Relações Institucionais e Governamentais que apoiam o funcionamento das Frentes, assim como representam outros interesses, devem interagir junto aos parlamentares:

“De forma republicana e sem interesses pessoais. [...] A interlocução clara e transparente do setor privado com o setor público é muito importante, pois essas pessoas vivenciam o Brasil real, que os gestores públicos não têm acesso, como o cotidiano de empresas, comércios, indústrias e do campo.”

Desde que o trabalho de estruturação da Frente Parlamentar foi iniciado em abril desse ano (2022), a mobilização pública e projeção dos parlamentares envolvidos com o tema têm aumentado gradativamente. Veículos de imprensa, como Correio Braziliense, Poder360 e Valor Econômico, já realizaram coberturas sobre o tema com o Deputado Lafayette, bem como com outros parlamentares e *stakeholders* que foram mobilizados pela articulação em torno da Frente Parlamentar.

Mobilização pela Regulamentação do *Lobby*: a luta de décadas

Em 1956, o então senador americano John F. Kennedy descreveu os profissionais de *lobby* com as seguintes palavras (em tradução livre):

“Os lobistas são, em muitos casos, técnicos especializados capazes de examinar assuntos complexos e difíceis de forma clara e compreensível. Eles se envolvem em discussões diretas com membros do Congresso em que podem explicar em detalhes as razões das posições que defendem. Como nossa representação no Congresso é baseada em fronteiras geográficas, os lobistas, que falam pelos vários interesses econômicos, comerciais e outros interesses funcionais do país, servem a um propósito útil e assumiram um papel importante no processo legislativo”.

A visão clara daquele que viria a ser o trigésimo quinto presidente americano na década de 1960, infelizmente, ainda não chegou ao conhecimento do Brasil de 2022. As discussões para o reconhecimento da importância das atividades de defesa de interesses no país só começaram a avançar após a primeira iniciativa legislativa feita, em 1984, pelo Senador Marco Maciel.

Apesar do legado deixado por Marco Maciel, sua dedicação não foi suficiente para alcançar a almejada regulamentação. O tema ficou por décadas fora da superfície do Congresso, quando o PL 1.202/2007, do Deputado Carlos Zarattini, foi proposto e tramitou por mais de uma década, e ainda tem a votação em plenário pendente. Sobre o debate ocorrido no PL 1.202/2007, o Deputado Paulo Ganime (NOVO/RJ) avalia:

“Temos que reconhecer a importância do debate que aconteceu no PL 1.202/2007, que conseguiu avançar bastante no Parlamento e foi um grande passo para levantar esse tema, que nos permite hoje chegar a projetos mais maduros como o PL 4.391/2021.”

Proposto pelo Poder Executivo, o PL 4.391/2021 tem a mais avançada sinergia com a contemporaneidade da discussão mundial do *lobby*, além de harmonizar com legislações já vigentes, que vão desde o Decreto nº 10.889, que estabelece o e-Agendas para agentes públicos federais, até mesmo a legislação modernizada de conflito de interesses. O texto legislativo desta proposta é o que melhor garante a criação das salvaguardas e a garantia de responsabilização que foram orientadas pela OCDE no Roadmap de Acesso do Brasil divulgado em 10 de junho.

Durante a Semana Brasil-OCDE, realizada no Palácio do Itamaraty de 20 a 24 de junho, Beatriz Nóbrega, profissional de RIG e apoio técnico da Frente Parlamentar, conversou com o Embaixador Carlos Márcio Cozendey que representa o Brasil na OCDE. Na ocasião, a principal mensagem do embaixador consistiu em ressaltar a importância de todos os esforços que foram feitos em relação à regulamentação do *lobby* e da conscientização em torno dele. Ressaltou ainda que a forma com a qual regulamentação está avançando no Brasil será um dos principais itens que o Comitê de Governança Pública observará.

As palavras do embaixador foram recompensa de outra ação estratégica do apoio técnico da Frente que ocorrera dias antes. O Deputado Carlos Zarattini (PT/SP), apresentou uma nova proposição, o PL 1.535/2022, que, em suma, resgata os pontos já superados na discussão do PL 1.202/2007 e impôs o risco dispersar as atenções da discussão do PL 4.391/2021. No mesmo dia em que o novo projeto de lei foi apresentado, o Deputado Kim Kataguiri (União/SP) apresentou o Requerimento de Apenção n. 1.013/2022, o qual traz a importância de manter a discussão integrada:

“[...] Em adendo à pertinência temática entre os projetos de lei supracitados, há a constante busca pelo enriquecimento da construção da política pública, a partir da otimização dos esforços. Discussões que versam sobre o mesmo tema não devem ocorrer em paralelo, e sim de maneira

que permita a todos nós, legisladores, ter uma visão integrada das propostas destinadas a criar a melhor solução legislativa. São essas integrações que permitem a mais democrática construção política para o Brasil.

No caso específico dos projetos que são objeto deste requerimento, o que exponho no parágrafo superior é ainda mais claro. Os profissionais e cidadãos que vem cotidianamente nesta casa defender os seus interesses, precisam que a regulamentação das suas atividades avance de maneira substancial, para que possamos ter, no Brasil, a atividade de lobby guiada por princípios de integridade e transparência como recomendam os mais altos padrões internacionais, principalmente da OCDE.

[...] Tanto o Projeto de Lei nº 4.391, de 2021 como o Projeto de Lei nº 1.535, de 2022 buscam direcionar princípios e balizar a atuação dos profissionais de Relações Institucionais e Governamentais e que, nos pontos que diferem, são diretamente relacionados ao objetivo em comum de regulamentação do lobby no Brasil e devem ser avaliados para compor a mesma legislação.”

O requerimento foi bem-sucedido, sendo o PL 1.535/2022 apensado ao PL 4.391/2021 e, dessa forma, os dois passaram a tramitar conjuntamente.

A tramitação do PL 4.391/2021 avançou e, com as atividades das comissões permanentes da Câmara dos Deputados reestabelecidas, o Deputado Augusto Coutinho (Republicanos/PE) foi designado relator na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), tendo divulgado o primeiro parecer preliminar no dia 15 de julho.

Neste parecer, a mobilização do apoio técnico e outros parlamentares têm mostrado que aperfeiçoamentos ainda devem ser feitos para que a legislação traga o reconhecimento legal da atividade de maneira que garanta integridade, transparência, mas também não importe as práticas cuja experiência internacional é negativa. Nesse sentido, o Deputado Paulo Ganime (Novo/RJ) expõe:

“É uma oportunidade para colaborar, mas vai depender de como os parlamentares enxergam a atividade. É preciso dissociar o lobby da corrupção para caminharmos para a compreensão pela sociedade do que se trata a atividade e torná-la cada vez mais conhecida e mais acessível para novos profissionais e para diversos setores da sociedade. A regulamentação pode ajudar a definir práticas que inibam a corrupção, mas o indivíduo ou a instituição que desejarem cometer algum ilícito irão atuar à margem da lei. Colocar na lei as boas práticas da atividade pode representar um engessamento que cria barreiras de mercado e dificulta sua aplicabilidade.

Muitas vezes é melhor que esses mecanismos estejam previstos em regulamentações infralegais ou autorregulamentações.

[...] Burocratizar em excesso a legislação é prejudicial ao setor, pois impede a entrada de novos profissionais, comprometendo a concorrência e a justa formação dos preços praticados, além de prejudicar a seleção natural pelo mercado dos bons profissionais. A burocracia em excesso também contribui para o exercício informal da profissão, que vai na contramão do que defendemos sobre maior acesso informacional pela população e a perda do estigma que a atividade ainda possui, e promove o exercício irregular da atividade.”

Parlamentares, como a Deputado Federal Adriana Ventura (Novo/SP), signatária da Frente Parlamentar, tem atuado em alinhamento com a visão defendida, estabelecendo um diálogo parlamentar-parlamentar, ganhando protagonismo junto ao relator para que a regulamentação alcance uma legislação moderna e condizente com as diretrizes e boas práticas mais relevantes para a realidade brasileira.

Atravessando o ano eleitoral: desafios e oportunidades

A efetividade das entregas do modelo de frentes parlamentares estruturadas, com corpo de cooperação técnica, tem sido cada vez mais comprovada. Mas isso não significa que não haja desafios para a consolidação e estabelecimento do funcionamento destas plataformas. Sejam as mudanças criadas durante a pandemia da Covid-19 ou os desafios de saber lidar com o *timing* próprio do ano eleitoral, lidar com os desafios e transformá-los em oportunidade é fundamental para a sobrevivência política de qualquer projeto.

O primeiro desafio que a Frente Parlamentar Mista pelo Reconhecimento das Relações Institucionais e Governamentais se deparou foi com a mudança do sistema de adesão dos parlamentares à Frente. O que antes se obtinha em poucos dias ao coletar assinatura nos corredores, passou a ser feita somente virtualmente, por meio de adesão via *Infoleg*. Com isso, o trabalho de conseguir a quantidade de signatários necessária para registrar formalmente a Frente Parlamentar na mesa exigiu o desenho de novas estratégias para que o tempo não fosse perdido e mais parlamentares fossem alcançados.

Ao passo que o apoio técnico segue dando suporte aos parlamentares já engajados no tema, foi estabelecido um plano sólido e amplo de divulgação e coleta de assinaturas para consolidarem a Frente ainda no mês de agosto.

A estratégia consiste em, na primeira semana de agosto, haver um esforço concentrado em quatro diferentes linhas: (i) mobilização de parlamentares e profissionais de RIG; (ii) mobilização durante o evento comemorativo da Abriq no espaço Mário Covas; (iii) envio de *e-mails* personalizados/nominais para todos os gabinetes seguidos de *follow-up* telefônico ou presencial; e (iv) disponibilização do site e das redes sociais destinadas à Frente Parlamentar em si. A meta estabelecida é que no dia 10 de agosto a Frente Parlamentar seja formalmente registrada perante a Secretaria Geral da Mesa.

Paralela à questão das assinaturas, há as circunstâncias que o período eleitoral estabelece para o funcionamento do legislativo e as atividades das Frentes Parlamentares. Por um lado, há o desafio de fazer com que entre as prioridades governamentais e os acordos políticos dos líderes partidários e de bancadas, como a aprovação do PL 4.391/2021 seja vista com a devida importância. Para isso, uma série de engajamentos e audiências técnicas foram realizadas com o Governo Federal, envolvendo o Ministro Wagner Rosário, da CGU, a Secretaria de Assuntos Parlamentares, da Secretaria de Governo e a Secretaria de Assuntos Econômicos do Ministério da Economia.

Esse acompanhamento constante visa garantir que o Governo Federal não relativize a prioridade dada ao PL 4.391/2021, incluso na lista de prioridades para o ano de 2022, fato que configurou um ganho importante para o avanço do debate e fomentou as articulações internas no Congresso Nacional acerca do tema. Hoje o trabalho desempenhado é para que o projeto seja votado ainda nas semanas de esforço concentrado do mês de agosto.

A busca por um legado para além da regulamentação

A relevância do trabalho feito é também associada à capacidade dele de trazer contribuições perenes ao lugar onde está inserido. Não é diferente para as Frentes Parlamentares. A visão *stricto sensu*, de pauta única, não consegue ter o mesmo poder de mobilização parlamentar que as frentes transversais, seja em setores específicos ou na sociedade como um todo. O campo de atuação amplo torna a frente parlamentar apta a dialogar com uma maior quantidade de mandatos e exercer seu papel, criando todo o ecossistema vinculado já exposto nas páginas acima e garantindo o sucesso do trabalho acerca do tema motivador da existência da frente.

Desta forma, a FPRIG também surge com visão de futuro. Concomitante à regulamentação do *lobby* e a aprovação do PL 4.391/2021, o planejamento dela traz o primeiro olhar focado na legística.

Também incluída no rol de preocupações da OCDE, a legística nada mais é do que o conhecimento para avaliar a qualidade das leis e regulamentos e a eficácia geral dos novos sistemas regulatórios.

A organização internacional registra que regulamentações excessivamente onerosas, complexas ou impraticáveis podem piorar o bem-estar social ao retardar o crescimento econômico, reduzir a cooperação pública e aumentar os custos administrativos. Regras mal concebidas podem ter efeitos inesperados e desastrosos na competitividade, investimento ou criação de empregos.

Para proteger os países e cidadãos, as políticas públicas e regulações devem ser baseadas em análise de risco. Dessa forma, devem garantir que as regras sejam baseadas na ciência, direcionadas, eficazes e eficientes. Fundamentalmente, os regulamentos devem abordar os riscos — à saúde e à segurança, ao meio ambiente, à economia, aos consumidores, entre outros — e suas causas. Regras e procedimentos baseados na ciência, focados e proporcionais são mais eficazes e menos onerosos, é o que diz a OCDE.

Ao congregarem os profissionais que defendem interesses e participam do processo decisório, servindo de maneira útil ao processo legislativo, como John F. Kennedy disse, a FPRIG encontra-se em posição estratégica para que a sua transversalidade consista justamente na possibilidade de avaliação técnica, pragmática, baseadas em evidências e análise de risco, das propostas em tramitação no Congresso. Para muito além da regulamentação, esta é a forma de reconhecer RIG como aquilo que é: a atividade que melhora a política pública a partir do conhecimento e profissionalismo.

Conclusão

Impacto e Resultados

Mais de cento e vinte dias de trabalho separam a confecção inicial do estatuto entregue ao Deputado Lafayette de Andrada em 4 de abril deste ano e a data que este *case* é escrito para apresentar os resultados já colhidos com a consistência do trabalho feito desde o dia um. Mais do que coletar assinaturas, dar início a uma Frente Parlamentar é, sobretudo, criar reputação e ter boa vocação do servir a uma causa e criar um legado que altere a cultura legislativa para obter resultados duradouros.

Dia após dia, entre o início de abril e o fim de julho, a Frente Parlamentar Mista pelo Reconhecimento das Relações Institucionais e Governamentais vem sendo construída e colhendo os resultados que somente o trabalho bem estruturado, pensado tecnicamente e com o uso de habilidades socioemocionais para assegurar o engajamento de cada novo signatário mobilizado.

Da concepção da gestão de marca, da experiência visual que será proporcionada a parlamentares e assessorias, a imagem que a Frente transmitirá, o trabalho de criar a identidade visual, site e redes, foi pensado para comunicar em conceitualmente que o Congresso pode ser visto e colocado em novos ângulos, ainda permanecendo com uma estrutura conexa. Este trabalho foi desenvolvido em conjunto com a Agência Fridom:



Para além disso, há os resultados que criam impacto no Congresso, sobretudo, pensando nos *stakeholders* principais a serem considerados para a Frente Parlamentar: Parlamentares, assessorias e profissionais de RIG. Das ações realizadas por e para eles, é possível afirmar que:

- ▶ O trabalho junto aos parlamentares tem garantido a possibilidade de atuar diretamente na regulamentação, graças à organicidade da convivência como Frente Parlamentar e a confiança no modelo de trabalho.
- ▶ Trabalho do apoio técnico consistente para aproximar o Brasil não só da regulamentação, mas também não desvirtuar das diretrizes da OCDE e do equilíbrio entre os princípios e diretrizes que guiam as atividades.
- ▶ Aumento do *awareness* em relação a regulamentação do *lobby* e reconhecimento das atividades de RIG: o interesse público sobre o tema tem crescido, e mais *stakeholders* têm surgido e fortalecido o elo social que dá relevância ao trabalho da Frente Parlamentar.
- ▶ Projeção pública dos parlamentares já engajados: em pouco menos de quatro meses de trabalho, parlamentares importantes já se mobilizaram sobre o tema, o requerimento de urgência foi apresentado com todas as assinaturas necessárias e mais de trinta parlamentares já conheceram e se tornaram signatários dispostos a contribuir com a FPRIG.

- ▶ Empoderamento dos profissionais de RIG para dialogar com os demais parlamentares e fomentar o crescimento e consolidação da Frente Parlamentar e sua contribuição cotidiana aos trabalhos do Congresso Nacional.
- ▶ Maior capacidade de mobilização e comunicação sobre o que é *lobby*, a importância de RIG, como exposto neste case pela visão dos parlamentares.

Referências

Guias da OCDE e materiais da Câmara dos Deputados:

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ato da Mesa nº 69, de 10/11/2005**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>.

DEPUTADO Federal Kim Kataguirí (União/SP). **Requerimento de Apensação n. 1013/2022**, que “Requer o apensamento do Projeto de Lei nº 1.535, de 2022, ao Projeto de Lei nº 4.391, de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2326443>.

OECD. Improving the Quality of Laws and **Regulations**: Economic, Legal and Managerial Techniques. 2009. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/regulatory-policy/>.

OECD. **Recomendação do Conselho da OCDE sobre Integridade Pública**. 2017. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/ethics/integrity-recommendation-brazilian-portuguese.pdf>.

OECD. **Roadmap for the Accession Process of Brazil**. 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/Roadmap-OECD-Accession-Process-brazil-EN.pdf>.

OECD. **OECD Regulatory Policy Outlook** 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/regulatory-policy/>

OECD. Overcoming Barriers to Administrative Simplification Strategies: *Guidance for Policy Makers*. 2009. Disponível em: <https://www.oecd.org/regreform/42112628.pdf>.

Reportagens

DE CASTRO, Gabrielle. Regulamentação do *lobby* trará maior segurança jurídica para todos os envolvidos, segundo o deputado Paulo Ganime. **Revista Abrig Digital**, 2022. Disponível em: <https://www.abrig.org.br/index.php/noticias/regulamentacao-do-lobby-trara-maior-seguranca-juridica-para-todos-os-envolvidos-segundo-o-deputado-paulo-ganime>.

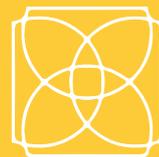
DE CASTRO, Gabrielle. Regulamentação de RIG ganha apoio do vice-presidente da CCJC. **Revista Abrig Digital**, 2022. Disponível em: <https://www.abrig.org.br/index.php/noticias/regulamentacao-de-rig-ganha-apoio-do-vice-presidente-da-ccjcg>.

DE CASTRO, Gabrielle. Relator na CTASP fala sobre a regulamentação do *lobby*. **Revista Abrig Digital**, 2022. Disponível em: <https://www.abrig.org.br/index.php/noticias/relator-na-ctasp-fala-sobre-a-regulamentacao-do-lobby>.

DI CUNTO, Raphael; CAMAROTTO, Murillo. Centrão pede urgência para o PL do *Lobby*. **Valor Econômico**, 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/04/28/centrao-pede-urgencia-para-pl-do-lobby.ghtml>.

FELICE, Raphael. Parlamentar defende a regulamentação do *lobby*: “É uma pauta antiga”. **Correio Braziliense**, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/05/5008899-parlamentar-defende-a-regulamentacao-do-lobby-e-uma-pauta-antiga.html>.

FELICE, Raphael; MEDEIRO, Taísa. “Negociação para legalizar lobby ganha força no Congresso Nacional”. **Correio Braziliense**, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/07/5024389-negociacao-para-legalizar-lobby-ganha-forca-no-congresso-nacional.html>.



PRÊMIO MARCO MACIEL 2022

RIG EM ORGANIZAÇÃO PRIVADA OU MISTA



EDIÇÃO 2022

PRÊMIO MARCO MACIEL

Integridade e Transparência na
Gestão Pública - Privada

HEXAGRAMA
BRASIL



1º LUGAR — FA.VELA ESCOLA



ORGANIZAÇÃO

Itaú Unibanco

PROPONENTE

Itaú Unibanco

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Jorge Lima

O Itaú Unibanco, em parceria com a FA.VELA, produziu um programa de letramento e formação empreendedora contínua, conectando jovens, adultos e idosos às oportunidades e experiências de aprendizado. O objetivo é impulsionar a transformação digital de nano e pequenos empreendimentos, além de potencializar a conexão com pessoas ainda não integradas à comunidade empreendedora criada e gerenciada pelo FA.VELA.

Introdução

Entendemos que promover o acesso e a ampliação de direitos, melhorar a qualidade de vida nas cidades e fortalecer o poder de transformação das pessoas por meio do investimento social privado é nosso dever. Fazemos isso a partir do investimento de recursos financeiros e da articulação para desenvolvimento e fortalecimento de projetos com geração de impacto positivo. Buscamos impulsionar e acelerar a transformação da sociedade em áreas fundamentais para o desenvolvimento do país, como educação, empregabilidade, mobilidade, cultura, saúde e inclusão socioeconômica de públicos minorizados e vulnerabilizados. Com a visão voltada para estes pilares de atuação, unimos dois deles, criando um programa que pudesse ser compartilhado e aplicado em todo o Brasil.

Deste olhar, surgiu o FA.VELA ESCOLA, uma parceria entre o Itaú Unibanco e essa organização sem fins lucrativos que possui foco no empreendedorismo e na transformação digital inclusiva. O projeto consistiu em solucionar a baixa oferta e qualidade de educação empreendedora identificada para o grande número de empreendedores periféricos que fortalecem a economia local. Contudo, mais do que planos de negócios, desenvolvemos habilidades empreendedoras e de liderança para a criação de planos de vida que resultem em transformações para os seus núcleos familiares e comunidades, e não apenas uma oportunidade de fazer “uma grana” a mais no fim do mês. Um ponto importante é que a linguagem utilizada foi pensada justamente para deixar o público mais próximo de sua realidade, facilitando o entendimento e criando conexões.

Idealizado, inicialmente, em formato presencial, com a chegada da pandemia a opção *on-line* foi instaurada com bastante sucesso. Nesse modelo, entre meados de 2021 e o início de 2022, três produtos foram pensados, desenvolvidos e adaptados para a nova realidade.

Desenvolvimento

Iniciamos com 12 podcasts. O produto foi intitulado *AQUIÓ!* e fala sobre empreendedorismo, impacto social, gestão, finanças, comunicação e marketing, entre outros.

1. Transformação digital inclusiva — ep.1;
2. Transformação digital inclusiva nas finanças — ep.2;
3. Empoderamento econômico por meio do empreendedorismo — ep.3;
4. Como o meio digital pode apoiar a retomada econômica de nano e pequenos negócios — ep.4;
5. Precisamos falar sobre o cartão de crédito — ep.5;
6. Gestão financeira e planejamento estratégico nos negócios — ep.6;
7. Questões tributárias para nano e micronegócios — ep.7;
8. Como captar recursos para negócios e projetos — ep.8;
9. Meios de pagamentos digitais — ep.9;
10. Diferenças entre custos, despesas, faturamento e lucro — ep.10;
11. Qual é o papel da escola no futuro da economia — ep.11;
12. *Open finance* — ep.12.

Além dos *podcasts*, aulas *on-line* intituladas *JUNTÔ!* foram aplicadas, ministradas por professores convidados, que compartilharam informações e soluções para dúvidas. Foram três aulas específicas, transmitidas ao vivo e que ficaram abertas para posterior visualização: 1. Gestão financeira; 2. Impacto Social; 3. *Branding*: aprenda a fortalecer a identidade da sua marca.

E, por último, mais três *e-books* denominados *SALVÔ!* foram produzidos e disponibilizados, sistematizando informações de temas trabalhados nos *podcasts* — trabalho, diversidade e digital.

1. Diversidade nas organizações: cultura organizacional; empoderamento e representatividade organizacional; representação da diversidade na prática; mulheres no poder; racismo estrutural nas organizações; a voz LGBTQIA+; a vez dos mais velhos; PCD e acessibilidade; diversidade e inovação.

2. Juventude e as perspectivas de trabalho: força de trabalho jovem; *soft skills* e habilidades de trabalho; perspectivas de carreira; futuro do trabalho e as novas profissões; rompimento de barreira e oportunidades de trabalho; produtividade e neurociência; juventude e empreendedorismo e missão influencer.

3. Precisamos falar sobre presença digital: o que é e como usar a internet a seu favor; como construir *brandpersona*, onde meu público está; marketing de conteúdo; estratégia de conteúdo; produzindo em casa; presença orgânica x presença paga e trabalhando a favor dos algoritmos.

Público-alvo: 70% dos cadastros foram realizados por mulheres; 83% se autodeclararam pretos ou pardos; 56% recebem de 1/2 a 2 salários mínimos; 32% se identificam como LGBTQIA+ e 54% têm um empreendimento ativo e funcionando.

Distribuição pelo país: por se tratar de projeto *on-line*, o alcance é estendido para todo o país, porém, houve concentração de comunicação em 12 estados brasileiros mais Distrito Federal, distribuídos entre as cinco regiões do país, onde o FA.VELA está presente. São eles: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Pará e Amapá. Com o objetivo de reforçar a divulgação e engajamento do público-alvo, realizamos conversas junto às Secretarias focadas em Assistência Social do Poder Executivo nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA) e Recife (PE).

Conclusão

Os *podcasts* intitulados *AQUIÓ!* tiveram mais de 650 inscritos e atingiram quase 1.800 espectadores únicos somente no YouTube. Já as plataformas *Spotify* e *Deezer* somam aproximadamente 800 *plays*. Entre os ouvintes, 58% se autodeclararam mulheres, 33% homens, 7% pessoas não binárias e 2% não especificado.

Já as aulas ao vivo, chamadas *JUNTÔ!* tiveram mais de 250 visualizações e chegaram a aproximadamente 950 espectadores únicos (pessoas que entraram em alguma parte da transmissão). O chat movimentou quase 30 mensagens, gerando engajamento entre os participantes. Entre os principais *feedbacks*, estão:

“É verdade, eu só vim entender sobre gestão quando primeiramente eu entendi o meu negócio. No início, eu fiquei perdidinha, hoje meu momento é de investimento”.

“Prosa boa demais, *beeem* real! *Tava* precisando ouvir alguma coisa pra reconhecer os meus desafios de agora, que tá diretamente ligado também aos acessos e desafios dos meus futuros consumidores. Valeu demais!”.

“Muito bom. Conteúdo de valor sempre”.

Considerando que a organização FA.VELA atingiu até hoje aproximadamente 2.300 pessoas, estes resultados são incrivelmente satisfatórios. E, para finalizar, 80% dos participantes passaram a integrar a rede do FA.VELA após a formação do ESCOLA.

Referências

Todos os materiais foram amplamente discutidos, produzidos e validados tanto pelo Itaú Unibanco quanto pelo FA.VELA. A parceria ocorreu em todas as fases do projeto, da definição dos produtos disponibilizados até o incentivo em levar o projeto para as praças de maior proximidade. Trabalharam em sinergia entre as áreas de Relações Institucionais e Relações Governamentais do banco.

Sobre o Itaú Unibanco: o maior banco privado da América Latina. Fundado no Brasil há 98 anos, está presente em 18 países e conta com cerca de 100 mil colaboradores no Brasil e no exterior. Possui uma rede de atendimento composta por aproximadamente 3,9 mil agências e postos de atendimento em território brasileiro. É um banco universal, que oferece produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e empresas em todos os segmentos. Empresa de capital aberto, o Itaú Unibanco possui atualmente cerca de 490 mil acionistas.

Sobre o FA.VELA: com sede em Belo Horizonte/MG, ele atua no desenvolvimento do ecossistema de inovação, tecnologia e empreendedorismo em territórios vulneráveis como favelas e regiões periféricas, ofertando consultorias, aulas, *workshops* e oficinas para que moradores de áreas periféricas modelem empreendimentos sustentáveis e assumam a liderança na transformação local. Até o momento já foram + de 2.300 jovens, adultos e idosos impactados diretamente, + de 260 projetos de impacto impulsionados, + de 20 programas de letramento empreendedor e pré-aceleração de negócios e + de 200 profissionais gerenciados em ações de voluntariado.

2º LUGAR — O PAPEL DE RIG NA CONSTRUÇÃO DE POSICIONAMENTO DO BIOMETANO COMO ALTERNATIVA PARA A DESCARBONIZAÇÃO DO BRASIL



ORGANIZAÇÃO

Yara Brasil Fertilizantes S.A.

PROPOSTANTES

Yara Brasil Fertilizantes S.A.

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

**Ana Pais, Thiago Coletti, Caroline Furlan, Caliel Calves,
Caroline Boas, Thor Oliveira**

O mundo enfrenta o desafio de reduzir as emissões de gases, ao mesmo tempo em que precisa aumentar sua produtividade agroindustrial. Neste contexto, a Yara, líder na produção de insumos nitrogenados, tem avançado em sua agenda sustentável baseada na descarbonização de suas plantas e na oferta de soluções de baixo carbono a segmentos industriais e agrícolas. O Brasil, por sua vez, tem em mãos uma alternativa real — o biometano — para suportar a transição energética mundial. Para posicionar a alternativa brasileira neste desafio global, inserindo a empresa no papel de vetor da transformação, a Yara implementou uma estratégia de Relações Públicas, de Relações Institucionais e Governamentais baseada na educação, sensibilização e conexão com a cadeia e tomadores de decisão, que reforçou o apoio ao país e aos setores econômicos e sociais na captura de oportunidades nesta nova agenda.

Introdução

A necessidade de reduzir as emissões de gases do efeito estufa e focar, definitivamente, em uma produção industrial aliada à proteção ambiental atingiu, com a pandemia da Covid-19, um caráter de urgência em nível global. As empresas, em seus mais diversos segmentos, reforçaram a busca por soluções que possam colaborar com este desafio; enquanto governos, legisladores e órgãos reguladores ao redor do mundo passaram a observar a temática com ainda mais afincos.

A Yara, empresa norueguesa centenária, pioneira e líder global na produção de soluções nitrogenadas (que incluem amônia, ureia e nitratos), aplicadas a segmentos industriais e fertilizantes agrícolas, deu um importante passo para contribuir de maneira efetiva: em 7 de dezembro de 2020, a empresa apresentou, globalmente, sua nova estratégia¹, baseada na ambição de cultivar um futuro alimentar positivo para a natureza, e suas metas ambientais, que incluem ser “carbono neutro” em 2050. A partir daí, concentrou esforços na transformação de suas plantas de produção de nitrogenados — antes supridas com gás natural ou fontes “cinzas” como matérias-primas — para rotas sustentáveis, como energia eólica, solar, hidrólise, entre outras. Desta forma, pode-se produzir a amônia verde, que é a porta de entrada para a economia de hidrogênio limpo, pois a amônia é notadamente a maneira melhor e mais fácil de transportar e armazenar hidrogênio².

A soma do conhecimento e pioneirismo da Yara, com a tradição e liderança da Raízen no setor sucroalcooleiro e o potencial agrícola do Brasil, permitiu à companhia norueguesa anunciar³, em 20 de setembro de 2021, o primeiro contrato comercial para fornecimento de gás natural renovável (biometano), produzido pela Raízen a partir de resíduos do processo de produção de etanol — vinhaça e torta de filtro — em um acordo de cinco anos. Quimicamente idêntico ao gás natural, hoje utilizado como matéria-prima, o biometano será usado pela Yara em sua planta de Cubatão (SP) para a fabricação de amônia verde, que pode ser destinada à produção de fertilizantes nitrogenados no parque fabril da empresa, servir como alternativa de combustível marítimo renovável ou ser utilizada no processo produtivo de diversos segmentos industriais. A empresa espera produzir o primeiro lote de amônia verde já em 2023.

1. <https://www.yara.com/siteassets/investors/057-reports-and-presentations/capital-markets-day/2020-esg/esg-investor-seminar-2020-slides.pdf>

2. <https://www.bnamericas.com/pt/noticias/a-grande-tendencia-do-hidrogenio-verde-na-america-latina>

3. <https://www.yarabrasil.com.br/noticias-e-eventos/press-releases/biometano/>

Com o biometano, a Yara deu o primeiro passo efetivo na indústria química e de fertilizantes brasileira no sentido de criar um futuro neutro em carbono. Por ser uma alternativa praticamente exclusiva do Brasil — pelo fato do grande volume de produção sucroalcooleira, além da produção de resíduos orgânicos —, era necessário, contudo, que os demais elos dessas cadeias, principalmente, os reguladores, legisladores e atores dos governos estadual e federal, observassem o diferencial que o Brasil oferece para que pudessem construir um ambiente propício ao investimento e à expansão desta rota e que capturasse as oportunidades nas diversas frentes.

Desenvolvimento

Desde o início de 2021, a Yara levou a campo uma extensa agenda proativa de aproximação e relacionamento com entes institucionais e governamentais, tendo realizado mais de 30 audiências com estados e municípios-chave, membros do Executivo e Legislativo Federal — Ministros de Estado, secretários, assessores e corpos técnicos das pastas de Economia, Agricultura, Meio Ambiente, Minas e Energia, entre outros —, além de outras 10 entidades setoriais de interesse para a pauta, cascateando o projeto, seus benefícios e desafios. Somado a isso, o *case* foi apresentado em múltiplos fóruns em entidades estratégicas, como a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Associação Brasileira do Biogás (Abiogás), Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Câmaras de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha e Brasil-Noruega (AHK e NBCC), entre outras.

Do mesmo modo, por meio de um amplo esforço integrado de relações públicas, a Yara atuou proativamente para fortalecer o posicionamento de sua nova estratégia e, ao mesmo tempo, tornar claro o entendimento dos benefícios e desafios envolvidos no projeto do biometano.

A partir do anúncio do contrato com a Raízen, mais de 150 matérias foram publicadas em diversos veículos voltados à cobertura de negócios, energia, agrícola e generalistas, incluindo as principais agências de notícias nacionais e internacionais, abordando as mensagens ligadas aos desafios comerciais, regulatórios e institucionais. Em 16 de outubro de 2021, durante o Dia do Fertilizante, a Yara patrocinou uma série de conteúdos informativos junto ao Jornal Estadão, conectando *stakeholders* relevantes para a temática e abordando os pontos de atenção e diferenciais. Destaque para *live*⁴ conduzida por executivo da empresa com Ibiapaba Netto, gerente-executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos

4. https://www.youtube.com/watch?v=-aH_edOJ8qQ

(CitrusBR), sobre a importância da descarbonização na produção agrícola para a indústria de alimentos; e para conteúdo publiteditorial⁵ com participação de formadores de opinião da indústria e do governo com destaque para José Carlos Polidoro, pesquisador e presidente do portfólio de PD&I da Embrapa em Suprimentos de Nutrientes para a Agricultura Brasileira e membro do Grupo de Trabalho Interministerial que, à época, elaborava o Plano Nacional de Fertilizantes.

Outra frente de trabalho explorada para sensibilizar tomadores de decisão foram as redes sociais. Com auxílio de infográficos⁶ e *posts* sobre o tema nos canais da empresa e de executivos, foi possível engajar e interagir com mais de mil *stakeholders*, incluindo líderes setoriais e governamentais em áreas como Energia, Agricultura, Biocombustíveis e Economia.

Conclusão

Esses laços criados e/ou reforçados trouxeram relevantes frutos ao projeto da Yara e do país. Em janeiro de 2022, o Ministério de Minas e Energia apresentou o *Plano Decenal de Expansão de Energia 2031(PDE)*⁷, documento que traz as perspectivas do setor de energia sob a ótica governamental no horizonte de dez anos (2022 a 2031), fundamental para embasar decisões sobre a política energética do país no curto, médio e longo prazo. No material, o hidrogênio é apontado como uma das principais opções verdes ao Brasil e o *case* da Yara é apresentado com o estágio mais avançado entre os 14 listados. Da mesma forma, no *Plano Nacional de Fertilizantes*⁸, lançado pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR) em março de 2022 com o objetivo de ampliar a produção nacional, amônia verde a partir de fontes sustentáveis como o biometano, é amplamente abordada como alternativa a curto prazo.

No *Plano ABC+*⁹, apresentado em novembro de 2021 pelo Ministério da Agricultura e Pecuária para congregar as ações setoriais para adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária com vistas ao desenvolvimento sustentável (2020-2030), o *case* ganha destaque como

5. <https://economia.estadao.com.br/noticias/agronegocios,fertilizante-verde-e-alternativa-para-transformacao-na-producao-de-alimentos-de-forma-sustentavel,70003872116>

6. <https://www.yarabrasil.com.br/descarbonizacao/>

7. www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202031_RevisaoPosCP_rvFinal.pdf

8. <https://static.poder360.com.br/2022/03/plano-nacional-de-fertilizantes-brasil-2050.pdf>

9. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc/abc-portugues.pdf>

elemento prático de diferenciação para o Brasil. Em todas situações é possível identificar referências claras às contribuições da Yara.

Em síntese, a implementação de uma estratégia integrada de relacionamento institucional e governamental, baseada na transparência e na colaboração, fomentando a troca e a transferência de conhecimento entre a iniciativa privada, a entidades de classe, a sociedade civil e diversos elos do Poder Público, permitiu à Yara fortalecer sua nova estratégia, influenciar positivamente tomadores de decisão sobre os benefícios e desafios intrínsecos ao projeto e o mais importante: demonstrar à sociedade o valor desta alternativa única e revolucionária do Brasil frente ao desafio global de descarbonização da economia.



3º LUGAR — PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO (PDP)



ORGANIZAÇÃO
Sandoz do Brasil

PROPONENTE

João Miguel Estephanio

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

João Miguel Estephanio

A Sandoz criou a área de relações governamentais em 2019 sempre baseada nos princípios de transparência e ética na relação com o governo e instituições públicas. Nesse período, assinou três contratos de Transferência de Tecnologia e Fornecimento, por meio da política pública Parceria para o Desenvolvimento produtivo (PDP). Esses contratos vão permitir que a Sandoz transfira a tecnologia do produto Rituximabe para a Fiocruz e dos produtos Etanercepte e Adalimumabe para o Instituto Butantan.

Além da assinatura dos contratos com as instituições públicas, houve também um alinhamento e uma grande articulação com o governo brasileiro (Ministério da Saúde, Ministério da Economia, Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações dentre outros) para posicionar a Sandoz como parceiro estratégico do governo, uma empresa ética e pautada pela transparência em suas relações.

Essa atuação exitosa, considerando a complexidade das PDPs e o cenário de mudança constantes nos ministros de diferentes ministérios, só foi possível por meio de um trabalho de relações governamentais sério, transparente, pautado pela ética e embasamentos técnicos e científicos.

Portanto, o responsável pela área de relações governamentais da Sandoz desde 2019, João Miguel Estephanio, acredita que a atuação da Sandoz pode ser um exemplo para inspirar práticas

éticas e transparentes nas relações público-privadas, sendo capaz de concorrer ao honrado prêmio Marco Maciel promovido pela Abrig.

Introdução

Para celebrar um contrato de PDP e iniciar o processo de transferência de tecnologia e fornecimento do produto ao governo, é necessário o engajamento de vários atores internos a entidade privada (em escala global), externos de instituições públicas que receberão a tecnologia e do governo brasileiro. A PDP do Rituximabe já começou o processo de transferência de tecnologia para a Fiocruz e fornecimento do produto no SUS.

A PDP de Adalimumabe iniciará, ainda em 2022, o fornecimento ao SUS e a transferência de tecnologia para o Instituto Butantan. E a PDP do Etanercepte tem previsão de início do fornecimento e transferência de tecnologia em 2023. Estimamos que cerca de 30.000 pacientes nos SUS serão impactados diretamente pelos produtos da Sandoz, e esse número tende a crescer à medida que as transferências de tecnologia forem acontecendo, já que há previsão de redução do valor unitário dos produtos o que permite a ampliação do acesso da população a esses produtos via SUS. Há uma estimativa de que essas PDPs durem cerca de 10 anos contados a partir do primeiro fornecimento ao SUS e, após esse período, os produtos serão inteiramente produzidos em território nacional (pela Fiocruz e Instituto Butantan) o que garante autonomia e disponibilidade desses produtos à população brasileira.

Desenvolvimento

Apesar de ser uma política pública muito ligada à área da saúde, a PDP possui um caráter estruturante do Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS), que permite o desenvolvimento de indústrias públicas e privadas, o aumento do capital tecnológico, a geração de emprego e renda, a qualificação de mão de obra especializada dentre outros diversos benefícios diretos e indiretos para a sociedades e para o país.

Durante a pandemia de Covid-19, o mundo inteiro presenciou a necessidade de se ter a produção de insumos estratégicos em solo nacional. Faltaram máscaras, respiradores, medicamentos, dentre outros materiais necessários para o enfrentamento desse grande problema de saúde pública. A PDP permite que produtos estratégicos para o SUS sejam produzidos no Brasil ao fim do processo

de transferência de tecnologia e ainda capacita as instituições públicas para desenvolverem seus próprios produtos. Portanto, a Sandoz, ao investir nessa política pública com a sua tecnologia e seus produtos, gera impactos gigantes na sociedade que podem significar vidas salvas, esperança, qualidade de vida dentre outros sentimentos que experimentamos na pandemia de Covid-19 com a chegada das vacinas.

Conclusão

Ampliar o acesso e melhorar as condições de saúde não acarreta apenas melhoria no bem-estar social, mas também aumenta a capacidade produtiva da força de trabalho nacional, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico, para a redução das desigualdades sociais e para a superação do subdesenvolvimento (BERCOVICI, 2013). Dessa forma, por meio das PDP, a Sandoz contribui diretamente para a redução das desigualdades no país e para a alavancagem da tecnologia e do desenvolvimento do CEIS.

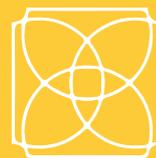
Referências

BERCOVICI, G. Complexo Industrial da Saúde, desenvolvimento e proteção constitucional ao mercado interno. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 14, p. 9-42, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP)**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/complexo-industrial-da-saude/instrumentos-estrategicos/pdp>

GADELHA, C. A. G.; TEMPORÃO, J. G. Desenvolvimento, Inovação e Saúde: a perspectiva teórica e política do Complexo Econômico e Industrial da Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2018.

GEREFFI, G. What does the COVID-19 pandemic teach us about global value chains? The case of medical supplies. **Journal of International Business Policy**, v. 3, p. 287-301, 2020.



PRÊMIO MARCO MACIEL 2022

RIG NA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA





EDIÇÃO 2020
PRÊMIO MARCO
Ética e Transparência em
Relação Pública



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES
DE
Tecnologia e Inovação

ABIT
PRÊMIO MARCO
RIG

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES
DE
Tecnologia e Inovação

1º LUGAR — CONECTANDO-DF



ORGANIZAÇÃO
**Associação Brasileira de Instituições de Pesquisa
Tecnológica e Inovação — ABIPTI**

PROPONENTE
Paulo Rogério Foina

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO
Paulo Rogério Foina

A ABIPTI, com apoio financeiro da FAP-DF, promoveu o projeto CONECTANDO-DF, cujo objetivo é levar para as instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (ICTs, *Startups*, IESs) e para os órgãos do GDF, as necessidades de tecnologia e políticas públicas dos setores empresariais organizados pelos respectivos sindicatos.

Introdução

O CONECTANDO-DF é formado por três produtos integrados: 1) Inovação em Debate: evento de motivação dos empresários do setor sobre a evolução tecnológica ocorrendo na sua área de negócios em outras partes do mundo. Foram realizados eventos para os setores de TIC, Construção Civil, Vestuário, Indústria de Alimentação e Bares, Restaurantes e hotéis. Cada evento teve duração média de 2 horas com a participação de pelo menos três palestrantes de renome da área; 2) *Workshop* de Soluções: evento de identificação e explicitação de demandas e necessidades dos mesmos setores abordados no Inovação em Debate. Esse evento ocorre, em média, duas semanas após o Inovação em Debate correspondente; 3) Gestão de Soluções: Gestão dos projetos demandados pelos setores e realizados junto a *startups* e ICTs do DF.

Desenvolvimento

Foram gerados 16 termos de referência de desafios trazidos pelas empresas para serem submetidos às *startups* e ICTs do DF, visando ao seu desenvolvimento e ao aumento de produtividade e qualidade dos seus produtos/serviços. Foram ainda geradas duas propostas de programa de capacitação já implementadas junto à empresa de capacitação tecnológica AyO (capacitação em plataforma de computacionais) e à UCB (programa de residência em *software*). Também foram produzidas três propostas de políticas públicas, encaminhados ao GDF, para: a) capacitar e reter talentos na cidade; b) fomentar a inovação em empresas de grande porte do DF; em c) melhorar a mobilidade urbana para trabalhadores em bares e restaurantes com expedientes terminando durante a madrugada.

Conclusão

Ficou claro que as empresas do DF possuem dificuldades e desafios que não estão no radar das universidades locais e nem das *startups* e ICTs da região. O desenvolvimento de produtos, processos e políticas públicas visando atender a demandas reais e declaradas dos setores empresariais, pode elevar a produtividade de micro e pequenas empresas do DF, tornando-as tão, ou mais, competitivas quanto suas irmãs das regiões Sul e Sudeste brasileiras. O aumento de produtividade levará a uma redução dos custos dos produtos e serviços prestados por essas empresas reduzindo o custo de vida do DF. O projeto CONECTANDO-DF teve que estabelecer relacionamento e interlocução com três grupos de interesse: a) órgãos de governo (FAP-DF, secretarias e governador); b) ICTs e *Startups*; e c) Empresas e seus sindicatos. O papel do projeto foi, principalmente, “traduzir” o universo linguístico e as expectativas de cada ente para os demais, criando assim um espaço de trabalho convergente e colaborativo.

Referências

DEPINÉ, A.; TEIXEIRA, C. S. (org.). **Habitats de inovação**: conceito e prática. São Paulo: Ed. Perse, 2018.

FAP-DF. **Edital 03-2019 Animação do ecossistema de inovação do DF**. Brasília: FAP-DF, 2019.

GDF, **Gestão de parcerias do marco regulatório das organizações da sociedade civil**. Brasília: GDF, 2018.

OCDE. **Manual de Oslo**: Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica. Rio de Janeiro: Finep, 2010.

WEBB, A. **Digital strategy**: understanding the economics of disruption. Seattle, EUA: Daily Report, McKinsey Press, 2016.

2º LUGAR — PROPOSTA SAÚDE SÃO PAULO 2022



ORGANIZAÇÃO

**Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde,
Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas no
Estado de São Paulo — SindHosp**

PROPONENTE

Fernanda Freire de Sousa

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

**Ana Paula Barbulho, Dirceu Barbano,
Francisco Balestrin e Tacyra Valois**

Introdução

O SindHosp (Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas no Estado de São Paulo) é uma sociedade civil organizada, considerada como o maior e mais longo sindicato patronal na área de Saúde da América Latina. Em sua história de quase 85 anos de existência, acompanhou os principais avanços da categoria e esteve ao lado dos seus representados em importantes lutas, simbolizando hoje uma memória viva do setor, e com muita história, em seu repertório, em prol de uma saúde privada mais próspera e profissionalizante com um sistema de saúde nacional mais acessível e resolutivo.

A representatividade de atuação e prestação de serviços do setor privado em todo o Estado, nos faz analisar que, para além de um papel econômico, o segmento cumpre também um papel social fundamental. Se posicionar, portanto, em pautas estruturantes é o caminho para uma jornada mais avançada e resolutiva para todo o ecossistema da saúde.

Conhecendo a dinâmica do sistema de saúde, o impacto de decisões regulatórias, e, neste momento, acompanhando junto aos seus representados, os bastidores do enfrentamento à Covid-19, o SindHosp imergiu em reflexões sobre o futuro do setor: Há como estar mais preparado para outras crises sanitárias? Como reorganizar o Sistema Único de Saúde (SUS) com a urgência necessária para evitar o sofrimento da população e salvar vidas? Como proteger os seus profissionais? Quais são os passos para eliminar os desafios de hoje? Como utilizar melhor os recursos existentes? Como avançar nas parcerias público-privadas de forma sustentável? Como agregar a tecnologia digital no atendimento ao cidadão?

São perguntas cujas respostas não são fáceis nem simples. Todavia, o Estado de São Paulo pode se aproveitar da existência de organizações fortes na área da saúde e de uma sociedade dinâmica e disposta a colaborar com a melhoria das políticas públicas. O SindHosp é uma dessas organizações e pretende, com a Proposta Saúde São Paulo 2022, contribuir para a construção de uma agenda avançada e propositiva para a saúde paulista, reunindo, em um impresso de oitenta páginas, a visão de cem personalidades do setor pertencentes a todos os elos da cadeia produtiva da saúde.

Contribuição cidadã

A pandemia trouxe enormes desafios, não só para o setor da saúde. Ela colocou à prova a capacidade de resposta e de resiliência das instituições econômicas, políticas e sociais. Atento às transformações na saúde, as necessidades econômicas e aos desafios que a Covid-19 trouxe para toda a cadeia produtiva, bem como ao momento político deste ano, com eleições majoritárias, o SindHosp deu início em setembro de 2021, a entrevistas e participações no Projeto Saúde São Paulo por acreditar que a sociedade brasileira está em um momento propício para as transformações que podem levar o SUS a um novo patamar de desenvolvimento. A Proposta Saúde São Paulo, resultado deste projeto, sugere passos importantes na direção de promover e desenvolver um sistema de saúde mais inclusivo, eficaz e sustentável.

Concepção

A Proposta Saúde São Paulo ouviu e debateu, através dos encontros chamados Diálogos Saúde São Paulo ou por entrevistas virtuais, com cerca de 100 lideranças, pesquisadores, gestores, agentes políticos, órgãos de classe, associações de pacientes, indústria, prestadores de serviços, todos, profissionais que vivenciam diariamente à saúde nos setores público e privado. As convergências

levantadas, nesses encontros com esses articuladores da saúde, resultaram na versão final da Proposta Saúde São Paulo, contemplando a visão de todos os segmentos do ecossistema que fazem e pensam a saúde em nosso país.

Simbologia

A Rosa dos Ventos foi escolhida como símbolo do Saúde São Paulo por representar um instrumento de navegação e orientação utilizado desde o século XVI e que apoia a tomada de decisões. Em analogia aos quatro pontos cardeais, utilizamos para representação Rumo ao Acesso Sustentável: Inovar, Informar, Integrar e Impactar. Eles servem como referência para sugerir posicionamentos e mandatos de agentes públicos e governantes, na área que representa o maior e melhor recurso para o desenvolvimento social: a saúde.

Pontos cardeais

Com o objetivo de orientar os timoneiros quanto ao planejamento da navegação de forma a conhecer as distâncias entre a tomada de decisão e a implementação das ações sinalizadas neste documento, bem como trazer uma previsibilidade aproximada do tempo de navegação até o impacto desejado, foi desenvolvida uma metodologia de estimativa de tempo para implementação de cada proposta baseada em três períodos: — Período curto de implementação da proposta, de até 2 anos; — Período médio de implementação, de até 4 anos; — Período longo de implementação, de até 8 anos.

Em uma viagem em que a Rosa dos Ventos serve como instrumento de navegação, consideramos para calcular o tempo até o destino desejado, entre outras variáveis, as previsões climáticas, velocidade, direção, intensidade e força dos ventos. Para o caso da navegação da gestão destas propostas, foram consideradas para o desenvolvimento da metodologia variáveis como: 1. O envolvimento de diferentes níveis de governo para aprovação e encaminhamento da proposta; 2. Orçamento; 3. Congresso e/ou Assembleia Legislativa; 4. Negociação com o SUS ou instâncias federais; 5. Negociação com Regiões de Saúde (RS) e/ou municípios; 6. Carências ou inadequações de infraestrutura. A observação dos tempos para tomada de decisão e planejamento das propostas aqui colocadas é decisiva para nortear as equipes nas medições, controles, previsão e segurança de que as ações terão, para o sistema de saúde, o impacto e resultados no período desejado.

Essa Rosa dos Ventos, proposta pelo o SindHosp, poderá ser utilizada pelos gestores da política de saúde como orientação para que se mantenham no rumo e sigam esses “quatro pontos cardeais” de modo a avançar no acesso sustentável, na melhoria da qualidade e resolutividade dos serviços de saúde e na redução das desigualdades. Cada um desses pontos cardeais sinaliza:

- ▶ **Inovar:** Propõe ferramentas inovadoras que podem ajudar a solucionar problemas do sistema de saúde, melhorando o acesso, a qualidade, a interoperabilidade e a equidade. Isso passa, por exemplo, pela introdução de novas tecnologias digitais, pelo incentivo à indústria, maior aproximação com universidades e centros de pesquisa e novos modelos de gestão e contratualização entre público e privado.
- ▶ **Informar:** tem como foco propostas cujo objetivo é aprofundar a capacidade de coleta e análise de dados para avaliação de desempenho do sistema de saúde em tempo real e da saúde da população.
- ▶ **Integrar:** se debruça sobre um dos grandes desafios do SUS, que é a integração entre a atenção primária e os serviços de média e alta complexidade.
- ▶ **Impactar:** apresenta proposta para viabilizar o acesso sustentável e fortalecer as Regiões de Saúde (RS), através do investimento em redes integradas e com a utilização da saúde digital como ferramenta estrutural.

Esses pontos servem de referência para sugerir posicionamentos e mandatos de agentes públicos e governantes, na área que representem o maior e melhor recurso para o desenvolvimento social: a saúde.

Desenvolvimento

1. Desenvolvimento

A formatação da Proposta levou dez meses de preparo, e envolveu duas grandes fases: levantamento de dados e produção, com na primeira fase, entrevistas presenciais com especialistas (diálogos televisionados, transmitidos ao vivo) e *on-line* (através de videochamadas), e no segundo momento produção do conteúdo e redação, formatação, revisão, *workshop* de conclusão, nova revisão e por fim, versão final da Proposta. Numa fase preliminar à elaboração da Proposta, o

conselho editorial definiu a consultoria técnica, a modelagem da metodologia e o mapeamento das entidades e profissionais que seriam convidados para compartilhar a sua avaliação e visão de futuro do sistema.

1.1. 1ª fase — Entrevistas

Para que a Proposta Saúde São Paulo contemplasse a visão de todo o complexo econômico industrial e produtivo da saúde, o SindHosp iniciou a fase de entrevistas no mês de setembro de 2021 e ouviu dezenas de profissionais que vivenciam os problemas da saúde tanto no setor público quanto no privado, tanto profissionais quanto usuários, em entrevistas virtuais com duração média de 60 minutos, contaram com o apoio e assessoria técnica do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e visaram extrair dos convidados perspectivas sobre necessidades, tendências e perspectivas para o futuro da saúde.

1.2. Diálogos Saúde São Paulo

Em paralelo às entrevistas virtuais, o SindHosp recebeu, em sua sede, doze lideranças do setor com perfis complementares, sendo quatro acadêmicos, quatro gestores, e os quatro então pré-candidatos ao governo de Estado naquela ocasião. O objetivo de debater sobre os múltiplos temas que envolvam à saúde e extrair informações e proposições para elaboração do documento final. Quanto à metodologia, esses eventos no formato *talk show* foram denominados Diálogos Saúde São Paulo e foram transmitidos ao vivo para centenas de telespectadores que acompanharam a participação dos convidados. O primeiro convidado a participar desta série de 12 Diálogos foi Wilson Pollara, ex-secretário municipal da Saúde de São Paulo e atual gestor do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE), no dia 28 de setembro de 2021.

1.3. Workshop de conclusão

Após a primeira fase de entrevistas, pesquisa e elaboração de uma primeira versão, a Proposta Saúde São Paulo — Rumo ao Acesso Sustentável foi elencada em um documento preliminar para avaliação de um grupo de profissionais e foi validado em um *workshop*, realizado na sede do SindHosp no dia 11 de março de 2022. Para que a Proposta Saúde São Paulo pudesse garantir a visão de vários profissionais e segmentos que pensam a saúde em nosso país, o evento reuniu representantes de todo o ecossistema da saúde, que validaram o conteúdo proposto pelo sindicato e tiveram a oportu-

tunidade de compartilhar pareceres complementares ao que foi apresentado. A versão foi aprovada por unanimidade e as considerações adicionais foram contempladas na versão final.

2. As 10 propostas

Após todas as lideranças compartilharem suas projeções e expectativas para as mudanças no ecossistema da saúde, o SindHosp analisou as oportunidades e segmentou a visão desses 100 profissionais em 10 propostas que se relacionam aos pontos cardeais que são os eixos de planejamento e ações para o Acesso Sustentável (Inovar, Informar, Integrar e Impactar) e foram elaboradas para construir uma agenda qualificada e avançada de longo prazo, demonstradas com os propósitos e ações sinalizadas com estimativa de tempo para a implementação.

3. 2ª fase

3.1. *Entrega aos candidatos*

Uma importante etapa no processo desta construção da agenda de saúde através da Proposta Saúde São Paulo já foi cumprida, a entrega aos principais candidatos ao Governo do Estado de São Paulo, fundamental para que a saúde seja definida como prioridade para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

3.2. *Lançamento na feira hospitalar*

O lançamento da Proposta Saúde São Paulo ocorreu no dia 17 de maio de 2022, no São Paulo Expo, após solenidade de abertura da 32ª Feira Hospitalar, em um coquetel com a participação do governador de Estado, secretário Estadual de Saúde, deputados federais. Representantes de toda a cadeia industrial e produtiva da saúde e a população prestigiaram o evento e receberam o *book* impresso.

4. Próximas fases da proposta

O SindHosp já foi procurado por equipes que estão formulando o plano de governo para o setor da saúde dos candidatos ao Governo do Estado de São Paulo para realizar discussões mais técnicas

focadas, especificamente, nas propostas dos candidatos, e em como elas podem ser implementadas num futuro governo.

Será realizado, em 20 de setembro, um Seminário de consolidação da Proposta para debater com agentes políticos e coordenadores das campanhas as propostas de governo para a Saúde, reunindo nesse diálogo, integrantes da cadeia industrial e produtiva da saúde e a sociedade civil organizada. Além do relacionamento com os coordenadores de Saúde do governador eleito, o SindHosp estuda agendar o Diálogos Saúde SP com senadores e deputados federais eleitos por São Paulo para debater uma agenda legislativa propositiva para a saúde no Estado após as eleições.

A bancada paulista no Congresso Nacional também receberá a Proposta Saúde SP, afinal, é imperativo decisão política, comprometimento dos poderes Executivos e Legislativos e apoio de organizações e profissionais, para que essas propostas possam repercutir e impactar o sistema de saúde, favorecendo um futuro mais acessível e sustentável no Estado de São Paulo.

Todos os deputados estaduais de São Paulo também estão sendo contatados para receberem a Proposta Saúde SP.

Após 100 dias da posse do novo governador, será realizado um Fórum para debater o planejamento da gestão e estabelecer uma metodologia para acompanhamento da execução do ao longo dos quatro anos.

5. Ética, transparência e diálogo

O SindHosp analisa que a Proposta Saúde São Paulo 2022 é um importante instrumento para fortalecer as parcerias e os relacionamentos institucional e governamental, visto que trouxe diálogo, transparência e atuação política para o centro estratégico da entidade, evidenciando o papel estratégico do profissional de RIG e o posicionando como um importante ator do aperfeiçoamento e construção de propostas de políticas públicas.

Destacamos a importância do profissional de relações institucionais e governamentais na coordenação, construção e execução desta Proposta. Nessa iniciativa, ela foi base em etapas como: mapeamento e seleção dos atores importantes na discussão, na definição da metodologia, engajamento e participação, na construção da Proposta, na definição da linguagem e disseminação do conhecimento. Liderando, auxiliando, apoiando e sendo o cerne para o diálogo com as 100 lideranças da Saúde entrevistadas nesta iniciativa.

O trabalho multidisciplinar e durante a construção da Proposta também demonstrou a força associativa da Saúde, ultrapassando barreiras físicas, construindo pontes, parcerias e relacionamentos ainda mais colaborativos e humanizados. A Proposta foi também uma ferramenta para difundir esses valores e conectar lideranças e empresas do setor que acreditam em um futuro mais sustentável para os paulistas.

Conclusão

Nos últimos dois anos, a saúde esteve mais — e ainda está — no centro das atenções da sociedade, e é apontada, em pesquisas de opinião, como uma das principais preocupações dos brasileiros. Acreditamos que é chegado o momento de transcender essa realidade, pois há uma maior consciência social dos indivíduos com a preservação da sua própria saúde e dos seus direitos como cidadão.

Saúde está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico e social de um povo. Por isso, essa iniciativa não carrega “apenas” propostas, e sim, a esperança de um Estado mais saudável, mais justo e que, através de políticas públicas bem formuladas e implementadas, traga mais dignidade à vida das pessoas e sustentabilidade para todo o sistema e desenvolvimento para o nosso país.

A Proposta Saúde São Paulo 2022 se configura, neste momento, como um dos estudos mais atuais e multidisciplinares do segmento, elaborada de forma inclusiva e colaborativa e que terá, como principal resultado, a construção de uma agenda avançada e positiva para a saúde paulista, contribuindo, desta forma, para o fortalecimento do processo democrático e para avanços no sistema de saúde e além de obter melhorias sociais.

O SindHosp defende que é imperativa a decisão política e o comprometimento dos Poderes Executivo e Legislativo, para que haja resposta às necessidades da sociedade e que estas ações possam repercutir e impactar o sistema de saúde e favorecer os avanços do SUS e um futuro mais acessível e sustentável.

O acesso à Proposta Saúde São Paulo 2022 é gratuito e já está disponível *download* no site do SindHosp. Para baixar, acesse: <https://sindhosp.org.br/linha-do-tempo/>.

Referências

ALBUQUERQUE, Mariana; VIANA, Ana; LIMA, Luciana; FUSARO, Edgard; IOZZI, Fabíola. Desigualdades regionais na saúde: mudanças observadas no Brasil de 2000 a 2016. **Revista de Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2017.

ALKIMIM, Maria; RIBEIRO, Antônio. **Incorporação da telessaúde no sistema público de saúde do Estado de Minas Gerais**, Brasil. Chile: Editorial Cepal, 2013.

BANCO MUNDIAL (BM). **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**". Washington, DC, 2017.

BESTSENNYY, Oleg. **Telehealth: A quarter-trillion-dollar post-Covid-19 reality?** Washington, DC, 2021.

BITTAR, Olimpio; MENDES, José; MAGALHÃES, Adriana. **Rede hospitalar no Estado de São Paulo: Mapear para regular**. São Paulo: SES/SP, 2011.

BODENHEIMER, Thomas; SMITH, Mark. **Primary Care: Proposed Solutions To The Physician Shortage Without Training More Physicians**. Health Affairs, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Procedimentos. **Cadernos de Atenção Primária n. 30**. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde (Casaps)**. Brasília, DF, 2020.

CAVALCANTE, Carmem; LOPES, Luciana; EVANGELISTA, Maria. **Gestão e organização da atenção primária à saúde no enfrentamento da Covid-19: limites e potencialidades da planificação da atenção à saúde**. Brasília: CONASS, 2020

COELHO, Vera; GREVE, Jane. **As organizações sociais de saúde e o desempenho do SUS: um estudo sobre a atenção básica em São Paulo**, 2016

COELHO, Vera; COSTA, M. I. S.; SCHALCH, L. **Arranjos contratuais e regionalização da saúde no Estado de São Paulo**. São Paulo: Editora Manole, 2020.

FLEURY, Sonia; OUVENERY, Assis. **Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GREVE, Jane; COELHO, Vera. **Evaluating the impact of contracting out basic health care services in the state of São Paulo, Brazil**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MEDICI, André. **Health sector challenges and policies in the context of ageing populations**. DESA, 2021.



3º LUGAR — PROGRAMA #EUCUIDODOMEUQUADRADO



ORGANIZAÇÃO
Instituto Limpa Brasil

PROPONENTES

Edilaine de Oliveira Muniz Fernandes Pereira

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Edilaine de Oliveira Muniz Fernandes Pereira

O Instituto Limpa Brasil — Let's do it! é uma organização sem fins lucrativos, que tem a missão de conectar e mobilizar pessoas e organizações com ações sustentáveis que gerem impactos positivos ao meio ambiente através da educação social e ambiental e incentivo à reciclagem de lixo.

O Instituto nasceu em 2010 com o objetivo de iniciar, no Brasil, o movimento mundial denominado "Let's Do It!", que visa mobilizar a sociedade para "pôr a mão na massa" e limpar locais de deposição irregular de resíduos, tornando-o mais saudável e sustentável.

O Movimento Mundial Let's do it! é liderado por uma comunidade que começou na Estônia em 2008, quando 50 mil pessoas se uniram para limpar o país inteiro em apenas cinco horas. Desde então, esse modelo — "todo o país em um dia — Let's Do It!" — espalhou-se por todo o mundo.

O Limpa Brasil — Let's do it! participa, desde 2014, com êxito das campanhas anuais do Dia Mundial da Limpeza, com o engajamento de mais de 500 mil voluntários em cerca de 1.200 municípios brasileiros, recolhendo mais de 20 mil toneladas de resíduos descartados de forma incorreta, evitando que eles chegassem aos rios e mares. Atualmente, o Movimento Mundial Let's Do It! está incentivando e engajando os países participantes a não só realizar os mutirões de limpeza no Dia Mundial da Limpeza, mas também implementar planos para a preservação e manutenção da limpeza, o chamado "Keep It Clean Plan".

Introdução

#EuCuidoDoMeuQuadrado, pautado na ideia básica do “agir localmente pensando globalmente”, é um Programa composto por ações estruturadas que visam conscientizar as pessoas no sentido de que cada um se torne responsável pelo cuidado de seu espaço, seja em sua casa, na sua rua, na quadra, na cidade, no país ou no planeta.

Desenvolvimento

O Programa #EuCuidoDoMeuQuadrado foi idealizado em 2018, e desde então está sendo implementado, melhorado e ampliado, atuando como um tipo de Programa “Guarda-Chuva”, cujo objetivo é direcionar as ações desenvolvidos pelos líderes estaduais, regionais e locais.

No âmbito deste Programa, os líderes e multiplicadores são incentivados a realizar ações contínuas ou pontuais em seus municípios ou bairros, podendo compreender, entre muitas outras possibilidades as seguintes estratégias:

- ▶ Colaboração ativa dos líderes para a produção do mapa interativo dos pontos de descarte regulares (Ecopontos, Cooperativas, Empresas Transformadoras) e irregulares (pontos “viciados” de lixo);
- ▶ Colaboração ativa dos líderes para identificação e cadastramento de empresas geradoras, cooperativas, catadores de rua, recicladoras e diagnóstico de seu comprometimento;
- ▶ Promoção, pelos líderes locais, de Projetos de Educação Ambiental em escolas, mediante à realização de eventos/gincanas de temas ambientais com ou sem mutirões de limpeza #EuCuidoDoMeuQuadrado;
- ▶ Implementação, pelos líderes locais, de Ecopontos (fixos ou temporários), contemplando soluções integradas à destinação dos resíduos recolhidos;
- ▶ Atuação no fortalecimento das cooperativas locais, inserindo-as na economia circular da logística reversa, estabelecendo articulação entre geradores, consumidores, coletores e/ou catadores, e recicladoras;
- ▶ Realização de campanhas específicas em Datas-Marco do Calendário #EuCuidoDoMeuQuadrado (Dia Mundial da Água, Dia Mundial da Terra, Dia Mundial do Meio Ambiente, Dia Mundial do Rio, entre outros);

- ▶ Promoção, em nível nacional, de mutirões de limpeza com ampla divulgação do Dia Mundial da Limpeza;
- ▶ Quantificação do material recolhido em mutirões de limpeza e nos ecopontos, destinados a Cooperativas.

Cada líder deve, inicialmente, cadastrar o seu projeto na plataforma #EuCuidoDoMeuQuadrado, indicando os objetivos e metas (quantitativas e qualitativas), e, posteriormente, relatar os respectivos resultados alcançados.

O programa-chave #EuCuidoDoMeuQuadrado pode englobar um ou mais subprogramas, dependendo do diagnóstico local, oportunidades e riscos identificados. Entre os principais Subprogramas podem ser citados os seguintes:

Subprograma 3.1 — Educação Ambiental Limpa Brasil

O Subprograma de Educação Ambiental Limpa Brasil tem como foco a introdução dos conceitos de sustentabilidade nos ensinamentos fundamental e médio, visto que a mudança cultural da sociedade reside na alteração do comportamento individual e na educação para a sustentabilidade, além de promover também a disseminação do conhecimento à sociedade, em geral, por meio de cartilhas, palestras, ou outras formas de compartilhamento.

Este Subprograma poderá ser desenvolvido mediante à adoção das seguintes estratégias, entre outras:

- ▶ Atuação em escolas, mediante à realização de palestras, eventos, jogos, gincanas, etc., com a temática socioambiental;
- ▶ Apoio à inclusão digital de alunos da rede pública e privada através da aplicação de metodologia Unicef que inclui, além de informações sobre acesso e uso de computadores, noções sobre a preservação dos direitos da criança, a prevenção contra a invasão e roubo de dados, bem como organização e racionalização de arquivos;
- ▶ Desenvolvimento de projetos socioambientais em escolas, adequados ao grupo de alunos e às especificidades da comunidade escolar (ecopontos, compostagem, horta, miniagrofloresta, revitalização de espaços, entre outros);

- ▶ Incentivo ao engajamento das famílias e/ou vizinhança, visando aumentar a rede de multiplicadores e capilaridade da atuação do Instituto;
- ▶ Promoção de eventos de educação ambiental em empresas, comunidades residenciais, condomínios, fábricas etc., visando disseminar o conceito da sustentabilidade e promover a conscientização da população;
- ▶ Desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica ambiental e de empreendedorismo em escolas e comunidades vulneráveis;
- ▶ Consolidação dos resultados e devolutiva às escolas parceiras.

Subprograma 3.2 — Logística Reversa Limpa Brasil

O Instituto Limpa Brasil tem o objetivo de apoiar as cooperativas de catadores no seu fortalecimento operacional e institucional, aumentando a sua capacidade produtiva mediante à inovação tecnológica e implementação de ações estruturantes de organização e gerenciamento. As seguintes estratégias podem ser adotadas para a realização deste Subprograma:

- ▶ Identificação e cadastramento de catadores (cooperados ou autônomos) visando à sua inserção na economia circular formal;
- ▶ Atuação no fortalecimento institucional e tecnológico de cooperativas existentes;
- ▶ Articulação com empresas geradoras de resíduos, estimulando a inserção de cooperativas na coleta e reciclagem;
- ▶ Incentivo à utilização de Sistema de Gerenciamento de Resíduos (ex. ferramenta Selletiva) nas empresas geradoras, cooperativas, transportadoras e indústrias transformadoras/recicladoras;
- ▶ Articulação institucional com o poder público para o estabelecimento de políticas públicas de metodologia de valoração e cobrança do *Fiduciary Duty* e respectiva destinação dos valores arrecadados;
- ▶ Apoio à pesquisa científica para parâmetros de resgate de GEE para cada tipo de material reciclável e processo industrial, e/ou estabelecimento de valores de equivalência, inovação tecnológica e desenvolvimento de novos processos.

Subprograma 3.3 — Ações de Limpeza “Let’s Do It!”

Este Subprograma remonta à origem do Instituto Limpa Brasil — Let’s Do It!, quando o movimento “Let’s Do It!” foi iniciado no Brasil em 2010, como um grande movimento de mobilização social, cidadania e cuidado com o meio ambiente cujo objetivo é a conscientização da população mundial para o descarte correto do lixo. Ao longo dos 12 anos de existência, já foram realizados mais de 5 mil mutirões de limpeza em locais de áreas urbanas, praias, rios, mares e mangues em mais de 1.200 cidades do país, sempre com foco na educação ambiental dirigida à reciclagem e ao descarte correto dos resíduos. Com a realização dessas ações de limpeza, já foi evitado que mais de 18 toneladas de material reciclável fossem descartadas incorretamente no meio ambiente, gerando, com isso, renda e trabalho para milhares de famílias que vivem da reciclagem.

Para a realização deste Subprograma, podem ser adotadas as seguintes estratégias:

- ▶ Identificação e mapeamento de pontos de descarte irregular e de acúmulo de lixo;
- ▶ Engajamento de patrocinadores e apoiadores para viabilização da infraestrutura e logística dos mutirões;
- ▶ Organização de mutirões em datas específicas previamente estabelecidas;
- ▶ Comunicação social, mobilização e engajamento de voluntários para realização das ações de limpeza;
- ▶ Encaminhamento do material coletado para classificação e destinação à reciclagem e/ou destinação adequada;
- ▶ Consolidação e comunicação de resultados.

Conclusão

Dia Mundial da Limpeza — setembro 2021:

- ▶ 1.540 líderes/embaixadores + 1 voluntário cadastrados;
- ▶ 987 cidades participantes;
- ▶ 132.000 voluntários participantes.

Resultados atividades:

- ▶ Limpeza Solidária — Doação de Alimentos 11.264;
- ▶ Limpeza Solidária — Doação de Roupas 19.391 quilos;
- ▶ Mutirão de Limpeza: 320.890 toneladas;
- ▶ Ecoponto | Ecodrive 108.459 toneladas.

Projeto *Drive Thru* para entrega voluntária de material reciclável:

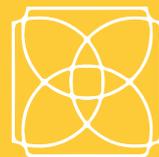
- ▶ 4 eventos de *Drive Thru* realizados entre julho e agosto/2021;
- ▶ 3.200 kg de recicláveis recebidos e entregues às Cooperativas;
- ▶ Resultados da Gravimetria após triagem: 2% metal/alumínio/ferro; 3% plástico; 22% vidro; 53% papel/papelão; 0,3% Tetra Pak; 5% PET diversos; 8% eletrônico e 8% rejeito.

Comunicação Social Dia Mundial da Limpeza 2021

- ▶ 130 *lives* realizadas sobre temas relacionados ao Meio Ambiente;
- ▶ 42 Artes/divulgação na página oficial do Limpa Brasil e redes sociais (Instagram | Twitter | facebook | LinkedIn);
- ▶ 30.231 *newsletters* enviadas para base de contatos.

Referências

LIMPA BRASIL. **Limpa Brasil, Let's do it!**, c2018. Página inicial. Disponível em: www.limpabrasil.org.



PRÊMIO MARCO MACIEL 2022

JORNALISMO SOBRE ATIVIDADE DE RIG



EDIÇÃO 2023
PRÊMIO MARCO

Ética e Transparência
Relação Pública

Grupo
FarmaBrasil



PODER 360

PRÊMIO MARCO
Ética e Transparência
Relação Pública



1º LUGAR — REPORTAGENS

“LOBISTAS MONTAM FRENTE PARLAMENTAR PARA DEFENDER A PROFISSÃO” E “LOBBY DEVE SER REGULAMENTADO EM AGOSTO, DIZ PRESIDENTE DA ABRIG”



ORGANIZAÇÃO
Poder360

PROPONENTE
Guilherme Waltenberg

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO
Guilherme Waltenberg

O setor de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) enfrenta um dos momentos mais decisivos das últimas décadas. A regulamentação da profissão avança com apoio do Executivo e de setores do Judiciário. Nesse âmbito, ações paralelas têm sido iniciadas pela Abrig para que o RIG seja reconhecido pelo que de fato é: um setor relevante da economia e do processo decisório político.

Duas iniciativas se destacaram: os esforços pela regulamentação da profissão e a criação de uma frente parlamentar para representar o setor. As duas iniciativas foram o foco destas reportagens que agora inscrevo no prêmio Marco Maciel. São os títulos: “Lobistas montam frente parlamentar para defender a profissão” e “Lobby deve ser regulamentado em agosto, diz presidente da Abrig”.

Introdução

Eis o resumo das ações tomadas na produção desta reportagem:

- ▶ Conversa com diversos *players* do mundo de RIG para entender quais as principais demandas do setor;
- ▶ Avaliação da viabilidade de cada uma delas;
- ▶ Coleta de dados junto ao setor e ao Legislativo;
- ▶ Definição de pautas e produção de reportagem;
- ▶ Publicação das reportagens.

Desenvolvimento

Uma vez apurados os temas das reportagens e o texto escrito, foram devidamente publicadas. O impacto pôde ser medido pela audiência das reportagens, que ficaram entre as 10 mais lidas do jornal digital. Demonstra que há interesse público a respeito do tema e que essas iniciativas encontraram repercussão entre os leitores e foram compartilhadas.

Conclusão

O trabalho que vem sendo feito pela Abrig encontra respaldo social. Há um interesse crescente sobre o tema, o que torna mais próximo o sonho do setor de ver a profissão regulamentada e representada devidamente no Legislativo.

2º LUGAR — REGULAMENTAÇÃO DO *LOBBY* É RECOMENDADA PELA OCDE



ORGANIZAÇÃO
Caravelas Consultoria

PROPONENTE
Renata Castro

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO
Renata Castro

A polêmica em torno do termo lobista voltou a tomar conta do noticiário nas últimas semanas. Usado, erroneamente, para citar pessoas que cometem atos ilícitos, o termo acaba prejudicando a luta de toda uma categoria profissional que busca pela regulamentação da atividade. “Demonizar e negar o *lobby* — parte das ações exercidas pelo profissional de RIG — tem prejudicado o exercício da democracia e o avanço de discussões essenciais para a sociedade. É com diálogo, apresentação de propostas e abertura para o debate que novas ideias, oportunidades e decisões podem prosperar”, afirma a presidente da Abrig, Carolina Venuto.

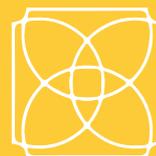
A importância do *lobby* para a implementação de políticas públicas eficientes e também para a democracia é atestada, inclusive, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE, que recomenda a todos os países a adoção de “leis de *lobby*” ajustadas às condições de cada sistema político e constitucional, visando ao aperfeiçoamento dos sistemas políticos e de seus mecanismos destinados à proteção da integridade pública.

O secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia, Geanluca Lorenzon, que participa das discussões sobre o tema, afirmou que o tratamento do *lobby* é essencial para a adesão do Brasil à OCDE e que a implementação do plano impactará positivamente a posição do país no *ranking* da Organização que avalia a qualidade regulatória dos países. Em uma análise de 49 nações, o Brasil está na posição 47.

A atividade de *lobby* foi reconhecida no Brasil pelo Ministério do Trabalho em 2018 por meio do Cadastro Brasileiro de Ocupações, mas a busca pela criação de regras que tragam mais transparência para as atividades continua. A regulamentação do *lobby* é um dos temas mais recorrentes na agenda de debates públicos do Brasil há pelo menos 30 anos. Desde 1984, quando o então senador Marco Maciel empreendeu a primeira iniciativa de regulamentação da atividade, já surgiram mais 17 proposições legislativas, similares ou complementares, com o mesmo objetivo.

O papel do lobista, ou profissional de RIG, é fornecer informações confiáveis e comprováveis aos tomadores de decisão, podendo, também, atuar como interlocutor, emitindo sua opinião quando convidado. Embora a atividade seja legítima no Brasil, o *lobby* é frequentemente associado à corrupção e ao tráfico de influência. A principal questão em torno das práticas dos profissionais de Relações Institucionais e Governamentais — RIG está na falta de regras claras para o seu exercício, o que o torna pouco transparente.

Profissionais de RIG e especialistas defendem a adoção de critérios com o objetivo de dar transparência ao trabalho na área, por isso a luta pela regulamentação da atividade. A imposição de normas para o exercício do *lobby* faz parte do Plano Anticorrupção, anunciado pelo Governo em dezembro de 2020. Uma das promessas, a cargo da Controladoria-Geral da União (CGU), era propor ao Congresso uma regulamentação de *lobby* até março de 2021. Depois foi adiada para maio e, posteriormente, para setembro, mas continua estagnada.



PRÊMIO MARCO MACIEL 2022

PROTAGONISMO FEMININO





EDIÇÃO 2022

PRÊMIO MARCO

Transparência e Gestão Pública



1º LUGAR — OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER: UM CASE DE SUCESSO NO *ADVOCACY*



ORGANIZAÇÃO
Transparência Eleitoral Brasil

PROPONENTE
Ana Claudia Santano

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO
Ana Claudia Santano

Introdução

Eixos de atuação da Transparência Eleitoral Brasil

Fundada no ano de 2019, a Transparência Eleitoral Brasil (TE Brasil) é uma organização que visa ao aperfeiçoamento de temas democráticos a partir de cinco eixos de atuação:

- 1) Participação ativa na política de jovens; de mulheres e LGBTQIA+; negros e indígenas;
- 2) Boas práticas eleitorais;
- 3) Transparência;
- 4) Inclusão por meio da educação para o voto;
- 5) Integração com a América Latina.

Para a consecução dos objetivos do eixo 1, a TE Brasil propôs o projeto “Observatório de Violência Política Contra a Mulher”, em 2020.

1. Criação do Observatório de Violência Política Contra a Mulher e lista com as ações mais relevantes

Diante da lacuna na agenda pública sobre o tema da violência política de gênero, a TE Brasil decidiu fundar o Observatório de Violência Política Contra a Mulher, que é composto também pelo Grupo LiderA (IDP), Instituto Brasileiro de Direito Parlamentar (Parla) e Grupo Ágora (UFC).

O projeto tem como objeto central a compilação de informações e acompanhamento de ações de combate e prevenção da violência política contra a mulher em todas as fases de seu desempenho na política, englobando o momento anterior à decisão de se candidatar; durante a sua candidatura e a sua eleição, assim como sua atuação parlamentar, tendo como recorte territorial o Brasil, mas buscando integração com a América Latina.

O público-alvo são mulheres entendidas como gênero, que decidem pela carreira política. A interseccionalidade na análise é uma constante em todo o projeto, englobando questões raciais, étnicas e de orientação sexual no projeto.

A metodologia de atuação se divide em diversas fases de realização de suas atividades:

- ▶ Eixo jurídico-comparado;
- ▶ Eixo de dados empíricos;
- ▶ Eixo de acompanhamento de eleições;
- ▶ Eixo de acompanhamento parlamentar;
- ▶ Recomendações.

Por ser uma iniciativa pioneira no país, o Observatório de Violência Política Contra a Mulher vem ganhando protagonismo em diversas ações, tendo alcançado resultados concretos importantes, principalmente, com foco nas eleições 2022, já prevendo um aumento ainda maior de casos de violência política de gênero.

Listamos as ações mais importantes até o momento:

1. Encontro com parlamentares da bancada feminina da Câmara dos Deputados para apresentação do Observatório de Violência Política contra as Mulheres e parceria com a Secretaria da Mulher — 20/10/2020. O vídeo do encontro pode ser acessado no canal do *YouTube* da Câmara dos Deputados através do *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=9zjGp5IY97w>.

2. Participação como palestrante do evento “Lançamento do selo *Não à Violência Política*, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)”, do Governo Federal — 06/11/2020. O vídeo pode ser acessado através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=bHZ03VB81IU&list=UUPX1o9TwU4QoTWbDe7Mouc>.

3. Elaboração da campanha “Violência Política de Gênero existe!”, a partir de vídeos produzidos pelo Observatório da Violência Política contra a Mulher em parceria com o TSE. Os vídeos podem ser acessados no canal do *YouTube* da TE Brasil.

4. 2021 — Convênio institucional com o Ministério Público Federal e a Procuradoria-Geral Eleitoral, para a realização de trabalho conjunto voltado desenvolvimento de um plano de ação visando à prevenção e combate à violência política de gênero, com vistas ao processo eleitoral de 2022 (Portaria nº 7, de 17 de junho de 2021). Para detalhes no link: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mp-eleitoral-cria-grupo-de-trabalho-para-prevencao-e-combate-a-violencia-politica-de-genero>.

5. 2021 — Participação no encontro promovido pelo *Observatorio de violencia contra las mujeres en política* da Colômbia, para compartilhar a experiência brasileira junto a grandes nomes latino-americanos e órgãos internacionais. A reunião também foi organizada pelo Instituto Holandês para a Democracia Multipartidária — NIMD.

6. 2021 — Participação no encontro promovido pelo Observatório das Mulheres de Moçambique para compartilhar a experiência brasileira junto a várias organizações da sociedade civil moçambicana.

7. 2021 — Participação na Audiência Pública convocada pelo Conselho Nacional do Ministério Público sobre Violência Política de Gênero. O vídeo pode ser encontrado no link: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=GP8uSiwJkC8&feature=youtu.be>.

8. 2021 — Evento de lançamento do Relatório 2020-2021 “Panorama Brasileiro sobre Violência Política contra as Mulheres”, além de cartilha informativa em português e espanhol. O vídeo do evento pode ser acessado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=N1wLmJiCNo4>. Já o relatório e as cartilhas podem ser acessados no site da TE Brasil.

9. 2022 — Realizada parceria com a Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que tem como objetivos uma campanha institucional sobre o tema da violência política contra a mulher; a divulgação do fluxograma de denúncias elaborado pela Procuradoria e elaboração de cartilha; assim como capacitação de juízes eleitorais para as eleições 2022, em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná.

Todas as ações acima listadas demonstram que a cooperação interinstitucional realizada por provocação da sociedade civil é muito importantes para obter resultados concretos da pauta defendida.

Conclusão

Resultados obtidos

Todo o trabalho de *advocacy* possibilitou a aprovação da primeira lei sobre Violência Política de Gênero (nº 14.192/21), bem como a introdução do tema na agenda pública. O estabelecimento de uma agenda temática em torno desse tema também provocou a reação das instituições.

O primeiro caso foi o Grupo de Trabalho criado com a Procuradoria Geral Eleitoral do Ministério Público Federal específico para a finalidade temática. Desde a sua criação, em 2021, foi possível a apresentação de diversas representações contra agressores que, antes, contavam com a impunidade. Como ilustrativo numérico, tem-se:

- ▶ Caso Renata Souza — RJ
- ▶ Caso Benny Briolly — RJ
- ▶ Caso Vereadora Bruna Biondi — SP
- ▶ Caso Deputada Estadual Renata Souza — RJ
- ▶ Caso Vereadora Luma Menezes — BA
- ▶ Caso Deputada Estadual Mônica Seixas — SP
- ▶ Caso Vereadora Benny Briolly — RJ
- ▶ Caso Vereadora Thays Bieberbach — PR
- ▶ Caso Deputada Joenia Wapichana — RR
- ▶ Caso Prefeita Ana Luiza Moura Tarouco — RS
- ▶ Caso Vereadora Erika Hilton — SP
- ▶ Caso Deputada Estadual Isa Penna — SP
- ▶ Caso Vereadora Carol Dartora — PR
- ▶ Caso Vereadora Camila Rosa — GO
- ▶ Caso Deputada Federal Natália Bonavides — SP

Diante disso, o TSE começou as tratativas com o GT-PGE/MPF para a elaboração do “Protocolo de atuação conjunta no enfrentamento da violência política de gênero”, que será assinado em 1º de agosto de 2022, entre o TSE e o MPF, com a presença do Observatório.

Por outro lado, em junho de 2022, iniciaram-se as tratativas para o oferecimento de um curso de capacitação para a classe dos advogados e advogadas através do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. As iniciativas serão lançadas e evento marcado para o dia 09/08 e tem a elaboração do curso sob a responsabilidade do Observatório. O conteúdo será divulgado gratuitamente para os advogados de todo o Brasil, dando-lhes ferramentas técnicas de como lidar com casos de violência política de gênero.

Portanto, entende-se que a atuação do Observatório de Violência Política Contra a Mulher atesta a importância da promoção do diálogo entre as instituições e a sociedade civil, bem como entre as mesmas instituições, maximizando, assim, os resultados de impacto social na causa em que se advoga.

Referências

Não foi possível colocar as referências dos documentos citados devido às dimensões do texto. Contudo, todos eles se encontram na página da Transparência Eleitoral Brasil (www.transparenciaeleitoral.com.br).



2º LUGAR — REPRESENTATIVA



ORGANIZAÇÃO
Representativa

PROPONENTES

**Noemi Araújo, Bianca Maria Gonçalves e
Carla Rodrigues**

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

**Noemi Araújo, Bianca Maria Gonçalves e
Carla Rodrigues**

Introdução

Há, na legislação brasileira, alguns mecanismos de fomento à participação feminina na política institucional o que chamamos de políticas afirmativas de gênero. Apesar desses incentivos, na hora de aplicação dessas ações, não rara às vezes, os dirigentes partidários costumam alegar dificuldade em encontrar mulheres que queiram e estejam preparadas para a disputa eleitoral.

Com o objetivo de contribuir com a formação de lideranças femininas e grupos e silenciados, surgiu a Representativa, iniciativa idealizada por mulheres com ampla experiência no campo eleitoral, político e comunicação: uma cientista política, comunicadora e que atua com relações governamentais e institucionais há quase dez anos; e duas advogadas eleitoralistas, que somam mais de duas décadas de atuação no âmbito Partidário e Constitucional; e, uma estrategista digital. Todas são integrantes voluntárias de diferentes coletivos e organizações da sociedade civil que atuam em defesa dos direitos políticos das mulheres e estudam sobre liderança feminina, tanto no campo acadêmico quanto no profissional.

Desenvolvimento

Hoje, nossa atuação tem por propósito: formar e potencializar as chances de ocupação dos espaços de poder, contribuindo para o fortalecimento e formação de influências sociais. Essa parceria entre quatro mulheres foi oficializada no ápice da segunda onda da pandemia, no meio de 2021, com um objetivo em comum: mulheres ajudando outras mulheres. Seja de forma voluntária ou prestando serviços de baixo custo, o foco sempre foi dar visibilidade e potencializar o trabalho de outras mulheres. Somamos esforços junto à empresa de contabilidade também gerenciada por duas mulheres — Conhecer Contábil — e junto ao espaço de trabalho *Blaze Coworking* para Mulheres, sempre buscando construir parcerias com outras iniciativas coordenadas por mulheres empreendedoras.

Nós entendemos que influência é uma palavra feminina e que todas nós, mulheres, temos influência e que já somos agentes de influência social, visto que estamos a todo momento liderando iniciativas e defendendo o interesse comum.

Um ano pode parecer pouco para o crescimento de um empreendimento, a fim de que ele traga resultados financeiros, posicionamento no mercado ou reconhecimento junto ao setor. Ainda mais quando o trabalho tem sido feito, principalmente, de forma remota, durante o isolamento social.

Em novembro de 2021, lançamos a *Masterclass Mulheres na Liderança Pública*, um evento *on-line* e gratuito focado naquelas que buscavam ser a próxima representante política da sua região. Ao longo dos meses, fizemos diversas *lives* com prefeitas e vereadoras de diferentes cidades do Brasil, e também com diversas especialistas para complementar o aprendizado e informações técnicas na área do direito, política e comunicação.

Em fevereiro de 2022, lançamos a Jornada Elas Representam com três dias de conteúdo também *on-line* e gratuito para mulheres saírem do anonimato para o mandato e aprenderem os fundamentos para ingressar na carreira política. Foram 100 (cem) alunas inscritas para participarem da Jornada. E, desde a fundação da Representativa, houve um aumento gradual e significativo de seguidores nas redes sociais, sendo mais de 100 mil contas alcançadas apenas no mês de lançamento.

Lançamos, recentemente, minicursos para ajudar a impulsionar mulheres e os grupos minorizados a terem um melhor desempenho nas eleições de 2022. Temos um programa de mentoria personalizada para diversos grupos: lideranças sociais atuantes na comunidade, para pré-candidatas e candidatas.

Paralelo a esse trabalho, temos ministrado palestras junto às mulheres filiadas a partidos políticos ou não, empreendedoras e lideranças sociais em diferentes contextos, como no *The Global Leadership Summit 2022* — em maio, a maior iniciativa de desenvolvimento de liderança no mundo, presente em 110 países e traduzida para 55 idiomas, que busca apoiar pessoas no processo de reconhecimento de sua influência e consequente liderança.

Conclusão

A Representativa foi constituída com o propósito de despertar lideranças femininas e prepará-las para estarem em pé de igualdade para ocupar os espaços de poder e decisão em quaisquer das instâncias seja na política institucional, seja na liderança empresarial, comunitária, social ou em qualquer outro espaço que a mulher deseje estar. Nosso diferencial está nas conexões que realizamos, na rede de apoio que buscamos construir entre mulheres, na bagagem acadêmica e profissional construída de forma multidisciplinar. Construindo laços, pretendemos formar uma grande corrente para atravessar as pontes para que possamos alcançar uma democracia mais justa, inclusiva e representativa.



3º LUGAR — DICAS — MULHERES EM RIG



ORGANIZAÇÃO

Dicas — Mulheres em RIG

PROPONENTES

Gabriela Santos de Santana

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Cofundadoras: Carolina Venuto, Cibele Perillo, Francine Moor, Gabriela Santana, Giuliana Franco e Lana Gomes

Introdução

A ideia de um grupo plural, diverso e inclusivo para mulheres — como diz a minha amiga e companheira dessa aventura Giuliana Franco — surgiu em uma conversa no estacionamento do Cefor, no primeiro semestre de 2019, entre mim e Francine Moor, sobre como poderíamos ter um espaço que fosse tal qual o futebol de quinta dos homens e que organicamente nos acrescentasse na vida profissional. Naquela época, eu já era amiga da Carolina Venuto e sabia o quanto a pauta de mulheres lhe era cara. A Lana, que fazia a matéria no Cefor conosco conhecia a Cibele Perillo, e já falou de primeira que “sou uma dupla, faço tudo com a Giuliana Franco”.

Algumas semanas depois, estávamos almoçando juntas. Acabamos não tendo um registro fotográfico desse dia, mas lembro-me de olhar para Giu e ter certeza de que havia fumaça saindo da cabeça dela de tantas ideias. A gente sentiu uma energia diferente naquela junção de mulheres que não se conheciam direito, mas que queriam fazer algo fino, elegante e sincero.

Acabamos não tirando nada do papel naquela época, porém seguimos estreitando nossos laços e ideias. Quando a pandemia chegou, e nós, que trabalhamos com Relações Institucionais e Governamentais, nos vimos presas em casa, tendo que reaprender a exercer nossas profissões em

um contexto totalmente atípico, a Giuliana sabiamente criou o primeiro grupo do *WhatsApp*, no dia 9 de maio de 2020, que realmente era pra trocar dicas sobre tudo. Contudo, o destino já tinha alinhado os astros e deixou aquilo tudo que havíamos imaginado antes ocorrer de forma natural. Hoje, são quatro grupos, com lista de espera muitas vezes, entre *Instagram*, com quase 1900 seguidores e a página no *LinkedIn*, com mais de 1500 seguidores.

Nós, as cofundadoras (por ordem alfabética) Carolina Venuto, Cibele Perillo, Francine Moor, Gabriela Santana, Giuliana Franco e Lana Gomes, temos muito orgulho de estamos à frente desse grupo. Nesses pouco mais de dois anos, fizemos 17 entrevistas com profissionais mulheres de relações institucionais e governamentais, duas entrevistas com parlamentares mulheres — deputada federal Tábata Amaral (PSB/SP) e a senadora Eliziane Gama (Cidadania/MA) —, 12 *webinars* de diversos temas relacionado à atuação em RIG, além de pílulas de conhecimento postadas em nossas redes sociais, encontros que propiciaram *networking* não só com as membros do grupo, mas também com os apoiadores homens, além de publicarmos artigos e apoiarmos diversos eventos do setor.

Desenvolvimento

Dedo de Prosa — entrevistas com profissionais de relações institucionais e governamentais que compartilham sua trajetória, dicas profissionais e se apresentam para o mercado de trabalho por meio das redes sociais do nosso movimento.

Webinars — eventos que contam com especialistas mulheres de diversos temas, que juntas, debatem profissionalmente sobre mercado de trabalho, *advocacy*, orçamento público, mercado para jovens profissionais, empreendedorismo etc.

Entrevistas com Parlamentares — oportunidade de entender melhor a visão de uma mulher tomadora de decisão, suas dificuldades e suas pautas; e trazer isso para as participantes do grupo.

Encontros — após a pandemia, houve um encontro de fim de ano onde pudemos conhecer mulheres com quem conversávamos há meses apenas pelo *WhatsApp*. O aniversário de dois anos do Dicas contou também com apoiadores homens, e sorteio de cursos e oportunidade de *networking* orgânico com os presentes.

Artigos — textos acadêmicos sobre temas relacionados ao mercado de trabalho de Relações Institucionais e Governamentais.

Grupos do *WhatsApp* — quatro espaços que proporcionam uma troca genuína entre mulheres que trabalham com política. Falamos sobre aspectos da vida pessoal, trocamos contatos, discutimos questões importantes e obtemos informações relevantes para o nosso dia a dia profissional.

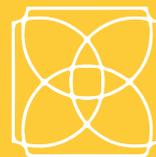
Conclusão

As ações do Dicas impactaram positivamente no mercado de trabalho de RIG para mulheres que, muitas vezes, são excluídas dos espaços como *Happy Hours*, por terem filhos e responsabilidades com o lar. Além disso, os grupos do *WhatsApp* propiciam a troca de informações, experiências e enriqueceram o *networking* de muitas mulheres. Bastantes participantes relatam como se sentem acolhidas no Dicas e como o grupo as ajudou a desenvolver relacionamento e encontrar informações relevantes para o seu trabalho. Por fim, algumas mulheres conseguiram se recolocar no mercado de trabalho por meio da troca orgânica de informações sobre vagas de trabalho.

Referências

DICAS MULHERES EM RIG. Brasília, DF. Instagram: @dicasrigmulheres. Disponível em: <https://www.instagram.com/dicasrigmulheres/>.

DICAS MULHERES EM RIG. Brasília, DF. LinkedIn: Dicas — Mulheres em RIG. Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/dicas-rig-mulheres/>.



PRÊMIO MARCO MACIEL 2022

INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM RIG





1º LUGAR — LOBBY SOCIAL



ORGANIZAÇÃO

Ibmec Brasília

PROPONENTE

Ricardo Caichiolo, diretor

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Ibmec Brasília

O diretor da unidade do Ibmec em Brasília atuou como um dos mentores do Lobby Social, projeto social *pro bono* criado há cerca de dois anos que busca transformar a realidade, via participação social, atuando na construção de políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU para grupos vulneráveis.

Concomitantemente à sua criação, iniciou-se, também, o apoio do Ibmec Brasília e, em particular, dos professores e alunos do MBA em Políticas Públicas e Relações Institucionais às atividades realizadas. Ensinamos no MBA que o exercício da atividade de *lobby* auxilia os governos a atender as demandas da sociedade; nesse sentido, o projeto busca, de maneira *pro bono*, defender interesses sociais alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

Introdução

A equipe do Ibmec Brasília e demais membros do *Lobby Social* no DF vêm apoiando os catadores de materiais recicláveis; de acordo com o diagnóstico, são quatro questões centrais ligadas ao desenvolvimento da atividade dos catadores no DF: falta de estrutura; falta de incentivo formal para a reciclagem por parte do poder público; ausência de capacitação dos agentes; ausência de estímulo para a cadeia produtiva se valer do uso de material reciclável.

Desenvolvimento

Objetivos gerais

Contribuir para o desenvolvimento das Cooperativas de Materiais Recicláveis por meio do envolvimento da comunidade universitária, em particular dos alunos e professores do MBA em Políticas Públicas e Relações Institucionais do Ibmec Brasília. Esse processo, além de beneficiar social, ambiental, econômica e politicamente as cooperativas e os catadores, é uma oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos na instituição de ensino e desenvolver os discentes nas áreas de relações governamentais, gestão empresarial, educação ambiental, processo legislativo, gestão de resíduos e liderança.

Objetivos específicos

Contribuir para a mediação da relação entre as cooperativas e os catadores e os Poderes Legislativo e Executivo; orientar os catadores por meio de uma capacitação via consultoria local; agregar valor ao serviço e produtos desenvolvidos pelas cooperativas; mobilizar e conscientizar a comunidade sobre a importância da colaboração na gestão de resíduos.

Conclusão

Após análise do diagnóstico, foram definidos os seguintes tópicos como os principais problemas enfrentados pelos catadores: 1. Gestão administrativa — desde o gerenciamento financeiro até o controle das vendas, passando pela divisão de tarefas; 2. Produção e infraestrutura — relacionada a todo o fluxo operacional do trabalho, desde a chegada do resíduo ao galpão até o estoque dos materiais já separados e beneficiados. A área pode ser considerada o coração da cooperativa; 3. Educação ambiental — a área responsável por divulgar o trabalho da cooperativa e sensibilizar a população, estando intimamente ligada à expansão — em quantidade e qualidade — da coleta seletiva).

Referências

LOBBY SOCIAL. **Lobby Social. Edital de participação no Projeto Lobby Social segundo semestre de 2022**, estados de DF, GO e SC. Disponível em: <https://www.lobbysocial.com.br/edital>.

2º LUGAR — RIG NA USP | FUNDAMENTOS DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS: SOCIEDADE ATUANDO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



ORGANIZAÇÃO
**Instituto de Relações Internacionais da Universidade de
São Paulo (IRI/USP)**

PROPONENTE
Janina Onuki

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO
**Janina Onuki, Caliel Calves, Guilherme Deganelo,
Leandro Lima e Isabella Farinelli**

Introdução

A área de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) sempre foi uma proeminente faceta do fazer político no país. A última década confirmou essa realidade com uma acelerada profissionalização do setor e maior vocalização de suas lideranças em diferentes âmbitos da sociedade — desde entidades representativas do setor, política institucional, até o estabelecimento de equipes dedicadas em companhias de médio e grande porte no Brasil. No entanto, mesmo que organizações

privadas de educação tenham desenvolvido cursos voltados para suprir essa demanda crescente com especializações e cursos de curta duração, isso não foi visto no desenvolvimento de cursos e disciplinas em tradicionais universidades públicas, que acabam ficando distantes da realidade do mercado e formam profissionais desconectados dos setores que possam atuar. Para preencher esse vácuo, ex-alunos do IRI/USP e a professora titular do Instituto — Janina Onuki — desenvolveram a primeira disciplina de RIG na Universidade de São Paulo (USP) — Fundamentos das Relações Institucionais e Governamentais: sociedade atuando na construção de políticas públicas.

A necessidade da introdução e aprofundamento sobre Relações Governamentais dentro do âmbito da USP é oriunda de diversas motivações. Nesta seção, é essencial que trabalhemos essa questão a partir de quatro frentes: demanda dos graduandos em relações internacionais e alunos da USP em geral; democracia e fazer político; desmitificação do setor e fomento à pesquisa; e otimização do impacto de egressos de universidades públicas na sociedade.

O *lobby*, como atividade, ainda é muito estigmatizado. Por isso, trazer suas áreas integrantes — Relações Institucionais, Governamentais e Advocacy — para dentro da USP pode ajudar a sociedade e os alunos a entenderem o setor como uma atividade legítima, legal e necessária para estabelecermos uma democracia madura no Brasil.

No âmbito democrático, é essencial que a defesa de interesses seja uma atividade difundida em todos os setores da sociedade, e não apenas no setor privado organizado. Por isso, levar a definição da área de RIG e suas ferramentas para alunos ainda dentro da universidade faz com que horizontes sejam abertos, tanto profissional quanto tecnicamente para esses graduandos, já que não necessariamente esses serão lobistas, mas estarão capacitados para contribuir para as organizações e causas que acreditarem ser relevantes em sua trajetória profissional. Adicionalmente, buscou-se aprofundar a discussão sobre inclusão, ética e transparência no setor, levando em consideração que sua regulamentação está em debate no Congresso Nacional.

Por fim, a disciplina foi desenvolvida com o objetivo de apresentar os fundamentos das Relações Institucionais e Governamentais sendo uma área de pesquisa ainda pouco explorada no campo das ciências sociais, utilizando princípios da Ciência Política, Economia, História e Direito buscando a compreensão de fenômenos de interesse. Assim aproveitando a excelência acadêmica da USP, multidisciplinaridade do IRI/USP, ao mesmo tempo que ligamos a instituição ao mercado e à sociedade brasileira.

Desenvolvimento — idealização e criação da disciplina

Ainda no início de 2021, Caliel Calves, Guilherme Deganello e Isabella Farinelli apresentaram a proposta de criação da disciplina e sua ementa à professora Janina Onuki, que prontamente apoiou o projeto e seguiu os trâmites internos necessários na universidade para inserção da disciplina no currículo do curso. Após meses de análise, a disciplina foi aprovada pelas autoridades competentes no instituto e seu primeiro oferecimento foi confirmado para 2022.

Entre o final de 2021 e o início de 2022, foram realizados esforços concentrados para garantir que as principais lideranças da academia, mercado, gestão pública e Poder Legislativo pudessem participar do ciclo de palestras proposto. Além da definição de Leandro Lima — doutorando pelo Departamento de Ciência Política da USP e especialista em risco político — como monitor da disciplina.

No início do semestre letivo, a disciplina foi a mais procurada do instituto com mais de 120 matrículas dos estudantes, confirmando o panorama diagnosticado e justificando os esforços de mobilização realizados. Considerando essa realidade, a disciplina teve de ser realocada para o auditório do IRI/USP para comportar toda demanda dos estudantes, e uma triagem ainda teve de ser realizada considerando as restrições impostas pela capacidade da sala, resultando uma turma de 73 estudantes dos mais variados cursos, incluindo Relações Internacionais, Direito, Ciências Sociais, entre outros. Cabe ressaltar que os esforços foram realizados ainda em momento incerto sobre a pandemia, portanto todos os protocolos de saúde foram respeitados durante a duração das aulas, inclusive o uso obrigatório de máscaras e alteração de aulas para o modelo remoto frente à escalada de casos de Covid-19 observada no final do semestre.

Temáticas abordadas e dinâmica das aulas

O curso foi dividido em duas partes: a primeira apresentou a área por meio do prisma teórico, com a introdução de princípios de funcionamento das relações entre diversos atores da sociedade e entes governamentais. Para isso, os alunos tiveram acesso ao estado da arte da produção acadêmica na temática, assim como participaram de debates abordando questões filosóficas e legais no campo ético. A segunda parte do curso foi dedicada à apresentação de técnicas utilizadas no exercício do trabalho e questões práticas que envolvem o cotidiano de um profissional da área. Nesse módulo,

foram abordadas as melhores práticas a fim de que os alunos possam desenvolver, de modo competente, atividades fundamentais para o exercício da profissão.

Para cada tópico ministrado, desde a introdução e conceituação de RIG, *Advocacy* e *lobby*, passando pelos aspectos de transparência e ética no setor, até temáticas avançadas sobre gestão de stakeholders e planos de engajamento, foram convidados nomes de destaque no setor, com atuação especializada no tema em pauta. A fim de ofertar um panorama íntegro sobre as possibilidades de exercício da profissão, representantes de empresas privadas, setor público, associações de classe e terceiro setor estiveram presentes ao longo da disciplina.

Todas as aulas contaram com exposições teóricas e atividades práticas. Na maioria delas, os alunos eram estimulados a pensar estrategicamente sobre os temas propostos e delinear planos de ação de defesa de interesses de um setor econômico ou sociedade civil. Exemplos de temáticas abordadas incluem a expansão do saneamento básico, aumento da taxaço sobre cigarros e a distribuição gratuita de absorventes a mulheres de baixa renda. Outros exercícios foram voltados ao levantamento de normativas sobre temas específicos, a fim de embasar estratégias de *lobby*. Nesta frente, foram abordados temas como telecomunicações e doenças raras.

Concomitantemente às atividades, foram propostos *quizzes* sobre as aulas ministradas a cada duas semanas, com finalidade de medir a absorção do conteúdo pelos alunos. Ao final do semestre, foram entregues trabalhos em grupo para avaliação. O exercício proposto focava na construção de um plano de *lobby*, incluindo avaliação de cenário, riscos e oportunidades, mapeamento de *stakeholders*, levantamento de proposições legislativas e plano de comunicação e ação. Durante a correção dos trabalhos, ficou clara a perspicácia das estratégias propostas sobre temas extremamente relevantes e atuais, como a regulamentação de dispositivos eletrônicos para fumar, flexibilização das normativas sobre o uso de defensivos agrícolas no país, regulamentação de transportes interestaduais por aplicativos, entre outros. A qualidade dos planos produzidos demonstrou a excelência dos docentes convidados e a eficiência na transmissão do conteúdo teórico e prático, munindo os alunos de ferramentas para a construção de estratégias e atuação prática em RIG.

Avaliação dos discentes

Ao final do ciclo de palestras, foi solicitado aos alunos o preenchimento de um formulário com impressões gerais sobre a disciplina e sobre a prática do *lobby* no Brasil. A partir das respostas, foi

possível traçar o perfil profissional da turma, compreender pretensões de atuação no mercado de trabalho de Relações Governamentais e assimilar as principais demandas não atendidas na graduação sobre política e dinâmica institucional brasileira.

Sobre o perfil dos discentes, 54% dos respondentes declararam realizar estágio, enquanto 18% são trabalhadores efetivos em suas empresas. Desses, a área principal de atuação dos estudantes é no mercado financeiro (29%), seguida de Relações Governamentais (19%) e Relações Internacionais (9,5%). Os estudantes que realizam atividades de defesa de interesse estão distribuídos entre os setores de (i) sustentabilidade; (ii) educação; (iii) saúde; (iv) indústria; e (v) agropecuária.

A presença de um quinto dos estudantes matriculados no mercado de trabalho de Relações Governamentais reforça a importância da disciplina sob a ótica da profissionalização do setor, tendo em vista o esforço de capacitação dos discentes, dentro e fora do mercado, para a atuação na área. Ademais, segundo a análise dos dados obtidos a partir do questionário, 80% dos alunos que atuam no setor se sentiram motivados a se manter em Relações Governamentais, enquanto 39,3% dos respondentes da pesquisa demonstraram aumento de interesse em ingressar na área.

Além disso, 96,5% dos discentes consideraram a disciplina importante para a sua formação profissional e acadêmica, enquanto 72% alegaram uma melhoria em sua percepção do *lobby* no Brasil após as aulas. Nesse sentido, ao responderem sobre palavras-chave que relacionavam ao *lobby* no país, os alunos transpareceram a mudança de interpretação sobre o setor. Anteriormente à disciplina, termos de conotação negativa eram fortemente associados ao *lobby*, relação que diminuiu comparativamente às opiniões dos alunos após o curso. Como exemplo, a associação do *lobby* à corrupção passou de 32% a 3%; a ilegal passou de 18% a 0%; tráfico de interesses de 39,3% a 7,1%; e desvio de verbas públicas de 18% a 3,6%. Paralelamente, houve melhoria na associação do *lobby* a palavras de conotação positiva, por exemplo, legal e constitucional, que passou de 0% a 75%; direito de petição de 7,1% a 39,3%; democracia de 10,7% a 82,1%; representação democrática de 14,3% para 71,4%; e interesse social, que passou de 39,3% para 82,1%.

Os dados acima descritos denotam os impactos práticos do curso sobre a promoção da conscientização sobre a ética e transparência no setor. Considerando o estigma ao redor do *lobby* no Brasil, para além da capacitação dos estudantes, a disciplina foi capaz de alterar paradigmas de um grupo amplo de pessoas sobre a atuação no setor e criar uma rede de profissionais que compreendem, desde o início de suas carreiras, a essência democrática da representação de interesses.

Finalmente, sobre o questionário, foram abordadas as demandas por maior interface e colaboração entre o mercado de trabalho e a universidade, considerada relevante por 96,4% dos discentes que cursaram a disciplina. Em termos de tópicos úteis às rotinas de trabalho e estudos dos alunos, 53,6% dos respondentes consideraram essenciais aulas sobre processo legislativo; 57,1% sobre construção de estratégias, narrativas e *storytelling*; 67,9% sobre mapeamento e gerenciamento de *stakeholders*; e 71,4% sobre risco político. Esse último foi o tema mais mencionado, que poderá ser objeto de novas iniciativas na universidade, como demandado por um dos alunos no formulário:

“Eu adorei a aula sobre risco político, inclusive acho que vale a pena uma disciplina inteira com essa temática. No mais, foi muito rico ter contato com pessoas que atuam na área das mais diversas formas.”

Sua opinião foi corroborada por diversos de seus colegas, com 64,3% dos respondentes considerando importante a presença de lideranças do setor nas áreas; 67,9% apreciando conversas com *stakeholders* e exposição de aspectos práticos do dia a dia de trabalho em RIG; 85,7% entendendo como útil a ampliação dos horizontes profissionais para uma nova área de atuação; e 46,4% demonstrando interesse acadêmico no setor.

Resultados e conclusões

À luz dos dados gerados sobre a percepção dos discentes sobre a disciplina e da descrição das ações realizadas ao longo do semestre, é possível compreender a capacidade de conscientização sobre o *lobby* e capacitação profissional para ingresso no setor por meio de iniciativas de educação dentro da universidade. Ao focar em um grupo de jovens estudantes da graduação, foi possível fomentar o ingresso no mercado de trabalho de RIG apresentando uma temática raramente abordada dentro dos espaços de ensino e integrando a formação acadêmica ao desenvolvimento profissional dos alunos.

Paralelamente, além de introduzir os discentes a oportunidades de atuação em um mercado em franco crescimento como o das Relações Governamentais, iniciativas do teor do curso são capazes de introduzir no setor uma nova geração de lobistas com plena compreensão dos preceitos democráticos nos quais o *lobby* está calcado. Dessa forma, não somente as percepções sobre a natureza da defesa de interesses vão sendo alteradas entre os alunos, e potencialmente em seus círculos sociais, mas a ética e a transparência se tornam intrínsecas à atuação dos profissionais que estão ingressando no mercado.

Por fim, fica evidente a relevância da utilização da expertise e da estrutura da academia para ações que possam conectar os alunos ao mercado de trabalho. Como demonstrado, esta

interface fortalece o setor de RIG, ao passo que aumenta o interesse pela mão de obra especializada na área, igualmente as universidades, que podem se valer de sua estrutura para que alunos com crescente interesse em defesa de interesses aumentem a produção bibliográfica sobre o *lobby* e as dinâmicas institucionais e políticas no Brasil, seara ainda pouco explorada pelos acadêmicos brasileiros.

Anexo

I. Programa

Aula 1 — Apresentação do programa, organização da disciplina; avaliação; bibliografia; contexto do mercado

Palestrantes: Janina Onuki, professora titular do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo

Caliel Calves, analista de Relações Governamentais Sênior na Yara Brasil

Guilherme Deganello, policy and advocacy intern na NCD Alliance

Leandro Lima, analista de Risco Político Sênior para o Brasil e Cone-Sul na Control Risks

Isabella Farinelli, consultora de Public Affairs e acesso a mercados na prospectiva consultoria

Aula 2 — O que são as Relações Institucionais e Governamentais & Advocacy

Palestrantes: Pietro Rodrigues, coordenador de curso e docente no Ibmec

Felipe Lélis, professor no Ibmec

Aula 3 — Introdução à formação institucional brasileira — Poderes

Palestrante: Mariana Chaimovich, legal advisor no Instituto de Estudos Estratégicos de Tecnologia e Ciclo de Numerário

Aula 4 — Introdução ao Processo Legislativo

Palestrante: Isabela Rahal, ex-coordenadora Legislativa na Câmara dos Deputados

Aula 5 — Processo decisório no Poder Executivo

Palestrantes: Camila Lisdália, gerente de Relações Governamentais na Mendelics
Gabriel Felipi, consultor técnico na Unesco

Aula 6 — Risco Político na perspectiva comparada

Palestrante: Leandro Lima, analista de Risco Político Sênior para o Brasil e Cone-Sul na Control Risks

Aula 7 — Construção de estratégias — engajamento no âmbito federal

Palestrantes: Wagner Parente, CEO na BMJ Consultores Associados
Dhiogo Pascarelli, coordenador de Saúde e Bens de Consumo na BMJ Consultores Associados
Leon Norcking, São Paulo office coordinator na BMJ Consultores Associados

Aula 8 — Atuação ética e transparente na área — prática comparada & regulamentação no Brasil

Palestrante: Carolina Venuto, sócia-diretora da Ética Inteligência Política e presidente da Abbrig

Aula 9 — Mapeamento e gerenciamento de autoridades e influenciadores

Palestrante: Eduardo Galvão, diretor de Relações Governamentais na BCW Brasil

Aula 10 — Construção de estratégias — engajamento subnacional

Palestrantes: Juliana Celuppi, CEO na Radar Governamental
Jonas Del Nobile, sócio sênior na Radar Governamental

Aula 11 — Geopolítica e relações governamentais

Palestrante: Denilde Holzhacker, professora na ESPM

Aula 12 — Construção de narrativa e elaboração de estratégias de comunicação

Palestrantes: Suelma Rosa, head of reputation & corporate affairs Brazil, Latin America & Caribbean na Unilever

Stephane Samudio, client services director em Global Healthcare Practice na Speyside

Aula 13 — Eleições, lobby digital e mídias sociais

Palestrante: Verônica Hoe, gerente sênior de Políticas Públicas — relacionamento com a indústria e engajamento estratégico na Meta

Aula 14 — Democracia, construção de políticas públicas e cases — stakeholder público

Palestrantes: Adalberto Felício Maluf, presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico

Pável Pereira, gerente de Relações Institucionais na Perspectivas Comunicação & Relações Institucionais

Marina Mattar, CEO na Perspectivas Comunicação & Relações Institucionais

Aula 15 — Encerramento — bate-papo com profissionais e stakeholders

Palestrantes: Tábata Amaral, deputada federal por São Paulo

Vítor Oliveira, diretor da Pulso Público

Nathalia Doné, sustentabilidade e engajamento na Maraé Investimentos

Referências bibliográficas do curso

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Presidencialismo de coalizão:** Raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 434p.

ARON, Renard. **Lobby Digital:** como o cidadão conectado influencia as decisões de governos e empresas. São Paulo: Aberje Editorial, 2020. 230p.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, pp. 43-64, 2008.

- BREMMER, Ian. **The Fat Tail: the power of political knowledge in an uncertain world**; 2. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010. 264p.
- DA PATRI, Eduardo. Relações governamentais, lobby e advocacy no contexto de public affairs. **Organicom**, São Paulo, v. 8, n. 14, pp. 129-144, 2011.
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999. 334 p.
- FARHAT, Saïd. "Lobby". **O que é. Como se faz: ética e transparência na representação junto a governos**. São Paulo: Aberje Editorial/Peirópolis, 2007. 512 p.
- FIGUEIREDO, Argelina et al. Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal. **Cadernos de Pesquisa**, 1996, vol. 5.
- GALVÃO, Eduardo Ribeiro. **Fundamentos de Relações Governamentais**. São Paulo: Clube de Autores, 2016. 304p.
- GOZETTO, Andréa. **Guia para a Construção de Estratégias de Advocacy: como influenciar políticas públicas**. Piracicaba, SP: Imaflora, 2019. 68 p.
- GOZETTO, Andréa. Instituições de Controle em perspectiva comparada: a regulamentação do lobby nos EUA e Brasil. Artigo apresentado, **36º Encontro Anual da ANPOCS**, 2012.
- GOZETTO, Andréa. Breve histórico sobre o desenvolvimento do lobbying no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, v. 42, n. 168, pp. 29-43, out/dez. 2005.
- MANCUSO, Wagner; GOZETTO, Andréa. **Lobby e políticas públicas**. São Paulo: Editora FGV, 2018. 115p.
- MANCUSO, Wagner; GOZETTO, Andréa. Lobby: instrumento democrático de representação de interesses? **Organicom**, São Paulo, v. 8, n. 14, pp. 118-128, 2011.
- MARQUES, Moisés. **Introdução ao risco político: conceitos, análises e problemas**. São Paulo: Gen Atlas, 2014. 296p.
- MELO, Carlos. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século XXI**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. pp. 147-198.
- MONTEIRO, Jorge Vianna. **Como funciona o governo: escolhas públicas na democracia representativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 220p.
- NASSAR, Paulo; PARENTE, Carlos. **Lobby e comunicação: a integração da narrativa como via de transformação**. São Paulo: Aberje Editorial, 2021. 74p.
- REIS, Sérgio Roberto Guedes. Evolução do controle interno no poder executivo federal brasileiro: um panorama de suas transformações institucionais e de suas tensões constitutivas. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Brasília, n. 12, pp. 81-90, 2017.
- SELIGMAN, Milton; MELLO, Fernando. **Lobby desvendado: democracia, políticas públicas e corrupção no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Record, 2018. 581p.

3º LUGAR — PROJETO CAATINGARBORIZAR



ORGANIZAÇÃO

Colégio Sete de Setembro

PROPONENTE

Gilberto Sérgio Gomes de Oliveira

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Gilberto Sérgio Gomes de Oliveira

Introdução

Estudos recentes apontam que o desmatamento cresceu em todos os seis biomas brasileiros em 2021, se comparado com 2020, porém os maiores aumentos nos desmatamentos ocorreram no Pampa (92%) e no Bioma Caatinga (88,9%), esse último está presente em 9 estados brasileiros: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

“A Caatinga é a vegetação que predomina no Nordeste do Brasil e está inserida no contexto do clima semiárido. Os índios, primeiros habitantes da região, a chamavam assim porque na estação seca, a maioria das plantas perde as folhas, prevalecendo na paisagem a aparência clara e esbranquiçada dos troncos das árvores. Daí o nome Caatinga (caa: mata e tinga: branca) que significa “mata ou floresta branca” no tupi. Porém, no período chuvoso a paisagem muda de esbranquiçada para variados tons de verde.” (CAATINGA, 2022)

Nesse contexto, resolve-se implantar o projeto caatingARborizar, inicialmente no Colégio Sete de Setembro, em Paulo Afonso-BA, envolvendo diversos atores. O objetivo é desenvolver atividades com a comunidade pedagógica, acadêmica e sociedade, tendo como foco o fomento ao conhecimento, em específico acerca da biodiversidade do único bioma 100% brasileiro, a caatinga, e a sua devida preservação.

Entre as ações do projeto se destaca o plantio de espécies arbóreas do referido bioma, com algumas espécies introduzidas no ambiente escolar e na praça pública localizada defronte a referida instituição.

As ações iniciaram no 2º semestre de 2021, com a identificação das espécies arbóreas existentes e posteriormente o início do plantio das novas espécies.

Desenvolvimento

Após o plantio, iniciado em 2021, estamos na etapa que consiste em identificar essas espécies com placas que incluem os seguintes dados das espécies:

- ▶ Nome científico e popular;
- ▶ Família botânica;
- ▶ Origem e outras características da referida espécie.

Assim, incentivaremos a pesquisa acadêmica e trabalhos/ações pedagógicas, ambas envolvendo os principais atores: a comunidade escolar e acadêmica, os colaboradores das instituições de ensino, os pais e também a sociedade interessada.

A proposta é incluir o QR Code e assim fazermos uma campanha para o conhecimento, ou seja, qualquer cidadão poderá ter acesso às informações da espécie através do: “QR Saber?”

Conclusão

Algumas espécies do Bioma Caatinga plantadas no Colégio Sete e na praça pública:

- ▶ Aroeira;
- ▶ Caatingueira;
- ▶ Ipê-roxo;
- ▶ Juazeiro;
- ▶ Mulungu;
- ▶ Pau ferro;
- ▶ Pereiro.

Ressalta-se que cada espécie plantada recebeu um padrinho, que assumiu o compromisso/missão de acompanhar o crescimento da espécie, proteger, amar, entre outras atribuições. Como diz Zezito Doceiro: “Porque quem ama cuida”.

Referências

BIOMAS, Map. **Relatório Anual do Desmatamento do Brasil** — 2021. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org/reports>. Acesso em 29 jul. 2022.

CAATINGA. **Bioma Caatinga**. Disponível em: <https://www.acaatinga.org.br/sobre-a-caatinga>. Acesso em 20 jul. 2022.

EMBRAPA. **Contando Ciência na Web**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/biomacaatinga>. Acesso em 20 jul. 2022.



3º LUGAR — CONEXÃORIG



ORGANIZAÇÃO

ConexãoRIG

PROPONENTE

Paula Cherin

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL
PELA IMPLEMENTAÇÃO

Andréa Gozetto

ConexãoRIG é uma iniciativa de *“lifelong learning”*, ou seja, de aprendizado continuado, cujo objetivo é incentivar o comprometimento com um estado mental de desenvolvimento constante, independentemente de estar em um ambiente acadêmico. Muito mais do que um curso com aulas pré-montadas, consiste em encontros semanais, ao vivo, para tratar dos mais diversos temas que impactam o mercado de Relações Institucionais e Governamentais. Ao longo do ano, são 45 semanas de encontros. O objetivo é desenvolver um *hub* onde é possível se conectar com profissionais, em níveis hierárquicos e posições diversas. Os encontros ao vivo possibilitam interação direta com Andréa Gozetto e colegas.

Introdução

Além do *networking* no grupo do *WhatsApp* e na comunidade do *Facebook*, são disponibilizados conteúdos de qualidade reunindo os principais nomes do mercado em um ambiente seguro e democrático de ideias.

Desenvolvimento

O ConexãoRIG possui certificado desde que sejam cumpridos alguns requisitos. São eles: participar, no mínimo, de 8 encontros ao vivo, assistir, pelo menos 20 encontros gravados e ser assinante por 12 meses.

Os encontros são on-line e ao vivo, às quartas-feiras, às 19h30. As gravações são disponibilizadas na plataforma em até 48 horas após a transmissão ao vivo com o material apresentado, artigo para aprofundamento do tema e um resumo para auxiliar nos estudos.

Toda última quinta-feira do mês, um convidado experiente e renomado no mercado compartilha seu conhecimento e vivência com o grupo, sendo este o “encontro especial”, que também ocorre on-line, ao vivo, às 19h30.

Além dos encontros, é disponibilizada uma biblioteca virtual com mais de 120 artigos, divididos de acordo com os temas em mais de 15 pastas. Todos em português e disponíveis para *download*. Trata-se da 1ª Biblioteca Virtual de RIG com todos os artigos em português do Brasil. A Biblioteca foi organizada e cada um dos artigos foi selecionado pela própria Andréa Gozetto.

Os assinantes do ConexãoRIG têm acesso ao grupo do *WhatsApp* e à comunidade exclusiva do *Facebook*, espaços livres e democráticos ao debate de ideias e opiniões, compartilhamento de conhecimento e experiências. Além de ser um ambiente ideal para *networking* de qualidade.

Conclusão

Com mais de 80 assinantes até o momento, o ConexãoRIG está “no ar” desde março de 2021. Foram disponibilizadas mais de 70 horas de conteúdo e a cada semana ocorre um novo encontro ao vivo. Estão disponíveis para *download* mais de 120 artigos e a satisfação dos assinantes é de mais de 91%.

O ConexãoRIG foi representado por sua fundadora e CEO Andréa Gozetto em audiência pública sobre a regulamentação do *lobby* (PL 4.391/2021), organizada pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) em 28/06/2022.

No primeiro semestre de 2021, os assinantes do ConexãoRIG conheceram a metodologia criada por Andréa Gozetto para criação de planos de ação de RIG em 10 passos e aplicaram essa metodologia à regulamentação do *lobby*.

No início do segundo semestre de 2021, o plano construído de modo colaborativo pelos assinantes foi apresentado à comunidade de representação de interesses, o que aqueceu o interesse dessa comunidade sobre o tema.

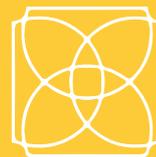
Com a apresentação do PL 4.391/21 pelo Poder Executivo em dezembro de 2021, o objetivo do plano mudou, mas as estratégias e táticas criadas, não.

O convite para participar da audiência pública expressa o reconhecimento público da qualidade do que o ConexãoRIG tem entregue, não só aos seus assinantes, como também à comunidade RIG brasileira.

Referências

GOZETTO, A. C. O. Relações Governamentais como fator de competitividade. **Cadernos Adenauer**, Dossiê Política e Mercado, 2018. 2.

MANCUSO, W. P. & GOZETTO, A. C. O. **Lobby e Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.



PRÊMIO MARCO MACIEL 2022

ESG E *COMPLIANCE* EM RIG





1º LUGAR — REDE GOVERNANÇA BRASIL (RGB)



ORGANIZAÇÃO

**Instituto Latino-Americano de Governança e
Compliance Público**

PROPONENTE

**Instituto Latino-Americano de Governança e
Compliance Público**

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO
Cíntia Lima, Cristiane Nardes e Izabela Collares

Apresentação

Rede Governança Brasil (RGB) — Da Governança à Esperança!

Liderança, estratégia e controle. Esses são os principais mecanismos da governança. Veja como o IGCP, por meio da RGB, tem direcionado ações que impactem a população, na prestação de serviços essenciais para a sociedade.

Todo cidadão deseja uma gestão mais íntegra, transparente e eficiente, não é mesmo?

Imagina um governo que saiba avaliar, direcionar e monitorar a gestão das políticas e serviços públicos a fim de trazer uma competitividade mesmas dos produtos no cenário internacional, e também um nível maior de confiança no aspecto político, econômico e social nos mercados.

O Instituto Latino-Americano de Governança e *Compliance* Público (IGCP) acredita nisso. Os trabalhos do IGCP estão pautados na visão de um país, onde a governança seja executada de forma íntegra, ética, transparente e com foco na entrega de valores à sociedade, tornando o país competitivo, desenvolvido de forma sustentável, social e economicamente.

A entidade tem como principal projeto social: a Rede Governança Brasil (RGB), uma rede de voluntários que buscam disseminar as boas práticas em governança, dando maior velocidade e adesão à tese no Brasil e América Latina.

Estratégias

Como foi o processo de consolidação da RGB?

A RGB foi criada por João Augusto Ribeiro Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), juntamente com o seu assessor, Luís Afonso Gomes Vieira, e sua filha, Cristiane Nardes Farinon. A entidade surgiu de um propósito maior e do senso de urgência sobre a necessidade de uma implementação efetiva da boa governança no âmbito da administração pública.

Com 457 voluntários trabalhando de forma totalmente colaborativa, a Rede está presente em 22 estados e no Distrito Federal/DF, além de estar presente em países como Argentina, Chile, Inglaterra, Itália, Japão, Portugal, Suíça e Suécia.

A organização, sem fins lucrativos, conta com 29 comitês temáticos, 13 grupos de trabalho e um Grupo de Estudos e mais de 500 ações prevista em seu planejamento estratégico até 2025.

Como foram feitas as estratégias para que a RGB desse certo?

A Rede Governança Brasil (RGB) disponibiliza profissionais preparados e qualificados tecnicamente, sendo composta por servidores públicos, gestores públicos e privados, técnicos, professores, profissionais das mais diversas áreas, especialistas e sociedade, que, de forma conjunta, trabalham em prol da governança.

Uma equipe de profissionais que ajudam e alinham suas expectativas dentro de uma missão: a governança como chave para um mundo melhor!

Resultados

Quais os projetos de impacto social da RGB?

Em apenas três anos, a rede colaborativa tem intensificado suas ações de disseminação das boas práticas de governança no Brasil e na América Latina, com o desenvolvimento de cartilhas, *e-book*, seminários e fóruns no sistema judiciário.

Um dos grandes projetos da RGB é o Programa de Mentoria para Prefeituras Brasileiras, que iniciou suas atividades em 2021. A mentoria é um processo de aceleração de carreira conduzido por um profissional mais experiente na área de atuação.

Ele é destinado às prefeituras previamente selecionadas, na busca de promover as boas práticas da governança, tendo como base a Cartilha Pública Municipal — Transformando sua Administração, lançada em 2020 pela RGB, em parceria com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Instituto Latino-Americano de Governança e *Compliance* Público (IGCP) e Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul (TCEMS).

Resultados do Programa de Mentoria para Prefeituras Brasileiras

Até o momento, cerca de 28 municípios, divididos em seis turmas, já concluíram o processo com foco em Governança Pública, e estão desenvolvendo suas atividades nos temas da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Gestão de Riscos, *Compliance* e ESG Público (em fase de preparação dos mentores). Um case de sucesso é o município de Arinos (MG) que, após o término da mentoria da RGB, foi selecionado para um projeto de energia fotovoltaica com orçamento de 2 bilhões de reais. *Link*: <https://www.tudooknoticias.com.br/noticias/prefeitura-de-arinos-preve-investimento-de-2-bilhoes-em-projeto-de-energia-fotovoltaica/>

Multiplicando mentores voluntários

Para atender ao Programa de Mentoria, a RGB desenvolveu um curso 100% *on-line* e gratuito para preparar seus mentores voluntários com carga horária de cinco horas. O curso é somente para os associados RGB e está disponível na plataforma de EAD do IGCP, na qual já se formaram cerca de 75 mentores voluntários. A ideia é retroalimentar o ecossistema para dar vazão à lista de espera de prefeituras inscritas no Programa.

Obras literárias gratuitas

Com o aporte financeiro do IGCP, a RGB já possui uma biblioteca em seu portal, sendo uma grande referência em conteúdo de qualidade ligado à governança. O Código de Boas Práticas em Governança Pública tem se destacado no mercado. Lançado em dezembro de 2021, o conteúdo é um compilado de boas práticas que busca direcionar os caminhos para o desenvolvimento dos mecanismos de liderança, estratégia e controle em todos os níveis federativos. Mesmo recente, a publicação tem

causado forte impacto, especialmente pelo fato de ter sido elaborada a partir de pesquisas junto a servidores e dirigentes da área pública, terceiro setor e do meio acadêmico. O Código foi um sucesso, e já está sendo preparada a segunda edição prevista para novembro deste ano.

Comitês Temáticos

Outro tema que vem sendo trabalhado na instituição desde 2019, por meio de um comitê exclusivo para tratar desse assunto, é a aprovação do Projeto de Lei nº 9.163/17, PL da Governança, para que, em convergência com os interesses do país, a Governança seja o parâmetro norteador do princípio da eficiência na Administração Pública e contribua para melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Outros Comitês que fortalecem ainda mais o trabalho da governança, principalmente, no viés com as relações governamentais: Anticorrupção e *Compliance*, Mulheres da Governança, Desenvolvimento Social e Humano, ESG Público, Saúde, Educação, Governança para o Legislativo, Gestão de Pessoas, Governança na Prática, Gestão de Riscos, Capacitação, Segurança Pública, Agropecuária, Desenvolvimento Sustentável, Contratações, Inovação, entre outros, totalizando 29 temas, todos com planos de ação focados na melhoria da governança brasileira. Nos grupos de trabalho, a RGB já conta com a parceria de grandes instituições como Supremo Tribunal Federal (STF), Movimento Brasil Competitivo (MBC), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Interlegis, Sindilegis, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), entre outros.

Prêmio RGB

Criado em 2020, o Prêmio da Rede de Governança Brasil (RGB) busca incentivar e reconhecer as organizações públicas federais que desenvolvem boas práticas de governança, além de reconhecer os órgãos públicos e estatais. No ano passado, o prêmio também promoveu o lançamento do Índice de Governança Municipal (IGOV) em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB).

Em 2022, a 3ª edição do prêmio acontece no dia 1º de dezembro em Brasília.

Mentorias:

https://www.youtube.com/playlist?list=PL0sCDghb01iupoInIZii_DvbnojQVCAQS

<https://www.rgb.org.br/mentoriargb>

Saiba mais:

<https://www.rgb.org.br/>

<https://igcp.org.br/>

Referências

REDE GOVERNANÇA BRASIL. Rede Governança Brasil: da governança à esperança, c2021. Página Mentoria para Prefeituras Brasileiras. Disponível em: <https://www.rgb.org.br/mentoriargb>.

REDE GOVERNANÇA BRASIL. Rede Governança Brasil: da governança à esperança, c2021. Página Estante Digital RGB. Disponível em: <https://www.rgb.org.br/cartilhas-e-codigos>.

REDE GOVERNANÇA BRASIL. Rede Governança Brasil: da governança à esperança, c2021. Página RGB premia órgãos públicos e estatais referências em governança. Disponível em: <https://www.rgb.org.br/post/rgb-premia-%C3%B3rg%C3%A3os-p%C3%BAblicos-e-estatais-refer%C3%A2ncias-em-governan%C3%A7a>.

REDE GOVERNANÇA BRASIL. Rede Governança Brasil: da governança à esperança, c2021. Página Relatório de Gestão. Disponível em: <https://www.rgb.org.br/transpar%C3%A2ncia-1>.



2º LUGAR — PROGRAMA DE COMPLIANCE DA J&F



ORGANIZAÇÃO
J&F Investimentos S.A.

PROPONENTE
Lucio Batista Martins

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO
Lucio Batista Martins

Introdução

I — O programa de *compliance*

O Programa de *Compliance* da J&F tem como propósito fortalecer a cultura de integridade do grupo, dar solidez às empresas, segurança aos stakeholders e permitir ao Grupo ter os mais elevados padrões de ética e transparência, além de prevenir atos ilícitos e mitigar riscos. Ele foi formatado em oito pilares com base na legislação e nas melhores práticas nacionais e internacionais.

Desenvolvimento

II — Pilares do programa de *compliance*

Comprometimento e apoio da alta direção

Nossos executivos devem ser guardiões e exemplos de integridade e ética, sempre envolvidos em treinamentos e reuniões estratégicas da área de *compliance*, como o Comitê de *Compliance*.

Todas as aprovações e revisões dos códigos e das políticas das empresas passam pela aprovação dos Comitês de *Compliance* ou Conselhos de Administração.

Avaliação de Riscos

A base do Programa é uma robusta análise de riscos de integridade e conformidade. O processo foi realizado nas empresas para entendermos nossas principais fragilidades. Nossas análises perpassaram 100% das áreas das sete empresas controladas e da *holding*.

Código de Conduta e Ética, Políticas e Procedimentos de Compliance

O Código é o documento de referência para que todos os nossos negócios ocorram em conformidade com as leis, ética, integridade e transparência. Ele é base para as relações com entidades governamentais, agentes públicos, fornecedores, parceiros de negócios e entre colaboradores.

Controles Internos

Os controles internos estabelecem as regras para a revisão e aprovação de atividades, documentação, processamento e registro das transações.

Comunicação e Treinamentos

A J&F investe fortemente em comunicação e treinamento de seus colaboradores, fortalecendo a cultura de integridade. Os treinamentos são realizados de forma a facilitar e agilizar a disseminação da cultura de *compliance*.

Canal de Ética e Investigações Internas

As empresas do grupo possuem um canal de ética confidencial, externo e independente, disponível 24 horas por dia, por meio de telefone, *e-mail* e site.

Ao receber um relato, que pode ser anônimo, a operadora do canal avalia a relevância e direciona ao departamento de *compliance*.

Due Diligence de Integridade

Para evitar que o Grupo J&F se envolva com empresas ou parceiros que possam nos expor a um desvio do Código de Conduta e Ética ou a riscos legais, efetuamos análise prévia e revisão periódica de terceiros e parceiros, sejam pessoas físicas ou jurídicas

O Grupo adota o mapeamento de terceiros, considerando a classificação de atividades de risco, *red flags* por tipos de serviço, contratação indicada por agente público ou risco técnico ou reputacional e são analisados quanto a critérios, como participações formais ou informais em empresas, notícias da imprensa, certidões criminais e registros oficiais. O Grupo adota um moderno sistema eletrônico de checagem desses históricos em um processo de *data mining*.

Monitoramento e Auditoria

A efetividade do Programa de *Compliance* é medida pelo desempenho de indicadores divididos nos oito pilares. O monitoramento da execução é realizado em ciclos anuais efetuados por auditoria externa.

Esse trabalho de monitoramento e auditoria são base para planos de ação para a melhoria contínua do programa.

III — Melhoria contínua

A cultura de ética e *compliance* demanda a busca incessante pela melhoria contínua do Programa. Os dados coletados no monitoramento e na auditoria permitem que as áreas de *compliance* construam planos de ação e executem medidas necessárias para corrigir ou aprimorar as práticas. A construção e implementação dos planos são supervisionadas pela *holding*, buscando 100% de aderência aos parâmetros do Programa.

Conclusão

IV — *Compliance* na prática

Entre 15 de setembro de 2021 e 31 de julho de 2022, a empresa:

- ▶ Criou o programa Sementes de *Compliance*, que proporcionou mais de 60 bolsas de *compliance* pessoas dispostas a multiplicar os conhecimentos e práticas de *compliance*: (<https://sementesdecompliance.com.br/>).
- ▶ O Jota, um dos maiores portais de informações jurídicas e institucionais do país, lançou o *e-book* “*Compliance na Prática: 8 passos para tornar sua empresa mais íntegra*”: (<https://www.jota.info/coberturas-especiais/compliance-na-pratica/jota-lanca-ebook-compliance-na-pratica-02052022>).
- ▶ O 2º Evento de *Compliance* do Grupo J&F que aconteceu de 6 a 9 de dezembro, teve mais de 12 mil visualizações e um total de 1.600 participantes. (<https://www.jfinvest.com.br/2o-encontro-de-compliance-do-grupo-jf-foi-sucesso-de-publico-com-mais-de-12-mil-visualizacoes-e-1-600-participantes/>).
- ▶ Revisão e aprovação no Conselho de Administração da Política de Relacionamento com Agentes Públicos (documento interno).

Referências

Material interno da empresa.

3º LUGAR — NATURE INVEST



ORGANIZAÇÃO
Nature Invest

PROPOSTANTES
Michael Becker

AUTOR(A) OU RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

— **Equipe Nature Invest: Michael Becker, João Milhomem, Bernhard J. Smid, Mariana Calado, Gilson Reis, Michele Rocha;**

— **Innova Summit: Eduardo Moreira, presidente do Instituto Conecta;**

— **Instituto Jovem Exportador: Ronan Pires, presidente do Instituto Jovem Exportador**

A *Nature Invest* foi oficialmente lançada no dia 29 de abril de 2021. Trata-se de uma plataforma de financiamento coletivo de projetos socioambientais que adota as ODSs das Nações Unidas e considera os biomas brasileiros. O evento de lançamento da plataforma foi dividido em duas partes:

Projetos socioambientais 4.0: o uso de novas tecnologias a serviço das comunidades e da natureza para a implementação de projetos socioambientais — O que esperamos de políticas ambientais para o Brasil e o mundo para os próximos anos?

A criação da plataforma digital da *Nature Invest* foi motivada pela avaliação realizada de que muitos recursos são empregados para a viabilização e execução de grandes projetos ESG. Entretanto, pequenos projetos e soluções carecem de apoio. Assim, a *Nature Invest* nasceu com o objetivo de viabilizar a captação coletiva de recursos financeiros para pequenos projetos ESG, permitindo

que potenciais apoiadores (doadores) nacionais e internacionais tenham a possibilidade de apoiar diretamente um ou mais pequenos projetos socioambientais com a transparência desejada para democratizar a conservação do meio ambiente no Brasil.

Com a preocupação de debater sobre soluções como a da *Nature Invest*, o lançamento da plataforma se preocupou em trazer para o debate, as perspectivas futuras para o Brasil e o mundo com relação à implementação de políticas públicas. Para isso, o Deputado Rodrigo Agostinho foi convidado a apoiar a *Nature Invest* e a debater esse tema. A implementação da *Nature Invest* traz para o debate a necessidade de aproximar entidades do governo (que implementam políticas públicas), representantes da sociedade civil (que realizam projetos socioambientais), proprietários de áreas degradadas (proponentes de projetos) e o setor privado (investidores/doadores).

Introdução

Certa vez, em visita a uma comunidade no interior do Brasil, uma senhora perguntou em um evento sobre preservação do meio ambiente: “Como faço para captar recursos para uma ideia que tenho para preservar o meio ambiente?” Tempos depois, uma doadora estrangeira perguntou a uma entidade para a qual fazia doações recorrentes para a preservação ambiental: “Em qual projeto a minha doação financeira está sendo relevante? Eu posso visitar o local?” Em outro momento, em um evento de agronegócios, foi questionando: “Como é possível ser ambientalmente responsável se eu não tenho expertise na implementação de projetos socioambientais?”

Muitas perguntas que ficavam sem respostas motivaram a criação da *Nature Invest*, para aproximar entidades públicas e privadas, doadores e proponentes, entidades da sociedade civil e o setor privado. A plataforma da *Nature Invest* traz a oportunidade de qualquer pessoa, seja física ou jurídica, a capacidade de ser protagonista na execução de projetos socioambientais; além de permitir que qualquer pessoa possa propor e executar projetos provenientes de uma boa ideia. Tudo isso com a transparência de como os recursos doados são empregados na prática, permitindo, inclusive, doações internacionais.

Com a preocupação de trazer para o debate potenciais contribuições para a implementação de políticas públicas socioambientais, foi iniciado um diálogo com representantes do Governo Federal, além de entidades relevantes para esse processo. Foi, nesse contexto, que representantes da *Nature Invest* participaram ativamente de reuniões da Frente Parlamentar Ambientalista, a Frente

Parlamentar em Defesa da Cadeia Produtiva da Reciclagem, e Aliança pela Restauração da Amazônia, entre outras atividades específicas.

Considerando o protagonismo socioambiental do Deputado Rodrigo Agostinho, apresentamos a plataforma a ele, que prontamente quis apoiar a iniciativa. Assim, foi realizado no evento de lançamento da *Nature Invest*, um debate com o Deputado sobre o tema: O que esperamos de políticas ambientais para o Brasil e o mundo para os próximos anos?

Desenvolvimento

A aproximação institucional nem sempre é fácil: demanda muito diálogo, mitigação de questionamentos, e uma boa dose de comprometimento com determinada causa. A criação da *Nature Invest* aproximou entidades que, até então, tinham dificuldades de diálogo para a implementação de ações concretas de preservação ambiental e o desenvolvimento humano de grupos em situação risco.

Tendo como perspectiva aproximar entidades públicas e privadas, doadores e proponentes de projetos, a *Nature Invest* implementou, em 2021, uma plataforma de captação de recursos financeiros que permite a execução concreta de projetos ESG, com ampla transparência de como os recursos são geridos e utilizados. Assim, atualmente, são 11 projetos ativos na plataforma, que estão captando recursos para as mais diversas atividades: brigadas de incêndio, *lobby* social, acolhimento da vida selvagem, monitoramento pós-soltura de lontras no Pantanal, práticas agrícolas viáveis, reaproveitamento do lixo, entre outros.

A ampliação das sinergias institucionais segue com grande ênfase, e assim, iniciou-se um diálogo da *Nature Invest* com o Instituto Jovem Exportador para que o evento *Innova Summit* pudesse converter parte dos recursos arrecadados com patrocinadores em projetos ESG disponíveis na plataforma. Nesse ponto, foi formalizada uma parceria institucional entre os organizadores do *Innova Summit*, trazendo um aspecto de inovação: eventos sustentáveis, mesmo para um evento que, a priori, não tem como tema a sustentabilidade.

A inovação institucional de apoio a projetos ESG foi ampliada durante o *Innova Summit*, quando a *Nature Invest* apresentou o debate sobre ESG e *greenwashing* em parceria com representantes nacionais e internacionais, inclusive com representante da A Grade Reserva da Mata Atlântica, entidade sem fins lucrativos composta por entidades públicas e privadas para a conservação da região costeira e o desenvolvimento econômico sustentável da região.

Também durante o *Innova Summit*, foi formalizada uma outra parceria institucional, com o Ateliê Saancramê, empresa de *E-Commerce* que comercializa objetos de decoração e que decidiu converter uma porcentagem dos valores vendidos em recursos destinados a projetos na plataforma da *Nature Invest*.

Conclusão

Somente este ano tivemos R\$ 10.476,00 em doações confirmadas aos vários projetos da *Nature Invest*. Considerando o pouco tempo de existência da plataforma e a novidade da ferramenta de captação, isso muito é significativo. Além disso, fechamos parcerias de considerável envergadura o que possibilitará que mais recursos fluam para a boa gestão socioambiental. Com a associação a Grande Reserva da Mata Atlântica, por exemplo, abrimos a porta para mais de 400 organizações promoverem seus projetos inovadores e locais que complementam políticas públicas da região.

A *Nature Invest* fechou um outro acordo com o Consórcio Cerrado das Águas que pretende utilizar a ferramenta para igualmente promover um maior envolvimento da população local via projeto de conservação, estejam eles relacionados à educação ambiental ou à restauração da terra de um agricultor da região.

Referências

CONSÓRCIO CERRADO DAS ÁGUAS. **Consórcio Cerrado das Águas**, c2023. Página inicial. Disponível em: <http://cerradodasaguas.org.br>.

CONTATO NATURE INVEST. Lançamento da Plataforma Nature Invest. **YouTube**, 29 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=07NomzZVElo>.

GRANDE RESERVA DA MATA ATLÂNTICA. Grande reserva da mata atlântica, c2022. Página inicial. Disponível em: <http://grandereservamataatlantica.com.br>.

INNOVA SUMMIT. Innova Summit: creating the future we want, c2022. Página inicial. Disponível em: <https://innovasummit.com.br>.

NATURE INVEST. **Não perca DAQUI A POUCO a participação da Nature Invest no INNOVA SUMMIT 2022** [...]. Brasília, DF, 23 jun. 2022. Instagram: Nature Invest @nature.invest. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CfJnhZ3MI59/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>.

NATURE INVEST. Nature Invest c2021. Página inicial. Disponível em: www.natureinvest.org.



PRÊMIO MARCO MACIEL 2022

“

A importância do Prêmio Marco Maciel é reconhecer a nossa atividade, que é tão rica, e valorizar as instituições que trabalham com ética, transparência e eficiência na defesa de interesses

”

Ética, Transparência, Responsabilidade
Social e Diálogo na Relação Público-Privada

Carolina Venuto, presidente da Abrig

 **Abrig**
Associação Brasileira de
Relações Públicas, Marketing e
Comunicação

“

A regulamentação da atividade de lobby, como se chamava na época, foi um sonho dele [Marco Maciel], que começou quando ele ainda era deputado federal. A importância do Prêmio é, sobretudo, tornar conhecida a atividade

”

Anna Maria Maciel, ex-segunda-dama do Brasil e viúva de Marco Maciel

ISBN 978-65-84719-02-6



9 786584 719026